



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 83

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2019

ANO VIII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA GERAL	1921
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1922

TAQUIGRAFIA

ATA DA 11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO CADERNO DE CONFLITO NO CAMPO REFERENTE AO ANO DE 2018 (Em 25 de abril de 2019)

Presidência do Sr.
Lazinho da FETAGRO - Deputado

(Às 9 horas e trinta e três minutos é aberta a sessão)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, muito bom dia a todos!

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo senhor Deputado estadual Lazinho da Fetagro, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública de lançamento do Caderno de Conflito no Campo referente ao ano de 2018. O Caderno de Conflitos no Campo, Brasil 2018, fruto do registro e documento dos acontecimentos no campo no Brasil é um dos retratos mais completos da realidade agrária do país. Após lançamento em nível Nacional a CPP Regional Rondônia promove essa Audiência Pública, o lançamento do Caderno de Conflitos também no Estado buscando versar sobre os pontos de destaques em nosso Estado em regiões vizinhas.

Nós convidamos as nossas Autoridades para que por gentileza componham a nossa Mesa, Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública; Dom Mário Antônio da Silva, Bispo da Diocese de Roraima; Padre Valdecir Cordeiro, Coordenador de Pastoral representando a Arquidiocese de Porto Velho; Dr. João Verde França, Defensor Público; senhor Erasmo Tenório da Silva, Superintendente Regional do INCRA; senhora Darlene Braga, Coordenadora do CPT do Acre; Professora, Dra. Maria José dos Santos, Agente da CPT de Roraima; Dr. Ricardo Gilson da Costa, Geógrafo e Professor da Universidade Federal de Rondônia; senhor Océlio da Silva, Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens; senhora Vera Lúcia Gabriel do Conselho Indigenista de Rondônia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, e em nome do Povo de Rondônia, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar do lançamento do "Caderno de Conflitos Agrários".

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Pedimos por gentileza aqueles que puderem para que se coloquem em pé. Ouviremos o Hino Nacional

(Execução do Hino Nacional)

Estejam todos à vontade. Registramos e agradecemos a presença do senhor Nereu Klosinski, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, ex-Deputado desta Casa de Leis; senhora Iranir Oliveira, Diretora Geral de Educação que representa nesta oportunidade a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC; senhor José do Carmo Góes, Coordenador de Direitos Humanos da SEAS; senhora Hala Cristina, que representa a Secretaria de Ação Social – SEAS. Registramos a presença do Coronel PM Mauro Ronaldo, Comandante Geral da Polícia Militar. Coronel Ronaldo as nossas boas vindas. Obrigado pela presença acompanhado do Coronel Rildo José Flores subcomandante Geral da Polícia Militar; Padre Juquinha da Paróquia São João Bosco, muito bom dia. Irmã Elizabeth Nascifco, Secretária Executiva da CNBB noroeste; Padre

MESA DIRETORA

Presidente: **LAERTE GOMES**
1º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
2º Vice-Presidente: **CASSIA MULETA**

1º Secretário: **ISMAEL CRISPIN**
2º Secretário: **DR. NEIDSON**
3º Secretário: **GERALDO DA RONDÔNIA**
4º Secretário: **EDSON MARTINS**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*
Departamento legislativo - *Maria Aparecida Silva N. Lima*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

Alessandro Garbagnati, Missionário Comboniano do Coração de Jesus, da Paróquia Nossa Senhora das Graças, que nos honra com a presença; senhor Alex Geraldo Nunes, Missionário Comboniano da Paróquia Nossa Senhora das Graças; senhor José de Arimatéia vice-presidente da Emater, que nos honra com a presença; senhor Antônio Ferreira, Secretário Geral do Sindicato dos Servidores Federal de Rondônia. Agradecemos a presença dos Peritos Mecanismos Estadual de Prevenção e Combate a Tortura no estado de Rondônia; senhor Geovanny dos Santos, representante do Centro Especializado de Assistência Social do Município de Porto Velho; senhor Delgado Mário Jorge que representa a Polícia Civil. Nós queremos de modo muito especial agradecer a presença dos Coordenadores da Pastoral da Terra, que muito nos orgulha a presença dos senhores. Senhora Maria Agostinha, membro da Coordenação Interina da Pastoral da Terra do estado do Amazonas, nossas boas-vindas. Senhor Sérgio da Silva Muniz, da Pastoral da Terra, de Parintins, Amazonas. Senhora Maria Petrolina, Coordenadora da Pastoral da Terra do Estado de Rondônia; senhora Lidinalva membro do Movimento das Mulheres Camponesa; Padre Antônio Fontinelle, Padre da Catedral Sagrado Coração de Jesus. Os nossos cumprimentos em especial aos acadêmicos do curso de geografia da Universidade Federal de Rondônia.

Senhores, nesse momento, nós teremos uma apresentação muito especial e nós queremos que todos os senhores acompanhem conosco. Nós teremos a mística de abertura, essa intervenção cultural e vamos saudar com alegria os nossos queridos artistas que irão nos brindar com essa apresentação.

A SRA. MARIA PETROLINA NETO - Quem tem o livrinho pode acompanhar, no número 08, 'Canto dos Mártires da Terra'. Com essa música nós queremos trazer todos os companheiros e companheiras que tombaram; que estão registrados neste Caderno, mas também aqueles que não foram não chegaram até nós, que estão aí no anonimato, que não conseguimos registrar.

(Momento do Cântico)

O SR. COSMO – Poesia – ‘Nesta terra prometida, onde existe tanta vida, e dela nós tiramos o pão. Mas com a ganância do homem, o projeto troca de nome para enganar a nação. Terra essa, terra aquela, terra rica, terra bela que Deus deixou para nós. Mas com esse tal de crescimento está aumentando o sofrimento e calando muitas vozes.

Cadê a nossa floresta, para onde que ela foi? Virou plantações de soja e cana e pasto para criar boi. E, os animais que lá moravam, os nativos que ali habitavam para aonde que eles foram? Cadê a nossa floresta, para onde ela foi? Virou plantações de soja e cana e pasto para criar boi. E, os nativos que lá moravam para onde que eles foram? Aonde era mata cerrada, hoje é grande fazenda marcada, ninguém nem conhece mais.

Forte barragem, grande represa, destruindo a natureza e matando os animais.

A terra chora, a terra sente, o clima muda de repente, há fortes chuvas e temporais, mas, talvez sejam alguns sinais de uma mãe que perde os filhos, que não voltam nunca mais'. Cantemos esse refrão que todo mundo conhece. “Esse é o nosso País, essa é a nossa bandeira e é por amor a essa pátria Brasil, que a gente segue em fileira. E é por amor a essa pátria Brasil, que a gente segue em fileira. A ordem é ninguém passar fome, o progresso é o povo feliz e a reforma agrária volta, do agricultor à raiz. Esse é o nosso País, essa é a nossa bandeira, e é por amor a essa pátria Brasil, que a gente segue em fileira”. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Bom dia. Quero agradecer a presença de cada uma e cada um que estão presentes, acolher com muito carinho as lideranças que vieram de outros Estados, recepcioná-los aqui na nossa nova Casa, para nós é uma honra. O outro espaço que a gente tinha era muito pequeno para poder fazer os nossos eventos e aqui agora a gente pode acolhê-los com mais carinho e com mais espaço na nossa nova Casa. Então eu desejo a todos que tenham uma boa estada aqui na nossa Capital, com todos os nossos problemas, com todos os nossos defeitos, mas, somos um Estado pujante, assim como os Estados de vocês também o são. Então sejam bem-vindos.

Quero cumprimentar aqui em especial a nossa Mesa posta, começando pelo Dom Mário Antônio da Silva, um nome bastante brasileiro para um Bispo. Da Silva, não é fácil, Dom Mário. Dom Mário da Silva. Da Silva, embora seja um nome bastante conhecido no Brasil e bastante popular, vem dos portugueses, talvez o senhor vinha...

O SR. DOM ANTÔNIO DA SILVA - Meu bisavô.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Bisavô português, está vendo? Então tem bastante afinidade com o Brasil.

Padre Valdecir, já conhecido, Coordenador da nossa Pastoral; Dr. João, que é Defensor Público; senhor Erasmo, Superintendente Regional do INCRA, o homem que tem um desafio na mão muito grande e junto com ele, eu cumprimento também a minha amiga de muitas batalhas, Márcia, está ali também junto com Erasmo; a senhora Darlene, Coordenadora da CPT do Acre. Seja bem-vinda, Darlene; Professora Dra. Maria José dos Santos, Agente da CPT de Roraima; Dr. Ricardo Gilson da Costa, geógrafo e professor da Universidade. Esse aqui é mais ou menos conhecido nosso. O Océlio também é bastante conhecido nosso; Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem; senhora Vera, do CIMI. Sejam todos bem-vindos. Cumprimento o Comandante Geral, o Comandante Ronaldo, meu amigo pessoal, a pessoa bastante sensível a causa e a luta da reforma agrária no Estado. A gente conhece as dificuldades e os problemas que o senhor já passou para chegar aonde a gente já chegou. Seja bem-vindo a nossa Casa.

Junto com ele, eu cumprimento aqui o Nereu, o Padre Ton que está aqui presente, enfim, a todas nossas lideranças do nosso Estado. Para mim é uma satisfação muito grande poder fazer esse evento a pedido da CPT, a pedido da nossa Igreja e poder apresentar, infelizmente não é bom a gente apresentar isso, um Caderno de Conflitos no Campo, mas, é

uma realidade que nós vivemos e que o Estado brasileiro não tem a coragem de apresentar. Para isso, nós temos os nossos organismos, as nossas formas de apresentar, as nossas organizações que constroem como a CPT constrói isso e pode mostrar. Como disse não é glória para ninguém ter que fazer isso, não é. Para mim não é glória apresentar isso, mas é importante para que a sociedade possa saber o real mundo em que a gente vive. Não o mundo da Rede Globo, o mundo das grandes mídias, mas o mundo real, poder mostrar a forma de distribuição de terra nesse País, injusta desde o começo, e é muito fácil hoje a gente ouvir falar algo contra os sem-terra, contra a luta pela terra quando não conhece a história e não conhece a luta. Então, a gente passa por um momento num País bastante difícil e que essas atividades e essas ações elas são importantes, principalmente, numa Casa de Leis que, infelizmente, não tem o conhecimento necessário para poder fazer esse debate, e não culpo ninguém por isso. Eu tive o privilégio de participar e de viver a minha vida dentro dos movimentos e aprendi a conhecer a realidade brasileira, que não é a mesma realidade apresentada nos livros de história, Dom Mário, não é a mesma realidade. E 99% da população brasileira conhecem a realidade dos livros de história. Então esta Casa representa essa sociedade e aí a gente tem a dificuldade de poder mostrar a realidade do que é o campo brasileiro, do que é a vida e a luta dos trabalhadores sem-terra ou dos com terra para poder permanecer e viver nela. Então é isso e eu agradeço a presença de todos. A gente espera que o evento possa repercutir bem e conseguir mostrar para fora daqui o que nós vamos mostrar aqui hoje, está bom. Sejam todos bem-vindos.

Nós vamos, a dinâmica vai ser de ouvir a palestra agora e depois a gente passa a Mesa. Aqui não é Audiência Pública, mas, porque Audiência Pública eu deixo a Mesa para falar por último Dom Mário, Audiência Pública mesmo a gente houve, se é pública é o povo que tem que falar. Aqui nesse caso não é uma Audiência Pública, mas a gente vai ouvir ali a apresentação do Padre, do Zezinho, não é? Mas, eu; não têm jeito, não adianta, é Padre Zezinho. É que nem Padre Ton, quem carregou isso vai ter que carregar para o resto da vida, agora não adianta querer disfarçar mais não, viu Padre. Agora tem que partir para cima.

O SR. DOM MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA – Mas, o Zezinho assume.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ele assume, não é? Muito bem Zezinho, é nosso amigo.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Nós registramos a presença da senhora Maria Goreth Araújo Reis, Pró-reitora do Instituto Federal de Rondônia.

Senhoras e senhores, convidamos o senhor Josep Iborra Plans, membro da Articulação da Amazônia CPT, que proferirá apresentação dos dados do Caderno de conflitos no Campo.

Uma forte salva de palmas a ele.

Boa palestra.

O SR. JOSEP IBORRA PLANS – Obrigado. Bom dia a todos! Primeiro destacar que esta apresentação daqui é um pouco

fruto do trabalho de muitas pessoas da Pastoral da Terra que quando acontece alguma coisa eles registram, eles comunicam, eles divulgam o que está havendo. E esses dados somados todo o ano no Brasil e logo, eu acho que estamos com 39 anos que faz esse trabalho a Pastoral da Terra.

E o que está havendo, esse ano passado, pode passar, por favor. O destaque é das ocorrências. As ocorrências tiveram um ligeiro aumento, mas, o que chama mais atenção é o número de atingidos, de pessoas, quase um milhão de pessoas do Brasil estão atingidas por conflitos no campo. Pode passar também.

Aqui, outra coisa que, aqui estão os dados dos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima que aqui estão representados, não é? E eu vou dar destaque também para Amazônia Legal. Na Amazônia Legal não aconteceram mais conflitos que no resto do Brasil. Amazônia Legal é 60% Território, então o número de pessoas atingidas, o número de conflitos não é diferente do resto do Brasil não. O que destaca aqui na região Amazônica é o número de terras em disputa que no Brasil saiu um aumento exponencial de 8 milhões de 2014 passou para 39 milhões de hectares este ano. Este é um dos dados que não resulta fácil de recolher porque quando é um conflito no lugar você pergunta: e a área que está em disputa, é qual o tamanho? E não é fácil de saber, não é? Mas, nós estamos nesses dados aí calculando que nós chegaremos quatro e meio para cinco, quase uns 5% do Território Nacional está em disputa. É o que chama mais atenção é que esses hectares a maior parte estão na Amazônia Legal. Aqui tem os dados de Roraima, Roraima destaca nesse item, talvez por que teve o repasse das terras da União para o Estado, aí isso virou um conflito enorme nas áreas que estão na disputa, sobretudo no Estado de Roraima, mas, também no Amazonas, no Pará, em Rondônia, Mato Grosso. E aí todos os Estados daqui da Amazônia, tem muitos hectares de terra em disputa. E agora pasme, isso representa os 97% quase 98% do Território Nacional em disputa. Dizer o que está em disputa do campo nas áreas em disputa é a Amazônia, talvez vocês vão explicar por que. Em todos os Estados, nós vemos que nos instigue entre conflitos por terra, conflitos por água e conflitos trabalhistas. Nos conflitos por terra a maioria de famílias um aumento ligeiro 11%, na Amazônia os atos em vermelho são sempre um pouco mais altos, exceto de famílias despejadas que teve uma ligeira redução. E depois em relação com Brasil, o número de ocorrência por terra é a mesma coisa, não é diferente, não tem mais conflitos aqui do que no resto do Brasil. O que destaca é a violência, vamos ver; aqui os conflitos pela água, tem um destaque também nesse livro, porque deste que começaram a ser contabilizado ou separados CPT, eles tinham tido um aumento continuado os conflitos envolvendo usinas, hidrelétricas e outros tipos de conflitos relacionados com água. Pensando no Brasil, só com as barragens que arreventou isso já aconteceu também aqui em Rondônia, preocupa. Aqui têm os dados do Brasil, os dados da Amazônia. Os conflitos, trabalhistas, têm haver com mais com trabalho escravo, e aqui agora uma grande preocupação aqui está a fotografia do acampamento dos Venezuelanos lá em Manaus, lá na Rodoviária de Manaus. O que está em preocupação agora, é que houve uma redução, mas, não houve redução porque há menos trabalho escravo. Porque há menos

fiscalização, porque há menos meios para fiscalização, e isso é uma das preocupações, estão retirando as condições da equipe móvel, do pessoal que estão fazendo fiscalização, isso está fazendo com que fica ser mais um problema que fica escondido. E o tema da violência; o tema da violência no campo é um tema preocupante para nós especialmente aqui na Região Amazônica, porque aqui concentra a maior parte da violência. Aqui, nós divulgamos os números de assassinatos de camponeses, e houve uma redução, aqui vocês vêem de setenta e um que houve no Brasil, passou a cinquenta e seis na Amazônia, em 2017, agora passou de vinte e oito, a vinte quatro na Amazônia, quase 50%. A maioria dos números de violência tem produção e citando as agressões, que aumentou em 32%, e as torturas, esse aumento das torturas também é preocupante, 350% de aumento das torturas registradas, a maior parte é aqui na Região Amazônica também. Agora porque baixou o número de assassinatos? Eu vou deixar as interpretações para quem está na Mesa. Bom aqui os dados, a maior parte da violência, dos assassinatos são na Amazônia Legal, 86%, os conflitos não são mais do que no resto do Brasil, mas, a violência sim se concentra aqui na Região Amazônica. Sobretudo o ano passado destacou os assassinatos no Pará, mas também aqui em Rondônia, Rondônia, está em segundo lugar nacional nas mortes. E aqui tem seis marcadas, mas, nós já estamos querendo pedir para que incorpore mais quatro mortes o ano passado, que nós confirmamos serem de camponeses por conflito agrário, duas também no Mato Grosso. E esta foto aqui, já é uma das mortes que aconteceu aqui na Região na Ponta do Abunã, e é dentro do Amazonas, mas que foi enterrada no Acre. Esses são os nomes do registro daqui de Rondônia, os lugares onde aconteceram. Tudo isso vão achar no livro, e os dados vão divulgados também digitalmente.

Aqui nós estávamos contestando com o delegado agrário os nomes, ele tem alguns nomes a mais e alguns a menos dos nossos, tem alguns assim que às vezes nós deixamos como suspeitos, não tem clareza sobre as causas.

Aqui tem um resumo dos dados dos companheiros aqui nos presentes, os dados do Acre, 59 conflitos, 24 mil pessoas para um Estado tão pequeno, é muita coisa. Eles têm que considerar também que o Acre, acompanha Boca do Acre, Pauini, que acompanha os de lá, que foi uma parte do Amazonas, do Sul do Amazonas, mas a CPT do Acre que acompanha as ameaças de despejo e a pistolagem. No Amazonas, não é? Também 34 mil pessoas envolvidas nos conflitos, houve um despejo apenas lá em Manacapuru que foi mais de 400 famílias, uma coisa terrível. Depois, aí, tem a segunda maior área de disputa do Brasil 11.000 hectares em disputa. Pelo sul do Amazonas agora é uma das grandes áreas disputadas de terra de grilagem de terras de ocupação, ameaça de despejo, casas destruídas, ações de pistolagem, mais de 300 em Rondônia, não é? Os conflitos nós calculamos que atende mais de 58 mil pessoas. E esses 77 conflitos não quer dizer que exista mais conflitos no Acre e nos outros estados, são os conflitos que tiveram ocorrência. Ocorrência quer dizer que teve alguma movimentação. Tem outros muitos conflitos latentes, pendentes, que talvez nós não registramos nenhuma atividade, nenhuma ocorrência aí, não é? Enfim, também destaca os conflitos pela água aqui em Rondônia, os

companheiros do MAB vão poder falar disso. Em Roraima é a maior superfície em disputa, eu já falei isso.

Aqui a professora Maria José vai poder explicar um pouco melhor o que está acontecendo lá. E nós destacamos também que o ano passado tem muita violência contra os indígenas, sobretudo, a partir do segundo turno presidencial. Esses discursos que se fazem contra quilombolas, contra indígenas depois tem repercussão na prática, nas bases como na área karipuna, na área Uru-Eu-wau-wau aqui em Rondônia. Um dos registros que houve conflitos a partir do segundo turno uns 20% foram de indígenas.

Aqui tem um gráfico elaborado por um professor que está no livro, o Professor Walter, onde a linha vermelha representa os conflitos por terra; e a verde e a roxa representam nossas ocupações e acampamentos. Ai diz: 'ah, tem muito conflito porque tem muita atividade dos Sem-Terras'. Não é verdade. A maior parte dos conflitos de violência são agressões contra os posseiros. São provocadas pelos latifundiários que é a linha vermelha. Quer dizer, as ocupações reduziram, os acampamentos reduziram, mas não reduziu a violência, não reduziram os conflitos. O que se reduziu drasticamente foram às desapropriações para Reforma Agrária. Então essa desigualdade terrível da distribuição da terra fica cada vez pior, mas concentração da terra, menos distribuição da terra para aqueles que não têm, enfim.

Outra coisa a destacar também é a violência contra as mulheres. Eu queria destacar essa fotografia porque um dos dados positivos aqui de Rondônia, a fotografia é da Comunidade Santa Fé, que aqui tem uma representante aqui entre nós, que conseguiu o título da terra. Eu acho que foi dos únicos títulos da terra se não o único que conseguiu no Governo Temer em uma Comunidade Quilombola aqui do Estado. Isso foi graças ao esforço do Incra daqui do estado também, é do servidor do Incra e da luta e resistência da Comunidade, e especialmente das mulheres da Comunidade, que elas foram as grandes guerreiras, aqui estão juntas com o companheiros do MST na celebração do Título. Mas as mulheres têm sido duramente atingidas pela violência.

Aí houve um destacamento dos últimos 10 anos; 38 assassinatos a mulheres; 80 que tentaram assassinar, ameaçadas de morte 400; mortes em consequência dos conflitos mais 22; presas, detidas, até estupradas. E esse ano também teve muitos, assim, não teve nenhum assassinato de mulher registrado pela CPT, mas as detidas e agredidas muitas.

E aqui eu quero encerrar com uma frase dos nossos coordenadores nacionais que eu vou ler. 'E na mais densa escuridão da noite que se aproxima a aurora de um novo dia. O Deus e Jesus Cristo libertador está conosco e não abandona os pobres e pequenos, jamais. Como diz o canto bíblico em nossas comunidades se calarem a voz dos Profetas as pedras falarão. Se fecharem os poucos caminhos mil trilhas nascerão'.

E tem mais um slide aí para passar. Ah, está passando aqui diretamente, como que é? Ninguém solta à mão de ninguém', esse é o nosso lema.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Zezinho.

Nós estamos vivendo uma fase que a gente estava falando no começo, difícil, não é? Onde o Presidente da

República pega o aparelho de celular e grava um vídeo aconselhando a não se cumprir a lei existente no país, com relação à invasão de áreas protegidas, Reservas ou Terras Indígenas, e aí nós temos a honra de ter um Senador que vai lá questionar o trator que foi queimado. Mas não se preza a honra de fazer cumprir a lei do Estado e a lei brasileira. Como ele é Senador deveria fazer isso. Ao invés de estar questionando a máquina queimada, o senador Marcos Rogério ele deveria de estar questionando o não cumprimento da Lei Federal que trata da proteção das Áreas de Reservas no nosso Estado. E, o Presidente da República; e o Presidente da República, também não é de estranhar fazer um vídeo desses. Não dá para estranhar ele fazer, o Presidente fazer não, por que. Aliás, ouvi uma matéria dele ontem, pedindo para os ministros não fazerem nada de errado nesse período, agora, para aprovar a Reforma da Previdência. Depois que ele fez tudo isso, ele está dizendo que não é para fazer nada de..., para não caçar polêmica, nós não podendo caçar polêmica. Então, isso é muito ruim, é muito ruim. Onde você vê as pessoas invadindo as terras Uru-eu-wau-wau aqui no Estado. Tira, volta de novo, tiram, quando tiram 100, eles voltam com 200 e ninguém faz nada, ninguém.

Mas questionam uma máquina velha queimada. A Lei diz que tem que queimar ou tem que inutilizar, é isso que diz a Lei, inutilizar, porque está fazendo crime, está cometendo crime. O cidadão quando ele comete crime, ele vai ser inutilizado na cadeia, ele vai para cadeia, ele vai ficar por um período na cadeia para cumprir o crime. E, assim, é equipamento também, tem que ser inutilizado mesmo.

Mas, vamos lá então para as falas. Nós temos 04, 04 falas, 05 falas da plateia, ou dos companheiros e companheiras que estão aqui. E, nós vamos começar com uma mulher, a senhora Terezinha, quilombola de Santa Fé, Terezinha Gomes de Almeida. Eu não vou pedir para limitar o tempo não. Só vou falar chega!

A SRA. TEREZINHA GOMES DE ALMEIDA - Bom dia a todos e a todas. Meu nome Terezinha, sou a Comunidade Quilombola de Santa Fé. Vou contar um pouco para vocês como está a nossa realidade.

Depois de 13 anos de lutas, primeiramente, graças a Deus e depois todos aqueles que tiveram envolvidos pela nossa luta e pela nossa causa, e também, nós mulheres que estávamos à frente, principalmente, lutando, sendo ameaçadas também, conseguimos a titularização da terra. Hoje, mas nós não queremos que, o nosso medo antes era que depois da titularização, a nossa Comunidade fosse esquecida. E, realmente é o que a gente está vendo, que hoje nós estamos ficando esquecidos. E, nós não queremos isso, nós queremos direito à Educação, à Saúde e é o que nós não estamos tendo na nossa Comunidade. Nossas crianças saem de casa 11 horas da manhã para poder estudar à tarde, e chegam às 21 horas da noite em casa. Isso não é justo, crianças de 02, 03 anos, não é certo. Saúde, agora, a gente tem agendar para fazer uma consulta. A gente não adivinha quando que a gente vai ficar doente. Então, a gente quer; a gente não está pedindo um favor, a gente só quer o que é o nosso direito. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Muito bem, dona Terezinha. Agora, a dona, a senhora Ivonete Rivero de

Souza de Roraima. Rivero, não é? Porque aqui tem acento i. Eu acho que é River.

A SRA. IVONETE RIVERO DE SOUZA - Bom dia a todos e a todas. Eu me chamo Ivonete, sou de Roraima, do Município de Caracarái Roraima. Também sou trabalhadora rural de Caracarái, também sou Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Catadores e Catadoras de Material de Reciclagem de Caracarái. É importante lembrar que nós também defendemos, também, o Meio Ambiente, nosso Meio Ambiente, com os nossos artesanatos em Roraima. E, também, eu quero também falar um pouco do nosso conflito no Estado de Roraima, também, porque a gente tem uma terra, também à beira da margem do Rio Branco também. Estamos sofrendo pressão de fazendeiros e madeireiros na nossa área. Então, nós viemos aqui, também, pedir que o povo olhe para nós, que demarcam nossas terras. Que nós estamos lá desde 2001, lutando para que nós tenhamos a nossa área demarcada. E, nós nunca conseguimos, não somos olhados por ninguém.

Somos um povo esquecido, também em Roraima. Em Roraima, lá na nossa área, também, já houve mortes, não foi registrado, mas houve morte por causa de terra, dois irmãos se mataram ano passado em conflito de terra, na área do Cujubim Beira rio. Então, a gente pede, encarecidamente, que o povo nos escute, que não venha ficar os nossos pedidos só no papel. Que lembrem na nossa demarcação da nossa área no Estado de Roraima também. E, eu também agradeço. É só isso que eu queria falar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Senhor Paulo Sérgio, acampado de Palotina aqui no Acre.

O SR. PAULO SÉRGIO – Bom dia a todos. Quero agradecer a oportunidade que a gente está tendo hoje de trazer um pouco do nosso sofrimento no campo. Então, assim, eu sou de Rio Branco, do Acre, mas represento um povo do Seringal Novo Natal, do Sul de Lábrea, que é divisa com o Acre. E a gente tem a ocupação lá de 200 famílias, aonde nós fomos já ameaçados de morte pelos fazendeiros, por policiais militares.

Já fomos presos, eles inventando crime ambiental para nós, dizendo que nós estávamos em uma área do ICMbio, nos levaram para a Federal, que o fazendeiro tem amigo que já foi Superintendente da Federal, que facilita essa situação para ele, tem amigo Comandante da PM tanto no Acre como no Amazonas, delegado e fica usando essas pessoas para prejudicar a gente lá, inclusive, eles levam viatura do Acre para o Amazonas, eles trabalham em conjunto, só que já teve prisão de policiais lá também. Então, a gente vem aqui pedir encarecidamente ao Governo do Amazonas, a Assembleia Legislativa que está intervindo por nós, fazendo esse Caderno, que olhe por nós, pelo Acre, pela divisa aqui do Amazonas com Rondônia, que a situação aqui não é fácil. A gente teve em um acampamento nosso, nós tivemos 12 redes cortadas de terçado por policiais, sem mandato judicial, ele vai ao campo lá, corta e faz o que quer sem mandato judicial. O fazendeiro, ele tem uma terra sem limite, ele não tem limite de terra, lá o INCRA deixa o fazendeiro à vontade em terra devoluta e enricando, se enricando ilícitamente e usando a área que é do povo, que está escrito no INCRA há 20 anos, 25 anos, teve

deles que já morreu e não teve acesso a essa terra, sendo que está na mão dos grandes fazendeiros, os pequenos não têm acesso. Hoje, se o INCRA for assentar alguém, ele vai ter que desapropriar o fazendeiro, tipo assim, chegar lá, pagar para ele a terra que não é dele, para poder assentar o povo que é dono da terra. Eu queria agradecer a todos aqui, eu queria falar mais, mas, o tempo é curto e eu quero agradecer. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente)- Muito bem, Paulo Sérgio. Obrigado.

Senhora Kaniari Huni kuin.

A SRA. KANIARI HUNI KUIN – Sou Lidinalva, eu sou do povo Apurinã, companheira de Huni kuin, Cacique “Kaxinawá”, Huni Kuin Kaxinawá e eu vim pelo MMC – Movimento das Mulheres Camponesas. Então surgiu a proposta de falar do conflito, então como eu sou dentro de um povo e nós temos que falar o que está acontecendo na nossa realidade que é o conflito da nossa terra, que há muito tempo a gente vem sofrendo com o que está acontecendo lá. Então, como eu vim pelo Movimento das Mulheres Camponesas, eu já estou representando, antes de eu ir para lá, eu fui vítima de violência doméstica, eu não estou aqui para falar do que eu já passei, porque é muito sofrido. Então eu vou falar no sofrimento do meu povo, o que está acontecendo lá, mas ninguém melhor do que ninguém como um deles para representar. Então, eu reivindico sim uma representação de uma liderança do meu povo, o Presidente da nossa Associação Antônio Carlos Alberto Nunes, que é o atual Presidente da nossa Associação, eu reivindico sim que nós nos unamos, juntemos as mãos, realmente sem preconceito, com união, se nós não dermos as mãos como que nós vamos nos unir? Como que nós vamos fortalecer junto? Então, como eu vivencio o que está acontecendo lá esse conflito de terra que já teve morte no passado e essa morte ficou por isso mesmo. Foi agredido um senhor idoso, que até hoje, apesar desses anos que se passaram, ainda sente a pancada na sua cabeça. Vive em consequência de problema de saúde, devido as porradas que pegou de polícia. Então, nós sofremos conflitos sim com os fazendeiros, que a cada dia vem tomando espaço do nosso chão para plantar. A nossa natureza está acabando, a nossa floresta está acabando, nós não temos mais animal para a nossa alimentação. Nós só temos um lago, esse lago, os fazendeiros fazem arrastão, quando nós vamos pescar já não tem mais muita coisa. Os peixes só são bons nos rios quando tem a piracema, na época do inverno fica difícil a nossa alimentação. Se nós não tivermos terra para plantar, para nós produzirmos nossa alimentação, nós vamos passar fome, gente, nós já passamos situação difícil, nós estamos em nossa alimentação, nós precisamos da floresta para sobreviver, está acabando o nosso alimento; nós não temos mais como sobreviver, nós estamos passando necessidade sim gente, nós pedimos socorro e que isso não fique só no papel, eu estou falando sim, mas eu exijo que venha um de lá e fale por eles também, um único genuíno puro e verdadeiro. Eu sei por que eu convívio junto com eles, eu sento e como junto com eles, eu vivo a vida junto com eles porque eles fazem parte do meu coração. Então, eu peço para vocês, realmente, juntar as mãos e as pessoas investigar e chegar até lá e vê o que realmente

está acontecendo, porque que nós já tivemos dois estudos de terra e não foi concluído ainda. O que aconteceu para isso não ser concluído? Porque a Funai não deu resultado para nós? Porque que nós fizemos uma carta de denúncia, mandamos para o Distrito Federal, Brasília, e não tivemos resposta ainda? Que o que nós estamos fazendo aqui não fique só no papel porque muitos de nós já baixaram a cabeça. Muitos ficam jogando culpa um no outro, mas, realmente, se nós não nos juntarmos e unirmos as mãos e ficarmos de união mesmo nós não vamos chegar a lugar nenhum. Então, vamos realmente juntar as mãos e fazer a diferença com que, realmente, nós consigamos a nossa terra para nós plantar o nosso pão de cada dia. Gratidão gente, eu não vou falar mais não porque senão eu vou findar chorando, mas gratidão por tudo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Kaniari, muito obrigado.

Por último o senhor Marcos Carvalho, do Acampamento Dois Amigos.

Vai lá Marcão. E aí nós vamos passar já para a Mesa.

O SR. MARCOS CARVALHO – Bom dia a todos! Meu nome é Marcos. Senhores eu vim falar sobre o Assentamento Dois Amigos que iniciou em 2014 no Distrito de União Bandeirantes divisa de Porto Velho com Nova Mamoré. Então senhores, as famílias começaram, adentraram nessa área e começaram a exploração das terras em 2014 e foi acordo firmado com o fazendeiro que se os Camponeses permanecessem com a terra, ele ficaria com a madeira. Então, a partir do momento as famílias começaram a ocupar essa terra, então todos sabem que já de início faz as casas improvisadas, de barracos, chamados barracos, que é de lona e palha. Então, após os barracos de palha senhores, as famílias começam a construir as casas mais segura de madeira e começa também o seu plantio, melancia, plantação de arroz, animais de pequeno porte.

Senhores, no ano passado, no mês de março de 2018 os moradores começaram sofrer ameaças por parte do fazendeiro. Então colocou, começou colocar pistoleiros, guachebas, para começar ameaçar as famílias lá. Então, no final de março também houve a Polícia Militar também esteve lá, que fez uma reintegração de posse sem Oficial de Justiça, sem nenhum mandato e queimaram o barraco das famílias. Aí tocaram fogo nos barracos, entupiram os poços e de certa forma uma situação muito cruel naquela localidade foi feito e a partir daí as famílias começaram a provocar o Estado, oficializando o Estado juntamente com o Deputado Lazinho, nós tivemos com ele na antiga Assembleia.

Aí então nós começamos a provocar o Estado, a partir daí começamos oficializar tanto o Comando da Polícia Militar como o Sesdec, Ministério Público Federal, Estadual, da real situação que estava acontecendo, que as famílias estavam sofrendo ameaça tanto por parte de possíveis Policiais Militares que estavam envolvidos e o Deputado Lazinho ele tem ciência, ficou ciente dessa situação que ocorreu, então nós fizemos uma manifestação no dia 20 de junho, tivemos Ata do que ocorreu e pedimos, fizemos uma manifestação e demos entrevista em Rede de Televisão e tudo.

Senhores, no dia 7 de julho 2018, eu mesmo fui até o município de Guajará-Mirim, despachei um abaixo assinado

junto ao Comandante daquele Batalhão, que na época, era o Tenente Coronel Braga. Então, o abaixo-assinado estava claramente dizendo o que estava ocorrendo naquele local, sob a questão de ameaça tanto por policiais militares quanto por fazendeiros e ele pôde ver realmente, assistir realmente o que estava ocorrendo naquela região lá. Só que no dia 25 de julho de 2018, houve o conflito, onde levou três vítimas fatais, dois camponeses e um policial militar. Eu não vou entrar em detalhes sobre as questões, porque como ocorre judicialmente, não é? Então, pessoal como o massacre de Corumbiara, assim também ocorreu na nossa localidade. Então, para a gente é uma brutalidade, uma fatalidade que ocorreu com os nossos companheiros, de tanto a gente provocar o Estado, mas, parece que o Estado não está enxergando a gente falar e o pior não é isso, o pior é ter que ouvir o Comandante falar que a polícia confrontou com marginais, falar que eram marginais que estavam no local confrontando com a polícia, sendo que eu mesmo sentei à mesa dele e falei para ele que era camponês e precisava de apoio e que eram policiais militares que estavam indo fazer ameaça com as famílias e a gente tem que aturar isso, ouvir ele falar em rede estadual que se tratavam de marginais. Então, eu acho que é um descaso muito grande contra os camponeses, contra nós, que provocamos o Estado, contamos a real situação, dizemos, mas, infelizmente não obtivemos nenhuma resposta, a resposta que tivemos é essa daí. Poderia ter evitado, inclusive, o Incra também estava ciente disso aí, do que estava ocorrendo lá, mas, parece que existe certa morosidade por parte do Estado, por parte Incra, por parte de algumas pessoas que têm o poder de estar agindo, mas, não agem. Esta é a revolta, não só minha, mas de todo o povo; acho que vocês também estão aqui se sentem revoltados com a real situação. Então, é muito difícil e complicado a gente chegar aqui, falar, falar, nós vamos embora, se amanhã ou depois, é a mesma coisa, fica a mesma, parece que não houve nada, parece que o Estado não provocou nada, nada; nada se resolve aqui nesse Estado de Rondônia. Parece que é o Estado mais atrasado que tem é esse aqui.

O massacre de Corumbiara é um exemplo também, para a gente meditar sobre a questão que ocorreu, teve o envolvimento com policiais militares também nesse massacre. É inaceitável que a impunidade continue sendo a regra para crimes cometidos contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo, investigar e levar justiça, mandantes e executores, assim como garantir o direito da terra, são condições fundamentais para que haja justiça no campo e para efetivar vigência de direitos humanos no País. É o que está ocorrendo atualmente no mundo de hoje.

Então, senhores, após mais ou menos uns 20 dias da morte do nosso companheiro Thiago, nasceu a filha dele, que não vai poder conhecer o pai e nem acalantar pelos seus braços, porque a ganância por terra e muitas vezes pelo dinheiro que a gente não pode afirmar uma coisa que a gente não sabe, mas levou a morte de dois camponeses nossos e um policial militar.

Então agradeço a oportunidade e obrigado por tudo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente)- Obrigado Marcos. Obrigado. Pediu aqui também, lá do Amazonas, o senhor Raimundo Nonakao, do NACA, agente da CPT, lá de Itacoatiara.

O SR. RAIMUNDO NONAKA – Bom dia a todos. Quero saudar à Mesa, quero saudar meus companheiros de luta que estão aqui reivindicando os nossos direitos com as nossas autoridades do nosso Estado, aqui de Rondônia, de Roraima, do Acre, da minha Amazônia. Então, eu quero dizer para vocês meus irmãos, assim com um pequeno refrão: nós somos seres humanos que vivemos na terra para produzir para trazer para as nossas Capitais, para as nossas cidades, para os nossos municípios, mas somos pequenininhos, mas, somos filhos de Deus. Então, na nossa terra de sofrimento, eu quero dizer para vocês que eu vivo no lago do Canaçari, município de Itacoatiara, sou um agente da Comissão Pastoral da Terra e vivo muito ameaçado. Já peguei lambada de fio elétrico, já fui preso, mas, estou aqui, não vou desistir, porque essa vida precisa de todos nós. Então, nos nossos lagos lá, existem muitos invasores de grandes barcos de empresas que vêm depredar o nosso lago que é raso, que ele no tempo da seca, ele não dá nem duas lâminas de água. Então, ficam só os buracos que a gente chama de poço e lá eles invadem e levam tudo que é nosso. Mas com uma pequena Portaria que a gente tem do nosso IBAMA, a gente tem um acordo de pesca e temos já um pequeno resultado, então, isso para mim é uma vantagem muito grande porque a mesa nossa é farta com alimentos, mas estou vendo que a nossa Amazônia, o nosso Brasil precisa muito ser preservado, as nossas florestas, o nosso clamor, as nossas necessidades no nosso dia a dia. Então, eu digo para você, o mundo será melhor, quando o menor que padece acreditar no menor; certo homem colheu tanto que o seu armazém encheu, pensou que estava seguro, na mesma noite ele morreu. Seu corpo, levaram à cova e perdeu tudo que era seu. Então, não adianta esses homens grandes e ricos, fazendeiros, grileiros de terra que vêm tomando as nossas terras, levaram tudo e depois todos nós vamos passar por esse momento. Aqui é uma passagem.

Então, temos companheiros de conflitos de terras também lá em Itacoatiara, tem um companheiro Jorge, o Zé Jorge, que também já foi até sequestrado. Mas quando a gente vive com Jesus na frente, Ele está presente em todas nossas ações. Então, eu quero dizer para vocês, para nossas autoridades que não fiquem só na cidade, faça uma política para que as nossas autoridades venham também nos proteger na zona rural, porque nós precisamos de segurança também, não só... Eu sei que é pouco, diz que é pouco, mas vamos fazer política, meu deputado, vamos correr atrás lá no nosso plenário com esse nosso Presidente novo aí, que é da PM, é companheiro nosso, eu acho que vai ser companheiro nosso, apesar de tantas coisas que ele está querendo tirar da nossa zona rural, de pescadores, de agricultores, das pessoas que moram na cidade, porque um salariozinho desses, que a gente já tem de miséria, desculpe a expressão, a gente precisa de mais um pouco no nosso salário, enquanto têm pessoas ganhando milhões e a gente vive no sofrimento.

Então, eu quero lembrar do pessoal do Amanã, dos quilombos do lago de Serpa, que são também pessoas sofridas, e dos meus companheiros que estamos aqui todos nós reunidos, gente de braços dados, conclamando, pedindo socorro de todas as autoridades para que olhem as nossas necessidades, que a gente precisa mesmo de ser olhado por vocês, porque vivemos lá dentro daquele cabeceirão, daquelas

matas dessa grande Amazônia Legal que nós vivemos. Meu muito obrigado, que Deus tome muita consciência em todos nós e nas nossas autoridades muito mais, porque nós precisamos estar lutando. Não vou desistir, posso morrer, não quero que o meu nome seja divulgado como meu companheiro Chico Mendes, depois que morreu fizeram um Instituto somente para ganharem dinheiro na costa dele. Então, eu não quero que o nome de nenhum desses mártires da terra que vivem a lutar, seja feito um Instituto simplesmente para ganharem dinheiro; mas que nós venhamos a lutar hoje com vida e darem valor para nós também, muito valor para nós. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, senhor Raimundo, muito obrigado. Registrar a presença do Ademar, Ademar do Idaron, obrigado por ter vindo. Arine, Arine Caçador, é isso? Seja bem-vinda Arine. Ela é Coordenadora do PNUD. Vou falar o que é, porque senão vai... Coordenadora do Projeto de “Justiça Presente”, representando o PNUD, é isso? E o Haddad, que não é o Haddad lá de São Paulo, mas é de São Paulo também, não é Haddad? Paulo Haddad é Diretor Executivo da SEAGRI, gente, amigo nosso também. Agradecer a presença do Vereador Francisco, ele está falando; se não falar que ele está aqui, ele me bate; lá de Rolim de Moura, Chico do Sindicato, está ali.

Vamos lá então. A primeira a usar a tribuna, senhora Vera Lúcia, Conselho Indigenista de Rondônia. Senhora Vera, vá lá, pode ser aí mesmo, onde quiser.

A SRA. VERA LÚCIA GABRIEL – Bom dia a todos. Eu faço parte da equipe de Coordenação do CIMI – Conselho Indigenista Missionário. O CIMI nasceu junto à luta pelos direitos da vida, nasceu junto com a CPT. A gente caminha junto, tem que caminhar junto. Olhando todos esses relatos de conflitos, de violência, morte, perseguição, tudo isso é o que os povos indígenas vêm passando também. Nós também temos esse Caderno de violência, onde é registrado todo tipo de violência que sofre os povos indígenas no Brasil todo. E a mesma causa de morte, de violência que o povo do campo passa, é também esta causa dos povos indígenas. O que causa tanto conflito, o que causa tanta ganância? É esse agronegócio, o ‘agro’ que vem assolando demais, freneticamente, fazendo com que os povos que estão na terra, sintam medo, entregue aos poderosos. E, nós, os povos indígenas também estão sofrendo com todos esses entraves. Como disseram aqui, desde o início, como tem registrado aí no Caderno, desde após o primeiro turno presidencial, os povos indígenas vêm sofrendo cada vez mais ameaças. Ameaças por madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, as hidrelétricas que estão aí surgindo, pipocando e invadindo as terras, os loteamentos que surgiram após o turno presidencial. Então, pipocou bastante loteamento de terras indígenas, que é terra da União, abertura de estradas dentro das terras indígenas. E aí a gente sabe que o conflito torna-se maior, e aí a gente vê muitos movimentos que são feitos para a defesa da vida.

Neste momento, lá em Brasília está acontecendo a ATL, que é o Acampamento Terra Livre. Milhares de indígenas aliados, parceiros, companheiros da causa estão lá, lutando, gritando porque há conflitos, há mortes, há perseguições. Nós aqui de Rondônia estamos reunidos também, lá no CAP, para o

‘Abril Indígena’, que vai até amanhã. Amanhã nós temos uma mobilização também. E, esse Abril Indígena conta com os povos indígenas daqui de Rondônia. Sabemos que aqui em Rondônia são mais de 60 povos, mais de 60 culturas diferentes, línguas diferentes, artesanatos diferentes, vidas diferentes. São territórios ameaçados também, povos que vivem à mercê da sorte, mas que não se amedrontam, que vão à luta. E, aí, a gente vê, foi citado e vocês vão ter aí no Caderno essa placa, que em toda terra indígena, onde há terra indígena, início da terra indígena há uma placa do Governo, que é verde e amarela. E nessa placa vem escrito que ali é uma propriedade Terra Indígena, que não é permitido pessoas que não são, a não ser os aliados, companheiros, à entrada. E, o que eles fizeram, essa placa lá na terra indígena karipuna, que é aqui em Rondônia, cravada de bala. E, como foi citado aqui várias vezes, é uma terra que está sendo invadida por madeireiros. Se a luta é pela vida, vocês do campo, os povos indígenas estão lutando pela vida, pela preservação da natureza, também foi outra palavra que saiu bastante aqui, ‘preservar’. Cadê a nossa floresta? Conforme foi lido aqui. E a luta é pela floresta, a luta é pela dignidade da pessoa. E aqui, então, a gente registra também vários, vários conflitos que estão havendo em vários lugares. Assim como na terra Uru-eu-wau-wau, assim como na terra indígena Ribeirão, Laje. E, aí, se a gente for ver, em várias terras indígenas aqui em Rondônia estão sendo ameaçadas e pelo Brasil afora também. Então, a gente está junto nesta luta. E, por que alguém dizia já no final, falando aqui, por que dos assassinatos. Assim também muitos indígenas que vêm sendo mortos, ameaçados. E, aí, a gente vê que é essa ganância pela terra. Uma ganância que vem justamente para que o agronegócio tome conta da vida da natureza, dos povos. Então, é com imensa alegria, não é com alegria, mas é com esse momento de trazer aqui todo esse povo que vem sofrendo esses conflitos nas suas terras e saber que muitos povos já existiram aqui no Brasil, muitos. Hoje estão reduzidos e estão aumentando cada vez mais. Então a gente vê que o povo, mesmo diante das ameaças, continua fazendo a sua luta para continuar resistindo e vivendo. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, Vera. Muito obrigado pelas palavras. Em seguida o senhor Océlio da Silva, Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB.

O SR. OCÉLIO DA SILVA – Bom dia. Obrigado, deputado. Bom dia a todos e a todas. Eu sou do Movimento dos Atingidos por Barragem. Então, pelo o que eu estou observando, nós fazemos parte do conflito da água, depois nós temos que conversar com a CPT que o número onde os conflitos pela água aqui em Rondônia, somando 6.743 famílias subiu. Hoje o MAB tem divulgado, são mais de 10 mil famílias envolvidas em conflitos aqui nas hidrelétricas. Então, nós temos que atualizar, talvez os números no próximo Caderno. É um momento importante desta Audiência, mas não é o momento que a gente gostaria de fazer, de tratar conflito, as ameaças e as mortes.

Então o Movimento dos Atingidos por Barragem, é o movimento que tem feito uma grande luta aqui em Rondônia em defesa do direito dos atingidos pelas barragens. E no último período a gente tem feito um grande processo, avançado nesse

processo de luta. E quando se avança a luta pelo direito, avança também a repressão, as ameaças. Isso se tornou uma luta mais contundente aqui, a partir de 2008 o processo da luta contra a construção das usinas do Madeira. A gente entendia que a construção das usinas do Madeira abriria espaço para a construção das usinas na Amazônia, começou a construir Madeira, libera o espaço, a possibilidade de construir mais hidrelétrica. Nisso, saíram as usinas do Madeira, saiu Belo Monte, tem projeto no Tapajós, tem Projeto Brasil-Bolívia, que a gente está fazendo a luta contra.

Nesse processo, tivemos muitos enfrentamentos e fazem 10 anos de construção das usinas do Madeira, está se fazendo esse ano de 2019, 10 anos da construção das usinas do Madeira e que os seus conflitos ainda avançam. Muitas famílias foram despejadas, muitas foram remanejadas e ainda hoje, em 2019, têm muitas famílias fazendo a luta para serem reconhecidas enquanto atingidas. Nós temos vários casos que a gente gosta de citar aqui, é que está em conflito iminente, que nós temos o Distrito de Jaci-Paraná, que é um distrito que em pleno 2019, começaram a sair famílias atingidas de 2009, 2010 e em 2019 têm muitas famílias sendo remanejadas. É um distrito que sofreu um grande impacto. O marco desse impacto foi em 2011, que o distrito tinha uma população de 22 mil habitantes. Saiu de uma população de 4 mil para 22 mil, hoje o impacto saiu de 22 mil para 4 mil habitantes em torno, em média. E essas famílias do distrito; aumenta a violência, aumenta a prostituição, aumenta a população e a estrutura coletiva não se desenvolve.

Hoje estamos com conflito desde o debate que a gente fez, a briga aqui nesta Casa contra o aumento de 80 centímetros do reservatório da Usina de Santo Antônio, fizemos muita briga nesta Casa, na antiga Casa, para não subir a cota da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio para aumentar mais seis turbinas, mas foi uma luta que a gente foi até o fim. Conseguimos barrar várias Sessões nesta Casa, mas, numa última Sessão, os deputados conseguiram aprovar sem a presença do povo. E foi um grande acordo que fizeram, um milhão de reais para cada município em troca de aumentar um reservatório, sem resolver os problemas dos atingidos. Qual era a nossa defesa contra o aumento dos reservatórios? Muitos problemas que tinham, as usinas não tinham resolvido, remanejamento, indenizações, problema de reassentamento que a própria empresa construiu, que hoje está sendo atingido pelos reservatórios e, em troca disso, vendeu a dignidade dos atingidos para aumentar o reservatório para gerar mais lucro para o empreendedor. E esse acordo fez-se outro conflito, não é? Hoje, Jaci-Paraná, em troca disso, o município de Porto Velho recebeu compensação de R\$ 30 milhões para o Distrito de Jaci-Paraná e esses R\$ 30 milhões estão tendo um processo de disputa. A comunidade quer o dinheiro para resolver a vida dos atingidos, enquanto grupos políticos querem o dinheiro para resolver vidas de interesses pessoais. Com isso tem uma companheira nossa, da região, chamada Flávia, que está sendo ameaçada de morte, está sendo perseguida porque nós estamos fazendo a luta para que esses recursos sejam para os atingidos por barragens, seja voltado para resolver a vida dos atingidos, mas tem grupos que querem discutir para questões pessoais, para manter o seu poder econômico, seu poder político local.

Então, o MAB nesse processo da briga, tem essa companheira que nós estamos denunciando, tivemos ontem

reunião com a Procuradoria Federal da Defesa dos Cidadãos que a gente está fazendo a denúncia para pedir proteção. Estamos pedindo proteção ao Estado de Rondônia para fazer o processo de investigação e a proteção dessa companheira para não entrar nesse número, em 2019, de dado de conflito, de assassinato. Para não entrar, a gente está fazendo o processo de luta e denúncia. E já tivemos perda, Rondônia com esse mesmo processo de luta em Abunã, que é outro distrito, que é atingido pela Usina de Jirau, é um distrito que nós já tínhamos uma luta antes de 2014 para que fosse reconhecido como atingido, porque nós entendemos que é uma área atingida, faz divisa com a Bolívia e a Usina de Jirau, diz que a uma área que não é impactada, tenta se redimir dos seus deveres e nós tínhamos uma companheira chamada Nicinha, que fazia a luta pelos pescadores nessa região, e que foi assassinada em 2016. Fez três anos esse ano do assassinato da companheira que até hoje a gente está fazendo a briga para que seja esclarecido os motivos do assassinato. E a luta dela era o direito dos atingidos daquela região, especificamente dos pescadores, que ela era ligada aos pescadores, mas que hoje nós estamos com a briga para o remanejamento de todo o distrito, que a própria Agência Nacional de Água diz que é uma região de segurança, não é? É uma região de segurança, que esse distrito tem que ser remanejado, tem que ser relocado. E aí está uma Ação Judicial que a ANA entrou na Justiça para que seja remanejado e a Usina de Jirau não quer remanejar, dizendo que não é uma área de risco, não é uma área de insegurança. Mas a gente, por experiência, e a partir de 2014, da cheia de 2014, é uma região que está em iminência de alagação, o lençol freático impactado e a gente continua nessa luta. Essa companheira iniciou a luta e a gente continua nesse processo de luta e isso está dentro dos conflitos, só Distrito de Abunã tem uma população de mais de 300 famílias.

Jaci-Paraná hoje, mais de 4.000 famílias, então assim, é um número grandioso de famílias que estão em conflito. E em 2017 também tivemos outras ameaças com duas companheiras militantes da luta.

Então, é interessante que a gente observe que a maioria dos conflitos ligados à água e especificamente com MAB, tem sido violência e assassinato de mulheres, as mulheres lideranças das suas comunidades, que organizam e lutam pelo seu direito relacionado aos atingidos por barragem.

Em 2019, em março, fez agora, 22 de abril fez um mês do assassinato da companheira Dilma do Pará, também por lutar pelo seu direito na região. Era uma militante, liderança dos atingidos de Tucuruí. Então, a cada dia a gente percebe que nessa atual conjuntura que se discute o direito, o direito das minorias, o direito das mulheres, são as que são mais perseguidas e ameaçadas e a maioria delas tendo que se recolher para não ser exterminada e ser assassinada.

E em Rondônia, a gente tenta fazer essa luta para garantir do direito e as ameaças não nos intimida. A gente tem que fortalecer o processo de luta e a CPT, contribuindo nesse processo de divulgação, a gente tem que aproveitar esse processo de divulgação para amedrontar os nossos inimigos. Nós temos que dizer para ele que nós somos vivos, estamos aí fazendo a luta. A gente quando vê a presença da Polícia Militar a gente se assusta, mas eles não estão mais aqui, não é? Eu não sei por que não ficou até o final da

Audiência, porque muitos deles, não são todos, alguns ajudam o processo, expulsam os acampamentos, intimidam as lideranças, alguns deles fazem isso. Então a gente tem, às vezes, a gente tem medo e nem sempre a gente confia. Tem sempre que ter uma retaguarda porque a gente fica com medo. Polícia hoje não é sinal de segurança, não é? Polícia hoje, a gente anda na rua, tem medo. Então, que era para ser o contrário, era para dar segurança ao povo e ao cidadão.

E recentemente vemos essa questão do conflito da água, esse, o grande dilema que todo mundo conhece que é a questão de Brumadinho em Minas Gerais, que levantou um debate dos Planos de Segurança de Barragem.

Rondônia hoje, nós temos 2, 3 grandes Hidrelétricas, Jirau, Santo Antônio e Samuel, que a população não conhece os planos de segurança de barragem. Que Brumadinho aconteceu aquele desastre, ninguém esperava que aquela barragem de rejeito fosse estourar e estourou. Está se confirmando mais de 500 vítimas naquela região e levantou a nossa preocupação do MAB para fazer o debate dessa questão do plano de segurança de barragem. Começamos a questionar os poderes públicos, esta Casa também, para questionar as usinas sobre os planos de segurança. Diz que tem os planos, mas a população não conhece. Quem aqui conhece o plano de segurança da barragem de Santo Antônio e Jirau? Ninguém conhece o plano de segurança. Eles dizem que tem o plano de segurança. E, aí, o MAB começou a fazer o questionamento, qual o impacto seria se a gente tivesse um estouro de uma hidrelétrica dessas em Porto Velho, na nossa região? Quais seriam as medidas a serem tomadas de evacuação da população? Qual medida de proteção, medidas antes do acontecimento? A gente tem que saber, e um plano de segurança tem isso. Então, a gente passou a cobrar dos empreendedores, passamos a cobrar do Ministério Público estadual, federal, alguns parlamentares estaduais, municipais e federais, para que as usinas apresentem para a comunidade os planos de segurança de barragem. E para se ter noção, o Ministério Público pediu, marcou uma Audiência com a sociedade civil e as usinas desmarcaram. Então, assim, eles não estão com a preocupação de apresentar o plano para a sociedade, para a população local e nós temos a tarefa de cobrar. E a gente aproveita, pede ao Deputado Lazinho para que ajude a fazer esse processo, porque nós não queremos desastre, esse é um desastre que a gente não quer que aconteça.

Outra questão é que os lagos das usinas de Santo Antônio, a cada ano, eles aumentam. É uma questão que nós estamos observando e têm dados que o lago da hidrelétrica de Jirau e Santo Antônio, cada ano, eles têm aumentado em torno 65%, isso Jirau. Dados de alguns estudos da ONG que fez estudo aéreo do lago. Então, a preocupação, essa é uma das questões que discute essa questão do plano de segurança.

Então, a gente agradece a CPT pelo convite, da gente trazer essas questões, e as nossas preocupações hoje, é fazer denúncia sobre essa questão da perseguição, das ameaças à companheira Flávia, e pedir para que os companheiros que compõem esse grupo que está fazendo aqui a exposição, possa se manifestar, pedir para o Estado cobrar, fazer investigação, para a gente não ter esse dado do nosso futuro Caderno de Conflito no Campo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Océlio. Vamos imediatamente para o Dr. Ricardo Gilson, da UNIR. Nós temos 55 minutos para ouvir as outras falas todas, para encerrar.

O SR. RICARDO GILSON DA COSTA – Bom dia a todos. Vou procurar ser mais objetivo em relação ao Caderno, aos dados do Caderno e outros processos sociais, políticos, econômico que envolve a questão dos conflitos no campo e por território no País hoje. Então, eu vou pedir ao colega por gentileza, só para passar.

Então, primeiramente, nós temos uma corrida por terras agrícolas no mundo. Quero dizer isso para vocês, porque o que está acontecendo na Amazônia tem escala global. Então, se tem uma corrida por terra, porque o mundo precisa produzir mais alimentos, tem mais de sete bilhões de habitantes, e onde é que podem ser produzidos esses alimentos? Então, tem uma corrida, o capital das grandes empresas para a compra de terra na África e, sobretudo, na América do Sul. E, particularmente na América do Sul, o Brasil está sendo o último País em que esse processo está se consolidando, está iniciando, quer dizer é embrionário, e, portanto, nós temos uma corrida por terra, pelo capital global. É diferente do passado em que você tinha compra simples de terra, agora não, você tem um movimento mais estrutural do capitalismo global do qual vê a América do Sul como a grande fazenda do mundo. Isso tem perigos também sociais e ambientais.

No Brasil, o maior potencial, os dados da FAO, para expandir a produção agrícola, e, portanto, isso vai ter rebatimento nas áreas rurais, sobretudo, campesinato, dos povos e das comunidades tradicionais.

Qual o desdobramento desse processo na Amazônia? Nós fizemos uma cartografia das áreas e famílias em conflito na Amazônia. O Estado de Rondônia é um espaço do conflito, no Acre, na região de Rio Branco para Ponta do Abunã, em Rondônia, você tem um triângulo, pegando o sudeste do Amazonas, como área de conflito, é o caso de Humaitá, Canutama e Lábrea, a fronteira está expandindo para lá. Então, nós temos nesse triângulo Ponta do Abunã, sudeste do Amazonas e a região de Rio Branco, o que nós podemos chamar de 'agrobandidagem'. Os madeireiros, fazendeiros, estão entrando em áreas protegidas, estão roubando madeira e estão dizendo que isso é agronegócio também. Que essa virou uma palavra, um mote para defender tudo que não presta também no campo em termo de violência, não é só produção agrícola, produtividade e tecnologia. Isso virou instrumento de destruição de territórios culturais, destruição de biodiversidade na ideia de que isso é desenvolvimento econômico. No oeste do Pará, aquele círculo verde mais forte é Santarém, conflitos agrários, conflitos, sobretudo, por água. Então, a Amazônia é o espaço do conflito. Embora tenhamos conflitos no Brasil todo ele vai se acirrar mesmo na Amazônia brasileira.

Fizemos outro elemento importante, que é o conflito pela água. Os Estados de Minas, como o Océlio falou Bahia e Sergipe, são os Estados que têm mais famílias envolvidas, pessoas envolvidas em conflito. No caso de Minas, o que o Océlio expôs, a questão da Vale, é importante dizer isso. A maior empresa brasileira tem seus lucros negligenciando a segurança das populações das comunidades. É assim que a maior empresa

brasileira tem lucro, negligencia a segurança e acontece o que aconteceu alguns anos e o ano passado em relação a Brumadinho, está certo?

No caso da Bahia e Sergipe é o rio São Francisco. Você tem um rio bonito que é disputa de áreas pelas grandes empresas fazendo Resort e aí querendo expulsar os ribeirinhos, os camponeses que também têm direito a água como direito humano. Esse processo está se deslocando para a Amazônia por causa das hidrelétricas e mineração. Aí, o papel de Rondônia e do Estado do Pará, onde são dois Estados em que têm Projetos de Hidrelétricas em realização e estudos e outras já foram feitas.

Outra coisa importante, o agronegócio, o Governo diz que tem muita terra protegida no Brasil. Isso não é verdade. As áreas das grandes propriedades acima de 1.000 hectares são maiores que as áreas protegidas. Então, nós temos mais áreas de grandes propriedades, vejam, eu estou falando grandes propriedades, não são pequenas e médias propriedades, só são grandes propriedades acima 1.000 hectares. Têm mais áreas de grandes propriedades que áreas protegidas. Esse é um dado particularmente importante que mereceu da imprensa nacional uma nota de rodapé. Foi um grupo da USP, do IMAZON que fizeram uma metodologia aberta e analisaram todos os bancos de dados para demonstrar o que tem área protegida ou não. Então, chama atenção, que 28% da distribuição da terra estimada no Brasil estão em grandes propriedades acima de 15 módulos fiscais. Ou seja, a tendência é ter uma pressão maior nas áreas protegidas, é o que está acontecendo em Rondônia.

Então, essa narrativa de que tem muita área e isso prejudica o desenvolvimento econômico, isso não tem fundamento nem econômico nem nas outras áreas sociais para sustentar uma tese dessas.

Isso é importante. O mapa vermelhinho significa o percentual de terra privada, ou seja, terras que saíram do Estado, domínio do Estado e estão tituladas. Então, praticamente, do Sul ao Nordeste você tem taxa de 70% a 92% de terra privadas. Ou seja, a estrutura fundiária em termo de legalidade está resolvida.

O amarelinho ali, Rondônia, Pará, são os percentuais pequeno de terra privada. O que significa, pegando o mapa do lado verde, cartografia cores mais fortes são as maiores intensidades, que a Amazônia, onde têm terras públicas, inclusive os assentamentos não emancipados. Então, a Amazônia virou um espaço de disputa de 'agrobandidagem', de roubo de terra pública mesmo, de grilagem. Por isso que os conflitos que o Caderno revela estão na Amazônia, apesar do número de conflitos em todo o Brasil ele tem muita intensidade na Amazônia. A Amazônia virou um espaço de disputa de terra e isso afeta os povos, as etnias, as comunidades tradicionais, os assentamentos, os camponeses, ribeirinhos que nós conhecemos na região.

Então veja, nós temos Estado como do Amazonas, do Pará e Rondônia que têm taxa, percentual de área pública, ou seja, área protegida muito grande. O atual Governo, desde o Governo Temer, o atual Governo quer acabar com isso, por isso que a política de redução de áreas protegidas. Se vocês pegarem esse material que foi distribuído pela Pastoral, na página 11 vocês vão ver que em 2016 foi o ano em que mais se

apresentou Projeto no Congresso nacional para redução da proteção ambiental no País, não é só do meio ambiente. É um ataque mesmo às comunidades rurais, aos indígenas, aos quilombolas que precisam do território, sem o qual não consegue sua reprodução social e que, portanto, no campo legislativo está uma agenda política territorial de redução dessas áreas. Recentemente, um senador apresentou uma proposta para acabar com a Reserva Legal nas propriedades privadas mesmo.

Então, no caso, particularmente das áreas indígenas, aqui em Rondônia nós temos o Uru-Eu-Wau-Wau e a Karipunas. No próximo slide é a Terra Indígena Karipuna. Sempre teve roubo de madeira aí. Mas o que é que está acontecendo de 2016 para cá? É uma intensidade de roubo de madeira e agora você tem grilagem na área indígena mesmo. Há pouco tempo estive na região de União Bandeirantes, se montou uma Associação para tentar legalizar lotes dentro de áreas indígenas. Você pega imagem de satélite, há 5, 10 anos, a área indígena tinha uma invasão aqui ou outra, mas não era uma intensidade como se registrou nos últimos três anos. Então, você tem grilagem dentro da terra indígena. Não se trata mais de roubo de madeira, se trata de destruição mesmo de território, no sentido de lhe dar outra função econômica e não mais a função tradicional cultural que os indígenas têm. No caso de União Bandeirantes, se montou uma Associação para tentar legalizar 600 lotes, que dá mais ou menos dois milhões e meio para regularização fundiária de uma coisa que não vai ser realizada, pessoal, só se mudar a lei, mas esse é o debate que está se fazendo. No caso dos Uru-eu-wau-wau, você tem uma invasão que nós acompanhamos na imprensa regional nacional, patrocinada por agentes públicos também, não só a econômico, mas público, do qual, não só o acesso a terra ou a suposta argumentação de crescimento da agropecuária, mas também da mineração.

Então, nós temos uma agenda que, o que no passado supomos ter conseguido em termos de segurança jurídica, áreas protegidas para essas populações, hoje isso está ameaçado. Está ameaçado pela discriminação simbólica do atual Governo e pelos instrumentos no Congresso Nacional de redução dessas áreas. Essa que é a terra indígena Karipuna, não precisa dizer que ao lado dela tem a reserva extrativista de Jaci-Paraná, que tem até pista de avião já se encontra nessa área. E agora, tanto ao sul como ao norte na área indígena, ela está sendo grilada mesmo. E, aí, com o enfraquecimento dos órgãos públicos para fiscalização e manutenção da política ambiental e territorial, esse processo se acelera até se tornar irreversível, como foi o caso da Flona Bom Futuro, e mesmo da reserva extrativista em Jaci-Paraná, como está também acontecendo com as reservas lá na região de Machadinho.

O Caderno ainda não registrou, mas nós estamos dizendo que isso vai acontecer nos próximos anos. Nós vamos ter uma relação de mineração e campesinato pobre na área de Rondônia. Nós fizemos um mapa, todas as rachuras verdes são áreas indígenas e tudo que é colorido são solicitações de autorização de pesquisa, concessão de lavra, disponibilidade, licenciamento, requerimento de lavra garimpeira, requerimento de licenciamento, requerimento de pesquisa. O rosa ali, gente, é requerimento de pesquisa. Então, nós fizemos um mapa, a

área verde ali rachurada, são as áreas, terras indígenas. Veja o que tem de requerimento de pesquisa em terra indígena.

Então, o ataque às áreas protegidas sobre todas as áreas indígenas do atual Governo é para beneficiar o setor de mineração, que deixa uma destruição ambiental social enorme.

Aí se pensa em dizer que vai ter o crescimento econômico. As mineradoras não pagam impostos. O Estado do Pará está com problema financeiro, porque a mineração não paga impostos. Quando você exporta minérios, conforme a Lei Kandir, você não paga imposto, assim como exportar soja não deixa imposto em Rondônia, deixa o imposto na economia que ela gera localmente, regionalmente, mas não para exportação.

Então, nós temos essa situação das áreas protegidas, no caso, indígena e o pedido de exploração mineral. Ou seja, se esse é horizonte nós temos de fragilização das normas jurídicas de proteção ambiental e territorial, essa é o que vai acontecer em termo só de mineração.

Aí nós colocamos, esses mais escuros aí são requerimento de registro em área de assentamento. Ali na região de Machadinho, Buritis, Ariquemes, tudo são áreas de assentamento que também têm pedido de pesquisa. Ou seja, os assentados, como está acontecendo Rio Grande do Sul, terão mais um problema, um desafio, um conflito, que é resistir à pressão e o assédio e o aliciamento das empresas mineradoras, porque elas vão querer fazer isso. Esse é um zoom na região de Ariquemes para Buritis e Ariquemes para Machadinho, são os assentamentos e no subsolo com riqueza mineral, é o horizonte de conflito.

Queremos que não ocorra, mas pode compor os próximos Cadernos da CPT em relação à sistematização e organização.

Então, nós temos um horizonte de conflitos agrários territoriais de intensa exploração da natureza, que vai atingir cada vez mais o que a gente qualifica sociologicamente, antropologicamente, de povos e comunidades tradicionais, dos camponeses, também de agricultores familiares da Amazônia brasileira. Daí a importância do Caderno da CPT, para primeiro orientar a luta política, que isso é cidadania, para pesquisa acadêmica. Com todos esses conflitos nós não temos um órgão no Governo nem Estadual e Federal que se preocupe em sistematizar isso aí. É o papel que a CPT está fazendo e que está transbordando isso, essa metodologia na América Latina.

E, além de comunicar à sociedade desse horizonte de lutas mais concretas em relação aos povos e comunidades tradicionais ao campesinato, mas, sobretudo, o horizonte que nós temos na Amazônia, é um horizonte de conflito. A ideia da mineração, expansão de hidrelétricas vai extrapolar e muito todo o Brasil e vai se condensar na Amazônia.

Aqui tem espaço para a expansão agropecuária, daí o assédio nas áreas indígenas. Eu fui pegar o último censo, a pecuária não tem duas cabeças por hectares, duas cabeças de gado por hectare. Então, a produtividade é muito baixa, produtividade espacial. Em vez de incentivar a política para aumentar a produtividade, o que se está fazendo? Incentivando desmatamento e o aliciamento. É o caso das terras indígenas ou unidade de conservação para expandir para agropecuária.

Na Amazônia, expansão da pecuária significa desmatamento, grilagem. Esse processo não cessou, queríamos que tivesse cessado, porque nós temos zoneamento, mas infelizmente esse é o quadro social, político, territorial para a Amazônia.

Bom, esse é o resumo que nós preparamos para cá e depois nós podemos conversar. Esse é o nosso grupo de pesquisa, de Gestão Território e Geografia Agrária da Amazônia, do qual os alunos estão aqui que têm nos ajudado a pensar o Estado de Rondônia e esse desafio em toda região amazônica. Muito obrigado, deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Ricardo. Dr. Ricardo, se puder depois disponibilizar esse material para nós, tanto aqui para o meu gabinete quanto para a Mesa, os membros da Mesa estão anotando dados e é importante, se puder passar.

O SR. RICARDO GILSON DA COSTA – Só um último dado. Eu peguei, são 58 mil pessoas envolvidas em conflitos aqui, em situação de conflito em Rondônia. O último dado censo demográfico 2010, a área rural de Rondônia tinha 420 mil pessoas. Então nós temos em torno de 14% a 15% da população rural em Rondônia em situação de conflito.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – De conflito.

O SR. RICARDO GILSON DA COSTA – Talvez seja o maior índice da Amazônia brasileira.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Doutor. Professora Maria José, da CPT - Roraima.

A SRA. MARIA JOSÉ DOS SANTOS – Bom dia. Nós estamos aqui num dia, como vários já falaram, nós não gostamos, porque é um dia de reflexão e eu vejo que é um dia de vergonha para o Estado brasileiro. O Estado brasileiro deveria ter vergonha de, todos os anos, ter a denúncia do Livro de Conflitos Agrários, trazendo, todo ano, dezenas de mortes. Mortes que não são esclarecidas pelo poder público, que não são investigadas e que foram denunciadas, que foram ameaçadas, que foram alertadas e mesmo assim nada foi feito, chegando até a execução das ameaças.

Então, é um dia que o Estado deveria se envergonhar de existir esse tipo de realização, porque nós estamos aqui, enquanto Comissão Pastoral da Terra, para trazer os dados de assassinatos, de conflitos, da ausência do cumprimento dos Direitos Humanos. É isso que nós estamos fazendo aqui, no espaço, que é o espaço que deveria impedir que isso acontecesse. A Assembleia Legislativa existe para impedir que isso aconteça, para nos representar, para de fato cobrar, fiscalizar, para que isso não ocorresse. E eu quero agradecer ao Deputado Lazinho, pela disponibilidade, pelo apoio que ele deu para a CPT/RO na organização do evento aqui.

A história dos conflitos agrários, dos assassinatos no campo é marcada pela brutalidade e pela violência.

Historicamente, desde o período do Brasil Império, que os movimentos de luta pela terra foram tratados pelo Estado com a brutalidade e a violência. No entanto, a luta pela terra é uma dívida social do Estado brasileiro, porque desde a primeira legislação criada pelo Estado, que a Lei de Terras de 1850, foram excluídos os negros, os indígenas e os pobres. Então é uma dívida social, porque o Estado nunca reconheceu direito a terra dessas populações. Desde a 1ª Legislação de 1850 até

hoje, 2019, o Estado não fez uma distribuição de terras, não combateu o latifúndio. E quem que mata nesses assassinatos? É importante a gente colocar. Não é somente o fazendeiro, o madeireiro, o pecuarista, é o Estado também. Quando o Estado deixa de cumprir o seu papel, quando o Estado não consegue dar garantia a vida do que está sendo denunciado. Então, a repressão feita atualmente pelo Estado é uma repressão extremamente violenta pela Polícia Militar; Eldorado dos Carajás, a Fazenda Pau D'Arco e vários outros massacres cometidos pelo Estado brasileiro, pela Polícia paga com o nosso dinheiro público. Nós estamos mantendo um Estado violento, um Estado que tem um lugar, tem um lado, que é o lado do latifúndio.

Então, a gente precisa refletir sobre o Estado também. O Incra; qual o papel do Incra nesses assassinatos? O Incra também tem culpa nesses assassinatos. Quando o Incra deixa o conflito por conta das pessoas e não faz o seu papel de emitir o título da terra. Quando o Incra participa de processos de corrupção desvendados pela Polícia Federal e outros processos que demonstram exatamente a formação de quadrilhas dentro dos órgãos de terra, tanto o Incra quanto os Institutos Estaduais de Terra, emitindo título para pessoas que nem conhecem o local, mas, que o dinheiro, que o poder econômico consegue, porque têm influências, são políticos, são pessoas influentes economicamente e conseguem esses títulos. E você tem, por outro lado, populações que têm 30 anos, 20 anos e não têm seu título, não conseguem titular sua terra. Nós temos casos incríveis de processos de títulos feitos em 48 horas, e nós temos casos incríveis de 27 anos esperando a titulação.

Eu trouxe uma imagem, umas imagens da grilagem de terra. Aqui o Iteraima, o Instituto de Terra de Roraima, aguarda a decisão para iniciar a emissão de títulos rurais.

O Instituto de Terras de Roraima foi criado, assim como em vários Estados, para receber a transferência das terras federais, da União, especialmente, nas áreas que foram Território Federal, para que os Estado legislassem e o que a gente vai ter depois desse repasse?

Aqui é transferência das terras e, em seguida, a gente já vai ter essa matéria. Essa matéria que já são dois deputados estaduais de Roraima denunciando a grilagem de terra dentro do Incra e do Iteraima nesse processo de transferência. Títulos dados para a esposa do Governador, para a sobrinha do Governador, para deputados estaduais, federais e senadores, onde esses títulos, a terra deveria estar sendo dada para os agricultores. Então, aqui eles estão fazendo as denúncias. No próximo, "A Polícia Federal desarticula o esquema de grilagem de terras na Amazônia. A Operação cumpriu 158 mandados na manhã desta quarta-feira em 8 Estados do Brasil". A organização criminosa é responsável por fraudes ocorridas lá em Roraima, no Iteraima, mas foi em 8 Estados do Brasil.

Então, são dados que não sou eu que está falando, eles são reais. E, parte desses conflitos, desses assassinatos que nós estamos aqui hoje trazendo, é fruto desse processo, porque quando o Incra emite uma Certidão, é essa Certidão que o grileiro leva à Justiça e pede a reintegração de posse dele. É essa Certidão que o Juiz utiliza dentro do processo. Então, é uma coisa muito séria, uma coisa muito grave a participação do Estado.

Em 2015, sobre essa questão do Estado, o Estado brasileiro foi colocado na pesquisa feita por uma ONG Internacional e publicado num jornal francês, o Estado brasileiro como o Estado que mais, que tem o maior índice de impunidade nas mortes de ativistas de direitos humanos, porque parte dessas mortes são essas dos conflitos agrários: Ambientalistas, Agentes Pastorais, Advogados, quem defende os direitos humanos.

Então, a CPT traz que existe uma grave situação colocada, que é a falta de cumprimento dessas ameaças, que são feitas as denúncias à Ouvidoria Agrária, à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e aos órgãos públicos responsáveis. Mas não encontram a merecida atenção e não são elucidadas pelo Estado. Essas denúncias feitas a esses órgãos públicos ficam impunes e as vítimas continuam desprotegidas pela omissão do Estado. Poucos casos são investigados e o que tem se mostrado é a séria fragilidade no acompanhamento dessas denúncias feitas pelos ameaçados.

Então, em 2015 eu peguei um exemplo aqui, de 79 pessoas que receberam ameaças, 4 foram assassinadas. É um índice muito alto, de 79, 4 pessoas foram executadas. Dentre elas, a líder comunitária Maria das Dores Salvador Priante, conhecida como Dora, assassinada no dia 12 de agosto, em Iranduba, no Amazonas. Ela havia registrado 2 Boletins de Ocorrência, de ameaças, havia feito a denúncia na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e em outros lugares, e nada foi feito.

Então, a gente precisa exigir que o Estado também reconheça o seu papel nesse documento que a gente está entregando aqui. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigada, doutora. Diretamente para a Sra. Darlene, CPT do Acre. Só as mulheres, por enquanto só o Ricardo e o Océlio. Elas estão mandando aqui.

A SRA. DARLENE BRAGA – Bom dia a todos. As mulheres estão na luta pela terra diretamente e nesse livro tem um dado muito importante que elas são ameaçadas, que elas expropriadas, teve um aborto, teve prisões de mulheres. Mas a gente queria agradecer a Casa e daqui a pouco vai ter uma reivindicação, um pedido, não sei como podem chamar. Dom Mário que fez um esforço tremendo, mudou sua agenda para estar aqui junto com a gente. E muito especial para os agricultores e os agentes da CPT que ajudam no dia a dia para que a gente hoje lance o Caderno. Para lançar esse Caderno, eu tenho a certeza e a vivência que a gente sofre algumas situações inusitadas para a gente coletar alguns dados. Tem situações assim adversas que a gente, debaixo de árvores, de açudes, se disfarçando, mas que a gente tem que denunciar hoje.

Esse Caderno, eu sempre digo que ele é 100% confiável. O Caderno da CPT, a gente tem um enorme orgulho de dizer que é 100% confiável, porque as fontes são confiáveis. É o povo que está vivendo isso e é o povo que está sofrendo, no dia a dia, essas expropriações, essas ameaças. Ele tem o reconhecimento internacional e nacional como fonte de pesquisa e como instrumento de denúncia. O livro é um instrumento de denúncia. Eu sempre digo que a gente tem

que estar o ano inteiro com o livro na nossa mochila, para: “olha, os dados são esses, os números são esses”. Com isso nós mostramos para a sociedade, o que está acontecendo no campo brasileiro, que o Estado não se importa com gente, o Estado não está se importando com as pessoas. Ele acha que a Amazônia ainda é um espaço demográfico, que não tem pessoas e nós estamos lá, as populações estão lá vivenciando e sofrendo o dia a dia.

Esse livro também representa a dor e o sofrimento das pessoas. Às vezes a gente se emociona, quando vai falar, desculpa, mas, não é se vitimizando. Tem povo que gosta de dizer que nós da Amazônia nos vitimizamos, não é. Nós nos indignamos, nós denunciemos e nós exigimos respeito. Não é se vitimizar, é dizer o que está acontecendo no campo brasileiro e a gente se emociona porque a gente é gente, a gente também sente a dor do outro. O companheiro mostrou o bebê que nasceu, que o pai tinha acabado de morrer. Então é isso que acontece no dia a dia, os maridos perdem as esposas, as esposas ficam sem os maridos, os filhos não conhecem os pais, é isso que está acontecendo no campo, e o Estado não se importa com isso, o Incra é conivente com isso. Então, os Poderes estão com outras preocupações. Então a gente quer dizer nesse livro que nós estamos juntos. E tem sempre um slogan nosso agora, que ninguém solta a mão de ninguém.

Essas 24 mortes significam o quê? Essas mortes foram planejadas, elas foram arquitetadas e muitas delas foram denunciadas o ano passado, o ano retrasado, em outros momentos pela CPT. Então essas mortes mostram também a omissão e a conivência do Estado. É omissão e conivência do Estado. O Zezinho mostrou nos dados que a Amazônia concentra 97% do território em disputa do Brasil; 97% a Amazônia, 92% é a região norte. As comunidades estão vivendo ameaçadas, gente! Viver em situação de ameaça, a pessoa já morreu um pouquinho. A pessoa não dorme direito, ele fica amedrontado, ele fica o tempo todo olhando para o lado, o que pode acontecer para ele.

Então, as pessoas estão vivendo nessa situação e aqui a gente quer denunciar mesmo a omissão, a violência, a impunidade, a falta de vontade política em fazer reforma agrária, em reconhecer os territórios das comunidades. Então, a CPT tem esse papel fundamental de junto com os agricultores, nesse momento, denunciar. A gente queria muito que não tivesse esse momento, mas o caminho que nós estamos vendo é que esses momentos ainda vão existir muitas vezes.

Eu vou citar um caso breve que aconteceu, agora teve o massacre da Ponta do Abunã, final de março, dia 30 de março, saiu nas redes sociais, na imprensa que houve um possível massacre. A CPT não confirma o massacre, mas a gente chama de muita tortura. Aconteceu uma morte lá dentro, mas esse mesmo território, em 2001, nós fomos chamados que tinha um conflito lá. A CPT Acre se fez presente em 2001. Aí o Governo faz aquele aparato, aí manda Ouvidor Agrário, aí o conflito fica morno. Aí em 2011, morreu Adelino Ramos lá dentro. Aí o Governo vai de novo e faz outro aparato, aí sai matéria, termo de compromisso, irresponsavelmente, que ele sabe que não vai cumprir. O Incra e o Governo do Estado fazem compromissos que eles têm clareza e certeza que não vão cumprir e eles assinam esses termos. Bom, o Adelino morreu, o Estado se fez presente, o Ouvidor Agrário foi lá, os órgãos, o

Incra, amornou o conflito. Agora, em março, em 2019, morreu o senhor Nemes, aí o Estado de novo está fazendo tudo, aí vai matéria em jornal... Isso que a CPT se fez presente em 2001, porque já estava anteriormente esse conflito e nós tivemos a dificuldade tremenda em resolver isso. E acho que aqui é um pedido e quem sabe seja um gesto concreto desse nosso lançamento, Audiência, que possa chamar, de fazer um Termo de Cooperação Técnica entre os Estados: Acre, Amazonas, Rondônia, para que solucione esses conflitos. Porque, para ilustrar, a Polícia Federal que atende é a Polícia de Rondônia; o Estado, é o Estado do Amazonas, Segurança Pública é o Estado do Amazonas; o Ministério Público Federal é o Estado do Acre. Então, é impossível solucionar uma área, um território em conflito onde não tem um Termo de Cooperação nessas divisas para atuar nesse momento.

Então, a CPT junto com alguns deputados federais já fez o pedido para o Estado de Rondônia e para o Estado do Amazonas fazer um Termo de Cooperação Técnica para que a gente consiga solucionar esses conflitos nessas divisas. Então, aqui a gente faz um pedido também, uma reivindicação, que isso saia do papel. A gente já fez o pedido, já tem uns 20 dias, a gente tem alguns deputados que eles estão encampando essa nossa proposta, mas a gente também precisa de esforço político, a gente precisa do famoso “lobby”. Então, a CPT está aqui mais uma vez reafirmando o compromisso com essas comunidades. E dizer também se a gente está junto, a gente consegue minimizar essa dor no campo.

A Maria José dizia: “tomara que um dia não seja preciso lançar esse Caderno, não é?”. Mas, até então nós estamos lançando esse Caderno e dizer que a CPT está junto com os agricultores, está no dia a dia sofrendo e vivenciando isso. Então, é um momento triste, é um momento de denúncia, mas é um momento que a gente diz: “nós estamos em pé e estamos firmes, e ninguém solta a mão de ninguém”. Acho que a gente pode dizer junto isso: “ninguém solta a mão de ninguém”. Eu acho que esse é o nosso momento.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Passar a palavra para o Sr. Erasmo Tenório, que é o Superintendente do Incra. Obrigado, Erasmo, por estar aqui conosco.

O SR. ERASMO TENÓRIO DA SILVA – Bom dia a todos. Primeiro agradecer a Deus por este momento, por estar aqui e agradecer ao senhor, Deputado, pelo convite e, em seu nome, eu saúdo todos os demais da Mesa. Agradecer a nossa amiga Petronila pelo convite também, e em seu nome eu saúdo todos os demais da plateia.

Então, como todo mundo falou, realmente não é um dia para se comemorar, mas é um dia para reflexões, para fazer uma autoanálise do que se está fazendo e do que se está buscando também.

Eu fiz algumas anotações aqui do que foi comentado e em cima disso eu vou fazer a minha fala. Só para lembrar a todos que o Estado de Rondônia é composto de aproximadamente 23 mil hectares de terra, é um pouquinho mais de 23 mil. Para solucionar todo o conflito do Estado, a gente viu aí o Professor deu uma excelente explanação, muito bom, isso é bom que a gente tenha esse conhecimento bem

mais amplo. Mas para solucionar o problema do conflito de terras em Rondônia, nós precisaríamos de aproximadamente, deputado, de 200 mil hectares. Não é um valor tão alto, considerando o tamanho do Estado, mas infelizmente, por razões que se eu levar a fundo aqui, nós vamos ficar o resto do dia aqui falando e vai resumir nisso aí.

Então, o Incra de Rondônia vem passando por sérios conflitos agrários que não são de hoje. Esses conflitos já são antigos, passaram-se aí dois Governos, está no terceiro Governo e, infelizmente, a Reforma Agrária, no Brasil, não é um Programa de Estado, ela é um Programa de Governo, cada Governo faz a sua. E nessas mudanças tudo se começa novamente, infelizmente não se dá continuidade. A gente fica com as mãos e os braços atados, vê o Incra sendo difamado, o Incra ser detonado por grande parte da sociedade, mas o fato é que nós como servidores, eu trabalho no Incra há 36 anos, caminhando para 37, e estou como Superintendente Interino de outubro do ano passado para cá, mas já vinha como substituto. E de 2012 até 2016 eu atuei na área de conflitos. Então, eu acredito que possivelmente poucos tenham o conhecimento de conflito agrário no Estado assim como eu tenho. E a nossa luta, pessoal, foi sempre pelo melhor, para buscar o bom entendimento. Nós sempre tivemos uma abertura, demos abertura a todos os movimentos sociais, demos abertura aos proprietários de fazenda e a tudo que envolve essa questão de conflitos. Infelizmente nós não temos o poder, o domínio de resolver internamente em Rondônia. Isso vem de cima para baixo e nós aqui só temos que obedecer aquilo que está na Lei, aquilo que está nos normativos internos do Incra.

Eu vou aqui entrar num detalhe do Acampamento Dois Amigos, que é Marcos, que eu já conheço já de algum tempo. E, quero dizer que o Incra, antes que acontecesse o pior lá, a Ouvidoria do Incra não foi comunicada do que estaria acontecendo. Assim como também a Delegacia Agrária, que está aqui representada pelo Doutor Mário Jorge, que é um parceiro, companheiro, que a gente anda muito nos conflitos. E, da nossa parte, se isso tivesse chegado até nós em tempo hábil, não pós, mas antes, nós teríamos feito uma gestão lá para que se evitasse um dano maior, como já fizemos em vários acampamentos. Então, aí pessoal, aí eu me restrinjo a continuar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Vamos manter a fala. Pode continuar Erasmo.

O SR. ERASMO TENÓRIO DA SILVA - Então, mas quando aconteceu o fato, que nós somos chamados numa reunião na Casa Civil, o que eu disse lá? "Olha, a área não é do Incra", não era Incra, era Terra Legal, mas é muito fácil jogar pedra para o Incra. O Incra é saco de pancada de todo mundo. A área dizia respeito à Terra legal, o Incra não tinha, até aquela data, gestão nenhuma sobre ela. E eu disse lá para todos ouvirem, "se fosse do Incra, imediatamente, uma equipe nossa de técnicos estaria dentro da área para levantar a situação e não ficaríamos escondidos para deixar que outros males acontecessem lá, mas nós já diríamos o que de fato era e o que poderia ser feito".

Também, deputado, nós temos... Vou fazer aqui uma breve prestação de conta também, na questão das áreas de Reserva Legal de assentamentos do Incra que estão ocupadas. São várias áreas que vieram ocupar, essas áreas são de

responsabilidade do Incra, mas também de competência do Estado na questão da fiscalização. O Incra não tem poder de punir dano ambiental. Então, mesmo assim, quando essas reservas foram ocupadas, nós temos o caso Margarida Alves, e o Padre Ezequiel como um exemplo, nós entramos com ações judiciais para tirar aquelas famílias que estão lá, infelizmente. Porque a Lei não permite que nós as regularizemos lá. Até porque essas áreas são de competência, faz parte dos assentados que estão lá nessas áreas. E nós já temos deferimentos em nosso favor e vamos executar a reintegração de posse. A gente também, deputado, como gestor público, a gente fica muito visado, achando que todo o conflito a culpa é do Incra, mas não é. O Incra tem sua parte de contribuição? Tem, mas o Incra não é só Rondônia, é nacional. Como eu falei agora a pouco, nós temos a questão das leis que vêm e nós, obrigatoriamente, nós temos que atender. Um exemplo disso, deputado, são duas áreas que nós temos que vieram para o Incra, através de ação judicial de retomada. São duas áreas do Município de Seringueiras, eu estou citando ela como exemplo, que é a Fazenda Riacho Doce e a Fazenda Bom Futuro. Essas duas áreas, as duas juntas somam, aproximadamente, mais de 15.000 hectares de terra. Essas áreas, o Incra ajuizou ações, uma em 2007 e a outra, se eu não me engano, em 2010. E, essas áreas, todas elas estão sendo deferidas em favor do Incra e em função da Lei, deputado, nós não podemos, ainda, regularizar aquelas famílias que estão lá, em função de que a Lei diz que a partir de 2017, a Lei 13.465 estabelece que: a regularização dessas áreas dar-se-á através de chamamento público através de edital e não mais a ocupação com relação passada pelos movimentos sociais. O Incra não mais pode fazer isso sob pena de que, se eu fizer, eu serei responsabilizado. E isso eu não posso ser.

Também, deputado, nós temos também a questão da Comunidade de Santa Fé, que é um título expedido pelo Incra, onde eu tive a honra de participar do momento de entrega desse título. A senhora que falou aqui, falou muito bem do Incra. O problema é que as questões que a senhora apresentou não depende de nós, não depende do Incra. Mas eu falo isso com muito orgulho de ter participado do momento, de ter participado da tramitação desse processo, tanto aqui em Porto Velho como em Brasília, acompanhar *pari passu* com o nosso colega William, que foi uma grande contribuição e que tem outras áreas no Estado relacionado a quilombolas que nós vamos titular também.

Também, deputado, só lembrando um pouco da questão florestal, é muito claro que todo mundo, todos os agricultores, ocupantes, produtores têm que saber disso. O Código Florestal estabelece que as derrubadas até 2008, correspondem, podem responder até 50% da área ocupada por cada indivíduo. Quem desmatou após 2008, também tem que ter esse conhecimento de que somente 20% poderão ser desmatados. Esse desmatamento de 50%, de 20%, não é demandado pelo Incra e sim pelo órgão ambiental. O órgão ambiental tem que dar as devidas autorizações para isso. Ressalvando que quem ultrapassou esses limites anteriores a 2008, essa área tem que ser compensada através, até de outra área que a pessoa compre para servidão florestal e ser anexada àquela área que está antropizada. Posterior a 2008, não tem jeito, é recomposição. Por que eu estou falando isso? No caso

do Margarida Alves e Padre Ezequiel, tem uma questão lá que foi devastada a floresta, há uma pressão do movimento social para que o Incra dê solução a isso. O Ministério Público, por sua vez, quer que o Incra dê uma solução, deputado, mas, em cima dessa área, o Incra não tem alternativa, a não ser que a ordem judicial seja cumprida para que saiam de lá, porque o Incra não pode regularizar desmatamento da forma como foi feito pós 2008. Nós estamos nessa época e não podemos de forma alguma chegar lá e dizer: "Olha, Ministério Público nós vamos compensar outra área com isso aqui". Porque quem será penalizado é o gestor. Eu espero que todo mundo esteja entendendo.

Também, deputado, a Dra. Maria José aqui comentou a respeito de uma ação policial lá em Roraima e que envolveu seis Estados do Brasil, oito Estados do Brasil. Eu quero dizer que isso não foi no Incra, isso foi no Programa Terra Legal. O Incra não entrou nesse contexto, o Incra não teve participação em nada disso. Isso foi em cima do órgão, até a época, chamado de Terra Legal. Esse órgão foi extinto em 1º de janeiro de 2019 por um ato do novo Presidente de que através de uma Medida Provisória 870, extingue o Terra Legal e passa as ações da Lei 11.952, que é de regularização fundiária, ao Incra. Passou ao Incra, mas, infelizmente, em função da falta de atos normativos, o Incra ainda não está atuando. O Incra não está fazendo a regularização fundiária, que nunca deveria ter saído do Incra. O que o Incra precisava, senhores, era de apoio para que essa regularização fundiária fosse feita, assim como se pleiteou no Terra Legal, que não foi feita. Volta ao Incra, o Incra tem um quadro de servidores reduzidos, nós temos hoje em torno de 180 servidores para cuidar do Estado todo, enquanto em 1982, quando eu entrei, nós éramos aproximadamente 600 servidores. Hoje são menos de 200 para cuidar da Reforma Agrária, da regularização fundiária e da regularização de áreas em assentamentos. Mas isso, deputado, o senhor falou no começo e eu também tenho como desafio. Como Superintendente do Incra, eu sei que é um desafio grande, é um desafio extenso, um desafio problemático, mas, nós não estamos nos curvando diante do desafio. Pelo contrário, quando Brasília nomeou um grupo de trabalho para fazer o recebimento do acervo do antigo Terra Legal para o Incra, nós fomos a primeira Superintendência da região norte que fizemos a nossa ordem de serviço. Nós estamos com uma equipe dentro do bloco que era do Terra Legal, recebendo todo esse acervo, enumerando... Hoje mesmo, antes de eu vir para cá, eu tive uma reunião com o nosso chefe lá da ordem de serviço, enumerando a ele aquilo que nós precisamos, o que a sociedade precisa e o que nós podemos fazer daqui para frente. Nós vamos contar muito com o apoio do Estado, muito apoio dos órgãos federais, dos deputados e senadores, do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa, deputado.

Nós temos um desafio, deputado, na questão de georreferenciamento, que só o geo é que gera título. Além de o cidadão estar com um processo lá no Incra bonitinho, se a área dele não tiver georreferenciada, o Incra não pode gerar título. Só lembrando que de 2017 para cá, 2017, 2018 e agora já entrando em 2019, o Incra já emitiu mais de 5.000 documentos, entre título definitivo e CCU.

O que inibiu o Incra emitir título no passado? Uma Lei, a 13.001 que estabelecia que as áreas de assentamento do Incra

tivessem um valor que ninguém podia pagar, era impagável. E aí, o Incra titulou algumas pessoas, algumas receberam, mas não tiveram condições de pagar, e esses títulos o Incra está fazendo um aditivo a eles para que esses títulos, aquele que tiver que pagar, vai pagar e o que não tiver que pagar, vai ser gratuito. Por quê? Na Lei 13.465 nós fomos o único Incra do Brasil que fez um Seminário de um dia, chamamos o movimento social, chamamos todos os órgãos afins para que participassem conosco para colocarmos Emendas Modificativas na 13.465 e nós conseguimos inserir uma delas, que é a gratuidade em projeto de assentamento, que as áreas da União, que vieram da União para o Incra, até um módulo, que é 60 hectares. Quem tem áreas que está em assentamento do Incra que tem da área que veio da União para o Incra, até 60 hectares não paga um real, nenhum centavo, ele recebe o título dele gratuito, não tem dívida. Agora, aqueles que vieram, que estão em áreas desapropriadas ou adquiridas através de compra, eles vão pagar de uma tabela que era R\$ 1.691,00 por hectare, ele vai pagar apenas 10% desse valor. Isso foi uma conquista do Incra de Rondônia, faz parte da minha gestão isso aí. Eu já estava na gestão atual quando teve esse Seminário e nós conseguimos isso, pessoal, para o Brasil todo, não é só para Amazônia, é para o Brasil todo.

Então, quem tiver em áreas que foram adquiridas por compra ou desapropriação, eles vão pagar apenas 10% da tabela, que ela está sendo corrigida agora, mas não deve passar de R\$ 1.700,00 reais, eu acredito. E, desse valor, aquele que está em área que foi desapropriada ou adquirida através de compra, só vai pagar 10% dessa tabela. É praticamente de graça, é um auxílio do Governo para o assentado, para aquele que é o cliente da Reforma Agrária. E ainda, só um exemplo, nós temos o exemplo Margarida Alves. Uma área de 38 hectares lá, por exemplo, saia, em média, R\$ 400 mil na tabela, que tinha através da Lei 1.3461 ou 1.3001. Pela nova tabela, esse Título, essa mesma área de 38 hectares, aproximadamente, ela sai menos de R\$ 5 mil. Então, você vê a diferença, o que o Incra pensa, de que forma o Incra agiu para chegar a esse montante, a esse valor, sabendo que a dificuldade do agricultor não é tão fácil. Tem sério problema, assim como todo mundo tem, mas ele, dele é uma coisa totalmente; que o Governo pode olhar para ele e pode ajudar da forma que for possível.

Então, deputado, eu não quero me estender mais ainda, porque sei que o tempo é curto, mas se alguém precisar de uma explicação, precisar de um esclarecimento melhor disso, nós estamos à disposição no Incra. O Incra está de portas para receber a qualquer pessoa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (PRESIDENTE) – Obrigado, Erasmo. Obrigado por ter contribuído conosco. Passo diretamente ao Dr. João Verde, Defensor Público.

O SR. JOÃO VERDE FRANÇA – Bom dia. Bom dia aqui aos companheiros de Mesa. Cumprimento o Deputado Lazinho, na pessoa de quem cumprimento todos os companheiros de Mesa e parabeno o deputado pela iniciativa de propor esta Audiência Pública para divulgar o Caderno de Conflitos 2018 da CPT. Conforme dito por todos, é um momento triste, um momento de reflexão, mas é de uma importância ímpar a CPT trazer este ano, como traz todos os anos, esses dados de conflito.

Cumprimento a Petrolina, na pessoa de quem cumprimento toda a plateia e como uma Líder aqui da CPT/Rondônia. E é importante esse trabalho da CPT porque a imprensa, de modo geral, divulga esses dados de mortes e violência no campo de uma maneira muito, muito distorcida, todos nós sabemos. A notícia, como ela chega para o público em geral, é sempre de que a Polícia reagiu a um ataque ou o fazendeiro protegeu a propriedade dele, enquanto que, na verdade, a gente sabe que na maioria das vezes ao contrário disso, é o camponês que morre lutando pela terra dele.

Bom, eu sou Defensor Público aqui do Estado há 7 anos quase, e há praticamente 6 anos fora as minhas atribuições cotidianas lá em Ji-Paraná, que eu sou de lá, milito lá, eu atuo como Defensor Agrário e digo a vocês que a Defensoria é uma instituição parceira, está sempre de portas abertas para atender a todos os camponeses, a todos os companheiros nessa luta pela terra. Até aproveito aqui para exemplificar o caso do Sr. Natal, que está ali, que é uma figura que eu conheci logo que eu entrei na Defensoria, ele é lá de Vilhena e é o exemplo de uma pessoa, exemplo de pessoa e exemplo de que a luta compensa. Porque assim que eu entrei na Defensoria auxiliei ele nos processos de reintegração de posse que tinham lá em Vilhena, e ele conseguiu se manter na terra e hoje tem o título da terra. Então assim, é o exemplo de que a luta é árdua, o caminho é tortuoso, mas na maioria das vezes compensa.

Então, para vocês seguirem lutando e saibam que a Defensoria vai estar lá de portas abertas para ajudar no que for possível, tanto orientando quanto dentro dos processos, que infelizmente são muitos de reintegração de posse, de retomada, e tudo mais. E que Deus queira que daqui alguns anos esse Caderno de Conflitos esteja cada vez mais fino, porque hoje ele é muito grosso que, infelizmente, retrata que são muitos conflitos.

Aproveito aqui a oportunidade até para informar, não sei quantos de vocês sabem, mas, no final do ano passado, até o Deputado Lazinho aqui me confessou, que foi um dos proponentes, realmente eu não sabia, tem uma Lei Complementar aqui, e Estadual, propondo a Criação do Instituto de Terras no Estado de Rondônia.

Essa Lei foi aprovada pela Casa Parlamentar aqui, no final de 2018, foi para o Poder Executivo, o Governador à época, que ainda era o Daniel, vetou a lei e por uma norma condicional, sempre que o Governador veta uma lei, ela volta para o Parlamento e o Parlamento tem esse poder de derrubar o Veto. E assim foi feito pelos deputados estaduais no começo de 2019.

Derrubaram esse Veto e a lei foi promulgada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, à época, que ainda era o Deputado Maurão, no final da legislatura passada. E a Lei Complementar nº 1.013, de 28 de janeiro deste ano, ela autoriza a criação do Instituto de Terras do Estado de Rondônia. A grosso modo, é como se dissesse para o Governador: "agora a bola está com o senhor, Poder Executivo. A Assembleia Legislativa já deu o entendimento dela de que o Estado de Rondônia merece um Instituto de Terras". Se isso é bom ou ruim, eu conversando com os companheiros, a companheira de Roraima falou que tem uma experiência ruim; aqui a do Acre falou que não é tão ruim, nem tão bom. Mas eu acho que, assim, conforme o Erasmo sempre fala, a gente consegue rever muitas vezes no dia a dia.

O Incra, infelizmente, é um órgão que beira a falência.

Então, a gente depender só do Incra como gestor da Reforma Agrária, da Regularização Fundiária, está se mostrando algo insuficiente e inoperante.

Então que esse Instituto de Terras aqui do Estado de Rondônia consiga nascer e seja um órgão público que possa, pelo menos, auxiliar na Reforma Agrária e aí a gente não teria só o Incra para socorrer, mas também ao Instituto Estadual de Terras, que por ser um órgão estadual está muito mais próximo da população, tem o seu deputado estadual, tem o seu líder daquela região. Porque quando você vai ao Incra, até o ano passado, muitas vezes falava: mas é culpa do Terra Legal.

Pelo menos agora o Terra Legal não é mais o bode expiatório, não tem mais para quem empurrar, por que realmente tinha um toma lá dá cá entre Incra e Terra Legal. E eu torço mesmo para que esse Instituto de Terras Estaduais vingue, nasça, porque tudo que venha somar, é importante.

Os dados trazidos aqui pelo Zezinho na apresentação e que está no Caderno, mostra que desde 1995, os decretos para desapropriação para fim de reforma agrária estão assim, montanha russa abaixo. Se eram 554, entre 1995 e 1998; o ano passado, no Governo Temer, 2016 e 2018, foi apenas 07.

Então, nesse ritmo, eu acho que nos próximos anos nós não vamos ter praticamente nenhum decreto de desapropriação para fins de reforma agrária. Então tirar isso só das mãos da União e deixar um pouco nas mãos do Estado, eu acabo vendo com bons olhos.

Então, encerro a minha fala, foi um momento de grande, tem sido um momento de grande aprendizado para mim hoje, são informações muitos relevantes que eu estou tendo.

Agradeço a oportunidade e o convite, me reporto mais uma vez que a Defensoria Pública do Estado de Rondônia está de portas abertas sempre para auxiliar todos vocês aí em todas as Comarcas, tanto aqui Porto Velho quanto pelo interior do Estado. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, doutor. Parabéns ao senhor pela luta. O senhor pode contar de vez em quando, de vez em quando não, sempre; sempre podemos contar com o senhor e com a Defensoria. Com relação ao Instituto, a lei autoriza o Governador a mandar uma lei para a Assembleia Legislativa. Na realidade, Océlio, ele autoriza o Governo a criar uma lei e mandar para a Assembleia para discutir e para aprovar o Instituto de Terra, justamente porque nós temos, eu tenho medo. O problema não é criar o Instituto de Terra, Erasmo. O problema é quem você, é na mão de quem você coloca isso. Esse é o problema. Porque se a gente tem acesso a isso, se eu tenho a Márcia coordenando o Instituto de Terra ou o Erasmo, é fácil para nós, é fácil para a gente conversar. Mas você coloca, por exemplo, quem foi citado lá atrás para vir tomar conta do Instituto de Terra aqui no Estado, Doutor, prepara o boné, porque aí sim o bicho pega. Então, a gente tem que tomar esses cuidados.

Diretamente Padre Valdecir, é o penúltimo, depois o Dom Mário.

O SR. PADRE VALDECIR CORDEIRO – Bom dia a todos. Falo em nome das nossas comunidades da Arquidiocese de Porto Velho, são mais de 900 comunidades espalhadas por 20 municípios e distritos aqui do Estado de Rondônia. Dom Roque

Paloschi está viajando, não pôde se fazer presente, mas ele envia sua saudação ao Deputado Lazinho e também a CPT que nos acolhe aqui na Assembleia neste evento.

Nós temos uma grande preocupação com o contexto atual de desmonte do estado democrático de direito, que está sendo conduzido por determinados agentes muito poderosos no Brasil. As pastorais sociais da Arquidiocese de Porto Velho têm se inquietado com esta realidade. O Padre Juquinha, José Geraldo, o nosso Juquinha, da Arquidiocese de Mariana, missionário desta Igreja irmã, ele é o nosso articulador e está aqui presente, tem se empenhado para nos ajudar a nos articularmos em torno desta luta, que é uma luta legítima e necessária. O que está acontecendo no nosso País hoje é algo muito grave, é algo muito sério e eu gostaria de pontuar essa questão do contexto que nós estamos vivendo hoje em que a Constituição de 1988 é ignorada, muitas vezes até desmontada mesmo, as lutas do povo são deslegitimadas, até mesmo corporações do Estado atentam contra estas garantias legais a determinadas minorias do nosso País. Então, tudo isso tem nos inquietado, gostaria de trazer isso aqui presente.

Em segundo lugar, eu penso que nós precisamos aqui, eu na condição de Padre, de Coordenador de Pastoral da Arquidiocese de Porto Velho, resgatar um pouco a fundamentação última desta nossa luta. Eu compreendo que a luta dos camponeses, das pessoas que trabalham na terra, os agricultores, os povos indígenas, os ribeirinhos, enfim, todos os povos que trabalham a terra e também aqueles que foram vítimas da expulsão da terra, que estão vivendo nas cidades brasileiras, aqui em Rondônia, nas periferias de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal, estão vivendo aí em verdadeiros depósitos humanos. Quer dizer, esse povo que resiste pode encontrar um apoio na fundamentação última, digamos assim, da própria palavra de Deus. No Livro dos Números tem um Versículo que é muito interessante: "tomem posse da terra e habitem nela", diz o Livro dos Números capítulo 33, versículo 53. É um livro que tem uma história de redação bastante complexa, mas a redação final é do Século V antes de Cristo.

Também o livro de um camponês agricultor, vaqueiro do Século VIII, Profeta Amós, ele vai nos ajudando a compreender que a terra deve ser habitada, mas habitada com justiça, com amor. E a gente compreende que nós, como povo brasileiro, precisamos crescer neste aspecto, há muita injustiça no processo de ocupação da terra no nosso País. Nós precisamos, a partir dessa consciência, buscar os meios mais adequados para uma ocupação justa do território e entender que o trabalhar a terra não é só um meio de vida. É um meio de vida, toda família tem direito a terra, o Papa Francisco tem chamado a atenção para esse direito fundamental, mas o trabalhar a terra também é um modo de vida. Porque muitos acham que o pequeno agricultor, o indígena, o ribeirinho, o habitante da floresta deveria deixar o campo, ir para a cidade porque é mais fácil viver, porque o modo de vida do camponês já é atrasado em face de tanta tecnologia e tudo isso, mas não é só um meio de vida. A presença do agricultor, das famílias camponesas lá no campo, do indígena, do ribeirinho, dos povos da floresta em geral, também é um modo de vida. Eles têm autonomia para decidir onde ficar e nós precisamos lutar por

este direito também, encontrar a forma mais justa da permanência dessas pessoas lá na terra.

O relatório intitulado de Relatório de Violência de Conflitos no Campo, eu penso que realmente é uma tristeza a gente precisar ler um relatório desses. Por outro lado também, é motivo de alegria ter a luta da Comissão Pastoral da Terra e de tantas Pastorais Sociais e homens e mulheres de boa vontade que assumem o compromisso em nome de valores que humanizam e muitos em nome de Deus, em nome da palavra de Deus defender a dignidade humana.

Então, eu vejo também como motivo de alegria a realização desta Audiência Pública, a publicação do Relatório que retrata muito o sofrimento humano, mas quando a gente narra à experiência, a gente se humaniza. Então, a narração da experiência de sofrimento de milhares de pessoas no Brasil ela pode nos impulsionar para uma vida melhor.

Eu cito aqui dois Poetas, um não somente Poeta, muito mais que Poeta, mas de qualquer modo a mensagem dele também é uma poesia para nós. Em primeiro lugar, um Poeta amazônica: "faz escuro, mas eu canto", Thiago de Mello. Então, que a gente não desanime em face das dificuldades que as nossas pastorais, os movimentos populares, as organizações da sociedade civil, as corporações do Estado, os agentes públicos, porque há muita luta aí também, que ninguém desanime em face dos ataques aos direitos dos povos, aos ataques a terra e tudo isso.

Quero também citar uma fala de um, praticamente camponês, de qualquer modo viveu numa cidade muito pequena da Palestina do Norte, da Palestina Jesus de Nazaré, vítima de um assassinato na cruz, mas ressuscitado. Então, quando ele aparece aos seus irmãos, ele não aparece para desanimar, mas para animar "a paz esteja convosco", diz ele.

Então é com essas palavras que eu encerro esta minha fala já tão longa, agradecendo a todos pela paciência e desejando que realmente nós consigamos dar passos juntos na luta pela justiça.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Padre. Passo direto então para Dom Mário Antônio.

O SR. DOM MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA – Obrigado, Deputado. Eu parabeno o Deputado Estadual Lazinho por esta Audiência, pela propositura e aprovação dos demais parlamentares. E quero aqui saudar todos os membros da Mesa, citando o nome das pessoas que me convidaram para estar aqui, a Dra. Maria José e a Dra. Darlene, que me convidaram para estar aqui. Saúdo a todos os participantes desta Audiência na pessoa do Padre Alessandro, que encontro aqui, também do Padre Fontinelle que me acolhe na Casa Paroquial. Saúdo também, na pessoa da Irmã Agostinha, que revejo; da Vanessa, chega mais perto; e saudando a todos aí neste momento. O que me traz aqui? Mais do que a companhia aérea que eu viajei, me traz aqui a missão da CPT, da Comissão Pastoral da Terra, que é uma missão de presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador, revolucionário e corajoso junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar o seu protagonismo.

Quero aqui, em nome dos bispos do Regional do Noroeste, a minha comunhão com Dom Roque, com Dom Bruno, que é o Presidente aqui do Regional e os demais membros daqui de Rondônia e Acre, e também comunhão com os bispos do Norte I, Amazonas e Roraima e, sobretudo, com Dom Ionilton, que é o Vice-Presidente da CPT em nível nacional, de dizer que somos agradecidos aos agentes da CPT. O grito dos agentes da CPT com os agricultores, pessoas da terra e da água, é a voz da Amazônia que o Brasil e o mundo deveriam escutar e estar mais atenta. Os órgãos federais, estaduais e municipais, esta Casa e as demais Casas de Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como outros organismos estar atento. É o que me traz aqui, então, a missão da CPT.

No lançamento do Caderno em nível nacional, lá na CNBB, se não me engano, 12 de abril, Dom Leonardo acentuou que aqui está o relato não apenas da CPT, mas da igreja do Brasil que está atenta às questões que afligem os irmãos indígenas, aos irmãos ribeirinhos, aos irmãos quilombolas, irmãos sem-terra, e diríamos até sem água, sem espaço, sem casa, sem teto, como foi dito aqui. O Presidente da CPT nacional, Dom José White, ele dizia: "aumentou o número de assassinato das lideranças, é uma estratégia e artimanha para desestruturar e desarticular, fragmentar as lutas em favor das pessoas ameaçadas", sem dúvida, que relata também aqui no Caderno.

A fraternidade move a igreja, move o cristão, move a pessoa de boa vontade. Mas é a fraternidade que deve mover, também, o Estado e organismo que cuidam da vida das pessoas, que cuidam da vida da Amazônia e de toda forma vivente existente. De fato, esta Audiência e o lançamento do Caderno 2018 são um anúncio e denúncia, como também um questionamento a nós comunidades eclesiais, a nós Igreja Católica, por isso, esse momento abre os nossos olhos, mais do que aquecer o nosso coração nesta luta e nesta causa por justiça e dignidade. Mas é também um questionamento ao Estado e aos outros organismos que têm responsabilidade nessa dimensão da terra, não só de saber, tomar conhecimento, mas de evitar futuros conflitos. Questionamos aqui à morosidade, a omissão, a impunidade, como já foi colocada. A morosidade na investigação, a morosidade no levar à justiça dos mandantes executores uma impunidade como apareceu também que, às vezes, aparece até um incentivo para que isso continue sendo realizado, sem nenhum prejuízo e sem nenhuma correção possível. É preciso sim, vontade política para resolver os problemas no campo. E isso é possível, - ah, não tem recurso, ah, não tem isso! Falta boa vontade acima de tudo. Ouvimos aqui até algumas justificativas. Convenhamos que as justificativas sejam legítimas, mas não podemos admitir que as justificativas legitimem a situação de violência existente. Elas não podem justificar essa situação de violência. São vidas humanas e os dados são estarrecedores. São vidas humanas, são dados estarrecedores!

Então, que realmente o que estamos realizando aqui hoje se prolongue, para que se prolongue também a vida das pessoas e não o aumento das ameaças. Políticas agrárias justas, Campanha da Fraternidade deste ano 'Políticas Públicas', sobretudo na questão agrária no nosso Brasil. Os números de morte nos estarrecem, as investigações, aí muitas questões não esclarecidas, as expulsões. Morte de pessoas, de lideranças, não é apenas número, são vidas tombadas, vidas

ceifadas, sonhos abortados, interrompidos e tantos outros projetos. Bastaria uma morte ou até meia morte, se a gente pode dizer isso. Bastaria uma ameaça para a gente já ficar indignado, bastaria. Mas a banalização da vida nesse campo é imensa. A vida humana como mercadoria, valor pouquinho ou quase nada a vida humana. Às vezes a vida não de outros seres, mais do que a vida da pessoa humana. Nós vemos aqui quem morre. Quem morre? E às vezes até podemos deduzir quem mata. Quem mata? Os que morrem são sepultados. E quem mata? Ninguém quer morrer, ninguém quer morrer. Mas tem muita gente querendo matar. Já articulando, planejando as mortes.

Não gostaríamos de já estar antecipando o que vai estar no Caderno de 2019, é preocupante, dói, dói! E já tem aí no cenário dos dados retirados. Então, eu acho que preocupar-se, oxalá que aparecesse um relatório público, corajoso como esse de realmente evidenciar quem mata e as motivações, elas aparecem nos entremeios das exposições que se fazem. Lembro aqui da morte de Jesus, celebramos agora a Semana Santa. Jesus morreu na cruz para que talvez fosse à última morte de cruz. Gostaríamos que esse calendário fosse à cruz de redenção, de basta de mortes, de expulsões nesse campo e em todos os outros campos.

E assim, a CPT nos ajuda como igreja a renovar nosso compromisso com as populações, sobretudo, com as comunidades tradicionais da Amazônia, com aquelas mais ameaçadas. Estamos em processo de sínodo, sínodo para a Amazônia, novos caminhos para a Igreja e uma ecologia integral. A Amazônia toda aqui no Brasil e também nos demais Países da Pan Amazônia, todos realizamos escutas das comunidades, dos povos. Uma escuta corajosa, que até as entidades no Brasil se preocuparam, mas que deveriam também fazer a escuta que a Igreja fez, nossos governantes deveriam fazer nas suas esferas estaduais, municipais e federais, para realmente tomar ciência do que o povo precisa e como é que estão as condições de vida de cada comunidade, senão até mesmo de cada pessoa.

Por isso, o processo sinodal nos dá esperança e nos alavanca de continuar essa luta por justiça e dignidade. Diante do genocídio, de assassinatos, homicídios e até ecocídio, está aqui na apresentação, vale a pena, até do ecocídio, a proposta de uma ecologia integral. Uma ecologia integral que nos fala o Papa Francisco, *laudato si*, em que a ciência de hoje não contesta a sua argumentação, mas também, não abraça. É preciso abraçar a proposta de *laudato si*, para uma ecologia integral na defesa da vida como um todo, priorizando vida humana. Vida humana, vida dos animais, das plantas, dos insetos, das aves, dos minerais, dos peixes, enfim, toda forma de vida humana num conjunto de respeito que deve se cuidar.

Eu sei que vocês estão nos ajudando e participando e nos ajudem realmente para que o sínodo para a Amazônia, que celebraremos em outubro próximo, lá com o Papa Francisco, seja de abrir caminhos para novos compromissos e de promoção da vida. O Caderno, vamos folheando, vamos degustando, vamos, ao mesmo, tempo refletindo e ao mesmo tempo nos interpelando de tudo isso que está. As falas que aqui vieram, desde o início, os testemunhos, os poemas, os cantos, as interpelações devem abrir os nossos olhos para os nossos próximos passos.

Eu sei, deputado, que a Audiência está se prolongando bastante, mas tem que se prolongar muito mais aquilo que estamos refletindo em tudo isso. Então, eu creio que com esse momento, com o apoio de todos e desta Casa, a CPT vem reafirmar seu caráter pastoral com novo vigor, anuncia sinal de esperança, gotas de esperança que se somam com tantas outras gotas, mas também denuncia até mesmo as mortes já marcadas, já planejadas e arquitetadas, que nos estarrecem. E aqui seria dignamente cristão se além de nos dar as mãos, tivéssemos a coragem, se necessário for, de morrer junto, dignamente cristão. Cristo é a mais alta solidariedade para com todos. Que a CPT/Rondônia, a CPT/Acre, a CPT/Amazonas, a CPT/Roraima, a CPT no Brasil continue o trabalho de base junto aos povos das terras e das águas, com convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria. Momento que nos faz pensar na mística de Cristo, a mística do Pastor, a mística do crucificado, a mística de quem doa a própria vida, porque senão abraçarmos a mística do crucificado, de quem doa a própria vida, nós corremos o risco de abraçar a mística e a lógica dos crucificadores, dos que ameaçam, expulsam e matam, a lógica dos crucificadores, a lógica de morte que não combina conosco. E eles conhecem muito bem a nossa situação, eles conhecem nossas forças, mas também os nossos limites.

Conheçamos o bom pastor e o sigamos, o Cristo ressuscitado, vencedor da morte do pecado, mas também, dediquemos tempo para conhecer o lobo e lutar por justiça para não sermos presa de suas artimanhas e vociferidade.

O Documento da CNBB 101 sobre questões agrárias nos diz o seguinte: "é necessário fortalecer a resistência contra todas as formas de violência que atinge a vida dos trabalhadores e suas famílias".

O Seminário realizado, este ato de lançamento tem por objetivo consolidar isso, recordando que já refletimos em 1986, alguém lembra? Em 1986, Fraternidade e a Terra, com o lema "Terra de Deus, Terra de Irmãos e Irmãs; Terra de Deus, Terra de Irmãos e Irmãs", que isso se prolongue no horizonte de podermos, dizer, não obstante toda uma situação que ainda visualizamos, chegar um momento de conflito zeros, expulsões zero, mortes zero. E assim, a verdadeira paz, que é o dom de Deus, reinar nos corações humanos, até nos corações daqueles que hoje são ameaçadores e crucificadores.

E o que é a paz? É tudo, tudo! Mas tudo mesmo, que Deus quer de melhor para todos os seus filhos e filhas, não é vida sossegada, sofá e televisão. É luta. É levantar a cabeça. É ir adiante. Então que a paz, o dom de Deus, seja realmente o ponto forte que nos motiva a hoje em diante a dar os próximos passos.

E aqui comungo com a proposta da Darlene, o Termo de Cooperação Técnica entre os nossos Estados. Vou convocar os nós Bispos dos 2 regionais, Noroeste e Norte 1, que a gente esteja atento junto com os deputados estaduais para que isso se possa consolidar nesse Termo de Cooperação Técnica em nossos Estados, formando aí uma pequena rede, mas consistente, com elos fortes para uma pesca da vida, da dignidade e dos direitos humanos com mais abundância.

Agradeço a atenção e que todo trabalho que realizem os agentes e CPT, agricultores e agricultoras, o resultado a gente já sabe que é na mesa de muitas famílias para alimentar

e sustentar. Continue sendo o alimento da vida Eclesial, Pastoral e também humana na nossa Amazônia. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Muito obrigado, Dom Mário. Depois as palavras do Dom Mário aqui, a gente precisa passar mais uma meia hora refletindo, porque a gente ouvir, e para nós, e para mim de Rondônia, que comecei, Dom Mário, a política nas comunidades eclesiais de base, eu aprendi lá e não tenho vergonha de dizer e nem medo de falar que o maior instrumento e transformação nossa é a Igreja, ele é, e ensina a gente. E essas palavras do senhor são palavras que não é em todo o Estado de Rondônia que a gente ouve mais, não é, e quem é do Estado sabe o que eu estou dizendo.

Então, eu vou pedir para que seja transcrito esse pronunciamento do senhor aqui nesta Casa e vou divulgá-lo e vou encaminhar a todas as nossas comunidades do nosso Estado, pode ter certeza disso.

Nós, infelizmente, ainda dependemos muito do pastoreio.

Embora eu esteja com 60 anos, faço agora em setembro 60 aninhos de idade, e desses 35 anos eu tenho certeza, Eliane, que foi na luta, a gente ainda tem muito gás para recolher para poder transmitir, e isso é gás.

Nosso mandato está à disposição de todos os movimentos sociais, esta Audiência Pública, Petrolina, é Audiência Pública da CPT na Assembleia Legislativa, não é minha. É a CPT que pediu e o nosso mandato é só instrumento de encaminhar as ações que vocês, que todos os movimentos pedem. Para isso que a gente está aqui.

Dom Mário disse uma coisa que me faz refletir no espaço que eu vivo que é a política, falta vontade política. Falta vontade política, não tenham dúvidas disso. Falta consciência política do voto. E é um desafio muito grande das nossas lideranças católicas, lideranças associativistas, cooperativistas, transmitir isso. Por que esta Audiência acontece nesta Casa neste mandato, porque este deputado está aqui. Eu não estou me vangloriando, eu estou dizendo que a vontade política depende dos políticos, e os políticos são escolhidos pelo povo, e o voto é que define quem está aqui nesta Casa. E nós não podemos nos omitir de dizer isso lá fora. Porque não adianta a gente fazer ato político em prol da Campanha da Fraternidade, com o tema que nós temos hoje, e na hora do meu voto aqui dentro desta Casa, eu voto contra o que está ali. Esse é o desafio Padre, esse é o desafio, é a gente buscar, na hora do voto, escolher pessoas que possam contribuir com a luta nossa, no dia a dia. Porque só morrer não adianta, só morrer não está resolvendo. Só gritar, não está resolvendo. Só ter um Doutor João Verde, não adianta, nós precisamos ter mais. Então, esse é o desafio nosso, a gente vê isso aqui no Estado de Rondônia. E eu fico com dó quando eu vejo o Erasmo, com a vontade que ele tem, porque eu conheço o Erasmo, conheço a Márcia, conheço, e conheço também os malandros que estão nesse espaço, conheço pessoas sérias como eles, mas não vai conseguir porque vem de cima para baixo.

E a reforma, foi dito aqui, 2017, não sei quem falou, foi assinado uma Lei pelo Temer, ele falou, que acaba com a Reforma Agrária no Estado, é ou não é? 2017, a Lei que ele assinou acaba com a Reforma Agrária no Brasil, não é? Acaba com Reforma Agrária no Brasil. As Leis constituídas no País não são para ter reforma agrária. Porque nós tivemos governos

mais próximos disso e não conseguiram fazer, porque as Leis os proíbe de fazer isso.

Então, nós temos que ter o desafio de saber em quem votar sim, nós temos que ter a coragem de indicar em quem votar sim, e tentar acompanhar para que não cometa erro. Eu não estou falando diferente de tudo que foi falado aqui. Porque eu vou para a igreja, eu rezo, eu ajudo celebrar o culto na minha comunidade, eu faço a homilia na minha comunidade, mas lá eu também falo da política. Eu falo, se quiser que eu faça tem ser, porque esse é o instrumento que a gente tem para tentar resolver e solucionar pelo menos um pouquinho disso aqui, não adianta, a gente pode... Eu já fiz a luta, eu já acampeei, eu já ocupei terra, eu já peguei na arma neste Estado, já fiz tudo isso, e quem me conhece sabe que nós já fizemos.

E hoje eu estou nesse espaço que a gente tenta fazer algo mais, mas depende de muito mais. E nós não podemos incriminar quem não está aqui nesse espaço ou quem não defende isso que nós falamos. Nós não podemos incriminar não, porque nós vivemos num País democrático, e a democracia permite você ter o espaço para todos, quem é contra e quem é a favor. Nós não podemos querer que um deputado federal eleito pelos fazendeiros ou o fazendeiro vá fazer a defesa nossa, porque ele não vai fazer mesmo.

Então, é isso, esta Audiência Pública é da CPT e vai ser sempre quando for procurada e sempre nos colocar à disposição para isso, está bom? Nosso mandato também está à disposição.

Quero agradecer a todos, agradecer a todos os Estados que estão presentes. Vou, repito, reproduzir o que Dom Mário, não desfazendo dos outros, mas o que Dom Mário colocou, e será encaminhado a todos os Estados que estão aqui através da CPT. Vou pedir para CPT fazer isso lá fora, está bom?

Invocando a proteção de Deus, em nome do Estado de Rondônia, em nome de toda nossa população, declaro encerrada mais esta Audiência Pública. E peço para que todos fiquem em pé, que Dom Mário, vai fazer uma oração final.

Agradeço a todos os funcionários da Casa, que ficaram conosco até essa hora.

O SR. DOM MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA – Trazendo neste momento, toda realidade da vida, que refletimos e que vamos continuar abraçando, que o Senhor vos abençoe e vos proteja. Que a face do Senhor brilhe por vossa causa, que Ele vos guarde e vos dê a paz e que Deus, que é poderoso, mas poderoso no amor, na bondade, na verdade, na solidariedade. É poderoso no semear a vida, no perdão, a misericórdia. É poderoso em propiciar a paz, a justiça, a ternura, a paciência e a união. Que Ele abençoe a nós e a todos que caminham conosco. Em nome do Pai, do Filho do Espírito Santo. Amém!

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos todos em paz, cuidado com as estradas, quem vai para o interior e que Deus possa acompanhar cada um e cada uma. E aos nossos visitantes que façam uma boa viagem de volta. Está encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas e 38 minutos)

**ATA DA 13ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DEBATER SOBRE OS CASOS DE FEMINICÍDIO
E DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
BEM COMO DISCUTIR POLÍTICAS PÚBLICAS
A SEREM IMPLEMENTADAS VISANDO
NEUTRALIZAR ESSAS OCORRÊNCIAS.**

(Em 9 de maio de 2019)

Presidência dos Srs.

Laerte Gomes - Presidente
Lazinho da FETAGRO - Deputado
Alex Silva - Deputado

(Às 14 horas e cinquenta e nove minutos)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento dos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais Alex Silva e Lazinho da Fetagro, juntamente com o Dr. Neidson, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública para tratar sobre o “Feminicídio, assassinato de mulheres em Rondônia: do Silêncio ao Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”.

Sendo assim, senhoras e senhores, nós convidamos para composição da Mesa, Excelentíssimo Senhor Deputado Laerte Gomes, Presidente da Assembleia Legislativa; Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Silva, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente, da Mulher e do Idoso, e proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Dr. Neidson, autor do Projeto da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa; Excelentíssima Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Roraima; Excelentíssima Senhora Janete de Sá, Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Espírito Santo; Excelentíssimo Senhor Dr. Álvaro Kálix Ferro, Juiz Titular do Juizado de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia; Dra. Lisandra Vanneska Monteiro Nascimento Santos, Promotora da 37ª Promotoria de Justiça – Ministério Público do Estado; Excelentíssima Senhora Liana Silva de Almeida, Secretária Adjunta de Estado da Secretaria de Assistência Social – SEAS; Excelentíssimo Senhor Delegado Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC; Dr. Guilherme Luís de Ornelas Silva, Defensor Público da 3ª Entrância; Senhor Elton Assis, Presidente da OAB/RO; Excelentíssimo Senhor Delegado Arimar Araújo, Prefeito do Município de Pimenta Bueno, nesta oportunidade representando a Associação Rondoniense de Municípios – AROM; Sra. Alessandra Lunas, Presidente da FETAGRO, representando as Mulheres Rurais de Rondônia; Sra. Raimunda Pedraça, Frente Brasil Popular, representando as Mulheres Urbanas de Rondônia; Senhora Rosenilda Ferreira de Souza – Rosa Negra – Coletivo de Mulheres do SINTERO, representando as Mulheres de Organizações Sindicais; Senhora Ana Isabel Ramalho, representando a Via Campesina; Excelentíssimo Senhor Deputado Ismael Crispin, 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa; Excelentíssimo Senhor Deputado

Estadual Aécio da TV; Excelentíssimo Senhor Eyder Brasil, Deputado Estadual; Excelentíssimo Senhor Léo Moraes, Deputado Federal. Convidamos Excelentíssima Senhora Cassia Muleta, Deputada Estadual.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Boa tarde. Só para registrar, antes de dar início a esta Audiência. A Deputada Rosângela Donadon não está no Estado, e a Deputada Cassia, uma está em missão, a nossa princesa, a Deputada Cassia já está chegando aqui e já vai estar aqui com a gente. Só para deixar registrado.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar sobre “Feminicídio, Assassinato de Mulheres em Rondônia: do Silêncio ao Enfrentamento a Violência Contra a Mulher”.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônia)- Pedimos, por gentileza, àqueles que puderem, se coloquem de pé, ouviremos o Hino Céus Rondônia, com Letra de Joaquim Araújo Lima e Música de José de Lima e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônia)- Podem se sentar. Fiquem todos à vontade. Registramos a presença do Sr. Marcelo Cruz, Deputado Estadual; registramos a presença do senhor Anderson Pereira Deputado Estadual.

Registramos e agradecemos a presença da senhora Mônica de Nascimento Melo, Assessora de Controle Interno que representa a Secretaria de Estado da Justiça; senhora Paula Jimenez Ventura, Defensora Pública Federal da Defensoria Pública da União; senhora Dra. Flávia Albaine, Defensora Pública de Rondônia; senhora Valesca Bader, que representa a Glomaron Grande Loja Maçônica de Rondônia; senhora Dra. Andreia Farias, Ouvidoria Geral da Assembleia Legislativa de Rondônia; Excelentíssima Senhora Tânia Garcia Santiago, 14ª Promotora de Justiça do Ministério Público de Rondônia; senhor Dr. Héverton Alves de Aguiar, Promotor de Justiça; Dra. Sheila Mara, Delegada da Delegacia da Mulher de Guajará-Mirim; senhora Dra. Gisele Cunha, Procuradora da República. Doutoradas Anita Peres, Valdirene Clemente, Maxilene de Souza Freitas, Juízas de Direito e Mestradas do Tribunal de Justiça de Rondônia. Senhora Ana Maria Negreiros, Secretária Adjunta da SEMASF; senhora Leisaloma Resem, Delegada de Polícia de Homicídios de Porto Velho. Registramos a presença da senhora Hala Cristina, Gerente Estadual de Políticas da Mulher, da SEAS; senhora Maria de Fátima, Presidente da Associação ‘Terra Firme’ do Distrito de Calama; senhora Francineila Oliveira, Agente de Polícia Civil do IML; senhor Eliel Cunha, Coordenador Geral da Central dos Movimentos Populares - CMP; senhor José Cantídio, que representa a Secretaria de Planejamento do Município, SEMPOG; senhora Jane Arruda, representando a SEMED; senhora Rosângela Maia, que representa o Movimento Baixo Madeira e Presidente da Associação de Mulheres do Distrito de Demarcação. Senhora Chirlene Nascimento, Presidente da Associação da Comunidade de ‘Terra Caída’, Baixo Madeira; senhora Gisele Gabriele, Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Governador Jorge Teixeira; senhora Anelise Soares, Gerente da GPES, representando a

Secretaria Estadual da Saúde -SESAU; senhora Lenira Cordeiro Gomes, Presidente da Associação de Mulheres Ribeirinhas de Cujubim Grande, Baixo Madeira.

Nós queremos, com grande alegria, registrar a presença destas mulheres incríveis, que serão as nossas palestrantes no dia de hoje, Dra. Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, Delegada de Polícia do Estado do Piauí. Ela é Subsecretária de Segurança do Estado do Piauí, Professora Titular da Universidade Estadual do Piauí, especialista em Direito Público e Direito Processual, Penal. Mais uma calorosa salva de palmas à Dra. Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa.

Nós queremos registrar e convidar com grande alegria, Professora Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril. Doutora em Psicologia, Professora de Pós-Graduação em Psicologia da NIR. Queremos que, por gentileza, esteja conosco com o carinho de todos vocês. Mais uma salva de palmas à Professora Maria Ivonete Barbosa Tamboril.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Primeiramente, agradecer a Deus e a oportunidade que nos dá de estarmos aqui. Antes de iniciar aqui os cumprimentos às autoridades e a nossa fala, eu gostaria de fazer diante de vocês, diante da Mesa composta, junto com os nossos deputados estaduais, a todos que estão aqui, a assinatura depois de um ato histórico, neste momento, para a Assembleia Legislativa. Depois de 30 anos, a Assembleia, eu assino aqui junto com a Mesa Diretora, junto com os deputados, a convocação dos primeiros, das primeiras pessoas que passaram no concurso público da Assembleia Legislativa. Esse é um momento histórico hoje para nós, 30 anos depois a Assembleia Legislativa chama os seus concursados, que foi feito concurso no ano passado. Vamos deixar aqui a todos os servidores, vão ter novos colegas efetivos trabalhando na Assembleia Legislativa. Por isso que para tudo, Deputado Lazinho, para tudo tem o seu tempo.

Gostaria de cumprimentar aqui, os três deputados que se debruçaram, trabalharam para que esta Audiência Pública viesse a acontecer. O Deputado Alex Silva, nosso Presidente da Comissão, parabéns Deputado Alex Silva. O Deputado Dr. Neidson, um guerreiro que tem lutado em defesa dos direitos da mulher nesta Casa; e o nosso deputado, o deputado das mulheres trabalhadoras, principalmente, do setor do campo, da zona rural, o meu amigo Deputado Lazinho da Fetagro. Quero em nome de estes três deputados saudar a todos os demais colegas deputados que estão aqui presentes. Saudar a minha colega Deputada Lenir Rodrigues, de Roraima. Uma alegria, Lenir, estar aqui com você; a nossa Deputada capixaba, a Janete de Sá, Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher lá do Espírito Santo, da Assembleia, é uma alegria ter você aqui. Saudar o Dr. Álvaro Kálix Ferro, Juiz Titular da Violência Doméstica, aqui Tribunal de Justiça, Dr. Álvaro, é uma alegria; a doutora Lisandra Vanneska, Promotora da 27ª Promotoria de Justiça, em seu nome, o Dr. Héverton; Dr. Tânia, com os seus palestrantes aqui também, estão sempre com a gente nesse processo de debate, de discussão. A Liana da Silva Almeida, Secretária Adjunta do Estado da SEAS; Delegado Doutor Hélio, nosso Secretário Adjunto de Segurança, é uma alegria estar aqui com o senhor; Dr. nosso Presente da Guilherme Luís de Ornelas, Defensor Público OAB, Dr. Elton; o Dr. Arimar, nosso Prefeito de Pimenta Bueno, neste ato

representando os prefeitos; a Alessandra da Fetagro. Alessandra, parabéns pelo trabalho da Fetagro tão importante das nossas produtoras rurais, em defesa da mulher que a Fetagro faz. A Raimunda Pedraça, da Frente Brasil Popular; a Rosenilda Ferreira, a Rosa Negra das mulheres do Sintero; a senhora Ana Isabel Ramalho, da Via Campesina, enfim, todos vocês sintam-se cumprimentados neste dia especial.

A Assembleia Legislativa hoje, deputados, senhoras, as mulheres estão aqui, as quais nós cumprimentamos todas, ela marca esta Audiência como uma forma de chamar a atenção da violência e feminicídio contra mulher. Nós já decidimos, senhoras autoridades aqui da Mesa, decidimos Deputada Janete, Deputada Lenir, que a nossa mídia institucional da Assembleia Legislativa, que antes divulgava Rondônia, fazia o trabalho institucional, agora vai ser, nesse início, totalmente voltado ao chamamento à consciência da violência contra mulher. Isso foi um uma decisão, Presidente Elton, de todos os deputados, as nossas energias vão ser concentradas neste tema, que a gente tem observado todo dia nas rádios, na TV, na imprensa, o aumento da violência contra mulher. Quero cumprimentar aqui o Deputado Léo de Moraes, que eu vi aqui, o nosso deputado, ex-colega deputado estadual, não sei se ele está aqui, onde eu vi o Léo aí, Mas, Deputado Léo, seja convidado para participar da Mesa, representado aqui a bancada a Bancada Federal. O nosso Deputado Léo Moraes, está chegando aí já? Está lá atrás, chama ele lá, busca ele lá, Deputado Aélcio. Vamos dar uma salva de palmas para o Deputado Léo Moraes, que representa muito bem, bater palmas para ele que está chegando, representa muito bem aqui o Estado de Rondônia no Congresso Nacional. A Assembleia Legislativa, venha participar com a gente, participar conosco, tudo bom Deputado Léo.

A Assembleia Legislativa realiza nesta data, Audiência Pública, o tema hoje aqui, gente é a Violência e o Feminicídio Contra a Mulher. Vamos nos atentar a este tema, que é importantíssimo, que é o motivo de todas vocês estarem aqui nesta Audiência.

A Assembleia Legislativa realiza nesta data, Audiência Pública especialmente convocada para debater sobre os casos de feminicídio e violência contra a mulher, bem como discutir políticas públicas a serem implementadas, visando neutralizar essas ocorrências. Este evento é de proposição dos nossos colegas deputados Alex Silva, Lazineho da Fetagro e do Dr. Neidson. Início esta fala, enaltecendo importância, senhores deputados, desta Audiência Pública, no tocante ao atendimento de uma demanda que não pode ficar apenas da retórica dos pronunciamentos. É preciso agir e agir com firmeza, com inteligência e eficiência. Estamos tratando dos encaminhamentos para preservar, para salvar vidas.

Assim sendo, entendo que a violência contra a mulher no âmbito do Estado de Rondônia agora está inserida na pauta das discussões para serem contempladas em políticas públicas que venham pelo menos inibir estas práticas criminosas.

No entanto, destaco aqui para conhecimento das senhoras e dos senhores, que apesar de contarmos apenas com noventa dias de atividades em plenário, muitas ações, de diversos Parlamentares já foram deliberadas e felizmente já são registrados alguns avanços significativos.

De forma concreta, objetiva, a violência contra a mulher está na pauta da ordem do dia deste Parlamento Estadual. Na prática é a atenção ao interesse público, buscando soluções.

A problemática envolvendo a violência doméstica e familiar contra a mulher deve ser prioridade, pois estamos tratando de salvar vidas, de preservar o sustentáculo familiar.

Já superamos, em parte, as discussões, e trabalhamos agora no desenvolvimento de políticas públicas, em grande parte, originárias desta Assembleia Legislativa.

Cito, por exemplo, o Projeto de Lei de nossa autoria, proibindo no âmbito da administração pública direta e indireta, a nomeação de pessoas que tenham sido condenadas nas condições previstas na Lei Federal nº 1.134, intitulada Lei Maria da Penha. Isso engloba todos os Poderes do Estado de Rondônia. A medida proposta pretende, por meio desta ação coercitiva contra os agressores, inibir e prevenir este tipo de crime.

Já manifestamos ser favorável, que a Justiça além de autorizar medidas protetivas, em casos considerados de grave ameaça a vida das vítimas, também seja autorizado o emprego de tornozeleira eletrônica. Esta seria a forma mais eficaz, pois os organismos de segurança pública passariam a ter conhecimento, em tempo real, de eventuais infrações e violações por parte dos transgressores.

Destaco ainda, propositura de autoria desta Casa, também já devidamente deliberada pela Assembleia Legislativa, propondo ao Governo Estadual, a implantar novas unidades da Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher e ao Idoso. Para efeito de aplicação da norma, foram indicadas as cidades regionais do nosso Estado.

Todos nós somos sabedores quanto à situação preocupante da mulher na sociedade atual, especialmente naquelas comunidades periféricas que, apesar de significativos avanços, muitas mudanças ainda precisam ser realizadas.

Sabedor das dificuldades de criar e implantar delegacia especializada no interior do Estado, face necessidade de lotação de delegado ou delegada, encontramos uma alternativa e vamos propor ao Executivo Estadual a indicação quanto à criação do Comissariado Especial de Atendimento a Mulher e ao Idoso, com a devida lotação de uma agente de polícia ou agente de classe especial. Esta modalidade atenderia os municípios de Rondônia.

Outra proposta que urge por parte do Governo, ações concretas e imediatas, diz respeito à necessidade de se instituir o plantão permanente da Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher e ao Idoso, na cidade de Porto Velho, inclusive nos finais de semana e feriados. Requerimento nesse sentido já foi aprovado e encaminhado ao Executivo Estadual.

O assassinato da professora Joselita Félix da Silva, no último dia 17 de março de 2019, comoveu o nosso Estado e, conseqüentemente, mais uma vez, nos deparamos com o clamor público que reivindica mudanças no tocante às políticas públicas de atenção a mulher e ao idoso.

Senhoras e senhores, já assinamos e devemos apresentar à Casa, na próxima Sessão plenária, na Assembleia, propositura versando sobre a criação do Programa de Policiais Civis Aposentados para prestação de serviço por tempo determinado. A nossa proposta é aproveitar os policiais civis aposentados que têm experiência, para serem designados,

depois de qualificados, para a realização de atribuições específicas.

Esta propositura inovadora no âmbito da Polícia Civil trará economicidade e também aproveitará a mão de obra técnica qualificada para atender as necessidades do serviço da Polícia Civil Judiciária.

Essa medida não interfere na realização de novos concursos e nem na contratação de novos policiais civis, a exemplo do que já ocorre na Polícia Militar do nosso Estado. E ainda vem somar no combate à criminalidade e na investigação no âmbito da Polícia Civil, principalmente no combate a violência contra a mulher.

Aquele servidor aposentado, por ocasião da convocação para seleção, o Governo deverá priorizar o atendimento, suprimindo ou reforçando o quadro de pessoal, das Delegacias de Atendimento à Mulher e demais unidades policiais.

Isso demonstra a preocupação desta Casa em promover gestões, para que em momento algum, estes organismos tão importantes, fiquem defasados, ou até mesmo impedidos de atuar de forma eficiente.

Consta em nossa propositura que no tocante a designação, as policiais femininas serão prioritariamente lotadas nas Delegacias de Atendimento a Mulher.

Estamos fazendo a nossa parte, agora esperamos que o Governo do Estado também faça a sua e contribua.

Outro tema de segurança pública, diz respeito ao atendimento no interior do Estado.

Caros rondonienses, não é mais aceitável a centralização de organismos especializados apenas em Porto Velho. O interior do Estado tem um crescimento vertiginoso, com o processo de migração constante. No entanto, observa-se que no âmbito da área de segurança pública, a concentração ainda está aqui somente na Capital. É preciso ainda atenção para os índices, para a triste estatística de ocorrências em que a mulher é vítima. Nós nos deparamos com dados alarmantes de violência contra a mulher em Rondônia.

Conforme os recentes dados do Grupo Maria da Penha, da Defensoria Pública Estadual, de janeiro de 2018 à janeiro de 2019, foram desencadeadas 109 ações civis, 07 criminais, 31 medidas protetivas de urgência, 27 manutenções de medidas protetivas e 13 descumprimentos das medidas protetivas; só esses dados da Defensoria.

Já com base na Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, os registros de violência física, seguido de atendimentos em unidades de saúde de Porto Velho, envolvem principalmente mulheres na faixa etária de 14 até 40 anos de idade.

Preocupante quando se observa esses dados estatísticos, é que no tocante a violência sexual contra o sexo feminino, 58% são praticados por amigos conhecidos e 42% por desconhecidos. De 2016 até 2018, observam-se maiores incidências na ordem decrescente: padrasto, namorado, cônjuge, ex-cônjuge, pai e irmão. Trata-se de um flagelo generalizado, que põe em perigo a vida das mulheres e viola os seus direitos.

Entendo particularmente, da necessidade de alertar, conscientizar e sensibilizar a respeito da gravidade do problema da violência contra as mulheres e também ao contextualizar o problema de cobrar dos órgãos responsáveis a qualidade e abrangência dos serviços prestados.

Estamos atuando da seguinte forma: definimos a agenda de debates; busca-se a participação popular; atuamos no sentido de sensibilizar formuladores e gestores de políticas; e, paralelamente, efetivamos o monitoramento de políticas públicas.

Neste momento agradeço a presença de todos e de todas, nos colocando à disposição, para somar ao enfrentamento dessa questão.

Dizer, senhoras e senhores, que a Assembleia está de portas abertas para enfrentar esse tema, Deputado Lazineho, Deputado Alex, Deputado Dr. Neidson, todos os Deputados. Essa é a prioridade da nossa gestão deste biênio 2019/2020. Muito obrigado.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Nós convidamos com imensa honra a Sra. Val Karitiana, que representa as Mulheres Indígenas. Nós queremos que ela venha aqui, esteja conosco. Uma forte salva de palmas a ela.

Nós queremos registrar a presença dos familiares e amigos, a caravana de Buritis, representando a nossa eterna Camila Sacoman, do Município de Buritis. Cadê a família? A caravana pode se manifestar. Dona Telma, a mãe está aqui, o nosso carinho a você, é uma alegria tê-la conosco neste momento.

A Sra. Rosana Silva, esposa do Deputado Alex Silva, o nosso muito boa-tarde; Sargento PM Rosineide da Costa Lopes, Chefe da Patrulha Maria da Penha do 5º Batalhão da Polícia Militar, o nosso obrigado pela presença; Sr. Padre Ton, ex-deputado federal e Presidente Estadual do PT. Nós agradecemos a presença dos membros do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia – SINTERO. Família Sintero, o nosso carinho a todos vocês. Senhora Cleonice Ferreira, Presidente da Associação de Voluntários e Amigos Mariana; Sr. Romeuzinho, da comunidade, Presidente da Associação Jardim Santana, também está conosco; senhora Carla Graziela Pereira, Diretora do Centro de Artes, representando a Prefeitura de Porto Velho; senhor Vereador Elias Chagas, do Município de Nova Brasilândia d'Oeste; senhor Vereador Reginaldo Gama, Vice-Presidente da Câmara de Nova Brasilândia; senhora Sandreia Silva Costa, Coordenadora da União Brasileira de Mulheres; senhor Nereu Klosinski, Presidente da CUT, também está conosco; senhora Giane Cândido, Coordenadora do Projeto Raabe, os nossos cumprimentos.

Em nome da senhora Giane Cândido, nós queremos neste momento apresentar a vocês, e convidar com grande alegria os membros do Grupo Raabe, que nos brincarão com apresentação neste momento. Uma forte salva de palmas a essas preciosidades do Grupo Raabe.

Senhora Giane Cândido, Coordenadora do Projeto Raabe, com você e essa brilhante equipe maravilhosa que nos brincarão com essa apresentação.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A Giane já está na Mesa aqui. Podem bater palma para ela agora.

(Apresentação de vídeo)

A SRA. GIANE CÂNDIDO – Essa poesia que falaremos agora em homenagem a toda vocês, porque vocês são mulheres especiais.

A SRA. RAILDA – Boa tarde a todos, boa tarde.

“Mulher, presente de Deus”.

A mulher pode vir em vários estilos, nenhuma mulher é perfeita, mas algo muito interessante ela traz em si, é a sensibilidade, a sabedoria e a humanidade. As diferenças que temos entre nós, diferentes mães, diferentes mulheres, isso é bom.

Nós não precisamos invejar o estilo de nossas amigas. Você é suficiente, extremamente do jeito que você é e acima de tudo quando você oferece o espaço em seu coração para que Deus faça morada e te ilumine.

Mulher, você representa o amor sem exagero. És uma árvore fecunda que germina um ser. Os teus filhos, mais que frutos, são parte de você. Mulher, que seja sempre lembrada, não apenas por um dia, mas todos os dias pelo seu valor, sua força, seu coração sempre disposto a amar e a doar. Que seja respeitada com todo carinho e amor. Sintam-se abraçadas por cada uma de nós do Projeto Raabe, hoje e sempre.

A SRA. MÔNICA – E essa canção que vamos cantar agora para homenagear todas vocês que para nós são pessoas muito, muito especiais. Ela fala assim: “Eu tenho uma missão e disso eu não abro mão, é ser uma mulher vitoriosa”.

Se você conhecer a canção, pode cantar com a gente.

(Apresentação de música)

A SRA. MÔNICA – Você tem valor, você é muito importante, você é uma vitoriosa, nós somos vitoriosas. Uma salva de palmas para todas nós.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Obrigado ao Grupo Raabe. Mais uma forte salva de palmas a elas. Nós convidamos à senhora Marli Mendonça, Presidente do Conselho Estadual da Mulher, para que também componha a nossa Mesa de Honra.

Senhoras e senhores, admiráveis mulheres de Rondônia, neste momento nós passaremos para a primeira palestra desta tarde, e nós queremos que, com entusiasmo de todas vocês, possamos receber a Professora Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril, que irá proceder à primeira palestra dessa tarde um carinho a ela. Uma forte salva de palmas à Professora Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril.

A SRA. MARIA IVONETE BARBOSA TAMBORIL – Boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes nesta atividade tão importante e tão preciosa para a sociedade atual, homens e mulheres em prol de um objetivo comum, combater uma realidade tão dolorosa para nós.

Eu quero agradecer à organização do evento e principalmente dos movimentos de mulheres que indicaram, que referendaram, que me estenderam o convite e é desse lugar que eu venho aqui falar. Também quero aqui cumprimentar todos os parlamentares homens e mulheres, autoridades constituídas. Há tempos eu não via uma solenidade tão importante. E cumprimentar o Presidente da Assembleia pelo seu pronunciamento, porque na fala dele têm muitas coisas que eu gostaria de falar e eu já fui contemplada, que isso é importante.

De que lugar eu falo? Eu sou Professora da Universidade Federal de Rondônia do Departamento de Psicologia e atualmente Professora, também, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Neste Programa nós temos um grupo de pesquisa que se chama Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação. E neste grupo de pesquisa, nós temos uma linha de pesquisa chamada Condição Feminina na Amazônia.

Pouco mais de 12 anos, a gente vem desenvolvendo estudos em parceria e estamos preparando um portfólio com o ataque que as Universitárias Federais vêm sofrendo recentemente pelo pouco conhecimento que se tem do que se faz, nós estamos preparando um portfólio, reunindo as pesquisas em torno desta temática, até para que a comunidade possa conhecer mais sobre as reflexões e o trabalho que nós estamos fazendo, eu e outras mulheres e outros homens, junto com a comunidade Acadêmica da Universidade Federal de Rondônia.

Quando eu pensei em um tema: “O Assassinato de Mulheres em Rondônia: do Silêncio ao Enfrentamento a Violência Contra a Mulher”, o Cerimonial ficava me perguntando: “Professora qual é a temática que a senhora vai falar?”. E eu ficava olhando essa temática como alguém que precisava a pensava se era isso mesmo. E aí, eu acho que não é só do silêncio.

Eu quero falar aqui do assassinato de mulheres em Rondônia e a má vontade que nós temos para a efetivação das políticas em enfrentamento a violência contra essas mulheres. Eu acho que a gente está, é preciso de cada um de nós, é preciso que nós reflitamos juntos, seja com o legislador, seja com o Executivo, o Judiciário, com as instituições do nosso Estado, e refletir sobre isso, o que e fato nós estamos fazendo para essas mulheres que não têm escolhas, elas estão mortas, foram assassinadas de forma brutal? E é sobre isso que eu quero.

Também foi pedido a mim apresentar alguns dados do Estado. Mas eu também não posso falar de feminicídio sem recuperar na memória, como uma boa professora ligada à psicologia histórica social, de onde vem esse termo Feminicídio. Como é que isso comparece na nossa história, na nossa conversa? É como se só este dado fosse motivo de nossa mobilização, hoje. Todos os institutos que fazem aferição de assassinato de mulheres comprovam que nos últimos, na última década não se alterou isso, são 12 a 13 mulheres assassinadas todos os dias em nosso País. Isso nos coloca em um lugar muito delicado no ranqueamento quando se trata de violência, de assassinato contra as mulheres. Ninguém está falando de violência, só. A gente está falando de assassinato, de morte, não é, dessa condição.

Se a gente pensar no Feminicídio, o Feminicídio ele é o resultado, agravamento de uma sequência de um ciclo de violências. O Feminicídio é o resultado final deste ciclo de violência que começa com um xingamento, que começa com um empurrão, que começa com um quebrou um objeto, que começa com a subtração da liberdade, que começa com cenas de ciúmes, que vai construindo três sentimentos muito fortes, muito caros e muito dolorosos para as mulheres. E quem trabalha com essas mulheres, eu acho que as promotorias, os juizados que estão envolvidos com essas mulheres sabem,

entendem muito bem do que nós estamos falando. Culpa, medo, vergonha. São três coisas muito preciosas, muito dolorosas para mulheres que sofrem de violência.

Então quando a gente fala destes dados parece que é preciso também recuperar uma memória. Não é aquela memória da gente quando estudava história de que o homem primitivo da caverna ficava puxando a mulher pelo pé, pelo cabelo e com um pedaço e pau na mão. De lá para cá, o que é que aconteceu? Aí eu trouxe dois casos só para lembrar. Eu acho que a maioria aqui talvez não tenha a memória, porque eu sou uma mulher já de bastante vivência e bastante idade, mas eu lembro muito bem de 1976 de um crime, que foi uma comoção nacional, que foi o assassinato de uma *socialyte* no Rio de Janeiro, a Ângela Diniz.

O seu marido a assassinou a tiros por ciúmes, porque amava demais. Aí ele foi julgado, foi feito, cumpriu a pena em casa, e nessa época, o Movimento Feminista chamou uma campanha, "quem ama, não mata". Essa história "quem ama, não mata," outro dia eu explicava isso para as minhas alunas, isso é do assassinato de Ângela Diniz. Mas isso, em 1976.

Em 1977, todas nós, a sociedade toda cantava com Sidney Magal, "Se te agarro com outro te mato, te mando algumas flores e depois escapo". E era o grande sucesso, grande sucesso 1977, estourou Sidney Magal, eu era menina, gente, mas eu já escutava. E olha ali o trecho da música: "Dizem que eu estou errado, mas quem fala isso é quem nunca amou, pois até ser ciumento, mas ninguém esquece tudo que passou", de novo, repete quatro, cinco vezes, condicionamento, "se te agarro com outro te mato..." - não é Juiz Álvaro? -, "te mando algumas flores e depois escapo". Isso era a certeza da impunidade, por quê? Porque eram crimes de honra, podia-se matar. Outro caso também que chocou, foi o assassinato de Eliane de Grammont, esposa, separou, casou com Lindomar Castilho, não vou cantar as músicas dele, Bené, casou e um ano depois que ela separou, ele a assassinou a tiros dentro de um local onde ela estava trabalhando, porque ela também era cantora. De novo, foi um movimento de mulheres que foram para as ruas dizerem: "não é crime passional, é feminicídio!". O advogado, inclusive, que a família contratou, o nosso ex-ministro Thomaz Bastos, conseguiu uma pena, ele ficou preso em 6 ou 7 anos, mas aí se começou a discutir que era preciso a sociedade criar formas de enfrentar esse tipo de violência, que não se pode mais matar a mulher só porque eu estou com ciúme pela condição dela ser mulher.

Em Bruxelas, uma mulher, em 1976, também, ela utilizou 1977, ela utilizou esse termo 'feminicídio'. Mas chegou para nós aqui, só na década de 1980, 1990. E aí nós vamos ter do assassinato da Eliane Grammont, até chegar à condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando o Brasil teve que se retratar a todas as mulheres, simbolicamente, na pessoa da Maria da Penha, e aí nós temos a Lei Maria da Penha, só que, o que aconteceu? Só a Lei não foi suficiente.

Mesmo a Lei ditando mecanismos, formas de coibição, prevenção, punição, mesmo assim, não foi suficiente.

De 2006, a partir da Lei Maria da Penha, os órgãos de aferição de dados começaram a registrar, com muita precariedade em alguns estados, mas o Fórum de Secretário Segurança Pública começou a aferir esses dados. E aí nós temos toda a batalha que foi travada na Comissão Parlamentar

Mista de Inquérito, que resultou na assinatura pela nossa Presidenta Dilma, em março de 2015, a Lei do Feminicídio. E aí, o que nós temos? Entre 1980 e 2013, o Brasil registrou 106.000 mulheres assassinadas, esses dados mostram, inclusive na fala do Presidente, quem é que comete essa violência? 50% são os familiares, e desses familiares são homens parceiros nossos, que a gente escolheu para viver e conviver e dividir nossas vidas.

Os dados atuais demonstram, mostram que o Brasil continua acumulando esse tipo de assassinato. As mulheres negras, como ali o gráfico mostra, a taxa de homicídio cresceu nas mulheres negras, quando diminui nas brancas, cresceu. Isso se chama um conceito trabalhado na pesquisa, tanto dos institutos de aferição quanto nas universidades ou quem pesquisa, é aplicar o conceito da interseccionalidade, que você vai estratificar o dado e vai mostrar que continuam mulheres negras sofrendo isso. E, segundo o Instituto Agência Patrícia Galvão, que aferiu os dados contra mulheres lésbicas, três vezes cresceu, 237% em três anos.

E aí, eu pergunto, e em Rondônia? Porque nós não estamos nesse cenário. Em Rondônia, é um Estado seguro para as mulheres? Eu pergunto, vamos ver aqui. Porque já me disseram que o meu tempo já está passando. Em Rondônia, aí o que eu fiz? Para essa nossa conversa, o mapa da violência, que é uma ferramenta do G1, que ele pega dados do Fórum de Segurança Pública, de Secretário de Segurança Pública, e pega os dados do Núcleo de Estudos de Violência da USP, e eles fazem essa aferição.

Se vocês observarem ali ó, Rondônia, cadê? Aqui, o meu marcador está, eu não estou conseguindo mostrar para vocês, vou pedir licença para vir mais para cá, eu vou pedir mais. Aqui, se vocês observarem, tem um mapa e aqui no cantinho vai ter o dado de feminicídio, aqui do lado. Em 2015, ali aparece como se nós não tivéssemos tido nenhum assassinato de mulheres. Aí, a gente vai nas...

Em 2015 a gente vai aos sites locais e, aí, eu trouxe uma pequena amostra: "marido corta pescoço de esposa por ataque de ciúme". "Mulher morta a facadas pelo ex-marido, em Pimenta Bueno". "Mulher morta pelo ex-marido a golpes de canivete, em Ariquemes". "Barbárie! A mulher demorou para voltar e ela é morta a pancadas pelo marido, em Porto Velho". Tudo isso em 2015.

Aí eu volto lá em 2016: Rondônia, zero feminicídio. "Polícia investiga caso de mulher encontrada morta em Ji-Paraná. Mulher é morta a tiros pelo ex-marido."

Em 2017: Zero feminicídio. "Rondônia, o Governo não informa os dados de homicídio doloso contra mulheres, nem de feminicídio". "A assessoria diz que crimes de homicídio doloso, são registrados de forma geral, sem distinguir. Feminicídio em Rondônia não tem registro". Aí você pega: mulher assassinada a facadas pelo marido, assassinada em Porto Velho.

Em 2018, nós entramos no mapa da violência. Eu estou falando desses dois, somente dessa ferramenta de onde eu acessei os dados. Em 2018 nós entramos na estatística, são 09, mas eu estava vendo uma entrevista do Procurador do Estado, ele disse o seguinte... A Delegada disse: "falta de tipificação do crime de feminicídio em Rondônia fornece dados pouco confiáveis". O próprio Governo do Estado reconhece que os dados não são confiáveis, nem na aferição nós estamos

conseguindo trabalhar isso. Para quem estuda, para quem analisa, para quem pensa a política pública é fundamental ter esse dado mais confiável. As matérias sobre esses dados, inclusive o nosso Procurador disse numa entrevista que ele acredita que seja 40, e se a gente for atrás... E assim, começamos ano de 2019. Triste estatística, 2019 começou com mais de 20 casos de feminicídio. Isso aqui é matéria do Tudorondonia, se você pegar aqui: "Universitária que sumiu após entregar trabalho de Faculdade, é achada morta". "Mulher é morta com três golpes de facada". "Corpo de mulher é...". Aqui tem um vídeo, que eu não vou passar agora, porque eu acho que o tempo, que seria uma forma de passar... Posso passar?

(Exibição de vídeo sobre Joselita Félix)

Eu vou pedir só um pouco de tolerância só para concluir. Eu peço paciência também da plenária para poder concluir. Primeiro, a nossa convicção é que o machismo, o silêncio também. E a tendência é de piora. Por isso esse momento é muito importante para que a sociedade civil possa pactuar com as instituições, com os órgãos responsáveis pela efetivação de políticas públicas, porque nós estamos no tempo do que fazer e do que dizer.

E nesse o que nós devemos fazer e dizer, primeiro, é fundamental diminuir a distância entre o que a gente diz e o que a gente fala, como o Paulo Freire nos ensinou. Depois, e aí não é só de quem governa, é também de quem vota. Primeiro, entender que mudar é difícil, mas é possível, gente. E uma das coisas que nós precisamos pactuar nesta Audiência, que tem uma importância política muito grande, é assegurar que nós não podemos dar um passo a menos na política nacional de enfrentamento a violência contra as mulheres, construída. Isso aqui não pode ser uma política de governo, precisa ser uma política de Estado. Nós não precisamos inventar coisas não, nós temos uma política. Nós temos o Programa Mulher Viver sem Violência.

Nós temos, por exemplo, dois atos muito importantes do nosso Estado que é a Patrulha Maria da Penha que tem coibido várias coisas, eu li o relatório do primeiro ano. A Promotoria para investigar crimes de Feminicídio em Rondônia. Mas daí, nós temos um problema, por exemplo, se for aprovado o Projeto Anticrime proposto pelo atual Ministro da Justiça, nós vamos entrar num grande, nós vamos entrar num grande enfrentamento que é voltar à discussão do medo e da violência por emoção. É alguém justificar que o homem matou porque ele estava enciumado, descontrolado e se passar dos termos em que se encontra. Essa matéria eu tirei da Câmara dos Deputados, e o efeitos, cadê os nossos deputados federais? Os nossos deputados federais precisam estar atentos, por quê? Porque o efeito é retroativo. Juiz, o senhor condenou um homem porque ele assassinou, ele pode recorrer a isso, não é? E outra questão, eu teria vários desafios e perspectivas que eu acho que uma coisa é pactuar efetivação da política, outra coisa é nos nossos espaços, criar estudos de reflexão e incorporar essa discussão: gênero, história das mulheres... Isso é um conteúdo escolar. Eu estava sentado perto de um professor aqui, e eu escutava ele dizendo que trouxe os alunos para essa aula que é outra forma também de pensar o problema.

(Às 16 horas e 02 minutos o senhor Laerte Gomes passa a presidência ao senhor Lazineho da Fetagro)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Tempo Ivonete, por favor. Por favor, o seu tempo.

A SRA. MARIA IVONETE BARBOSA TAMBORIL – Além disso, como é que a gente vai discutir educação se a gente está voltada, por exemplo, se tirarem dos Planos Nacionais de Educação a discussão de ideologia de gênero, não é? E aí, eu acho que é preciso problematizar e não dá para problematizar essa sociedade, pensando numa sociedade machista, misógina e patriarcal, não é? E aí muito obrigada. E para encerrar eu gostaria de continuar esse diálogo com as instituições que fazem hoje esse debate de feminicídio no Estado.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Nós queremos fazer o registro do Sr. Edésio Fernandes, Vereador de Porto Velho. Obrigado pela presença.

Senhoras e senhores, recebamos com grande alegria a Dra. Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, para que profira a sua palestra. Seja mais uma vez, muito bem-vinda.

A SRA. EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA – Obrigada. Bom dia a todas! Aliás, boa tarde. Eu não consigo ficar aqui. Agradecer o convite da Assembleia Legislativa de Rondônia em estar aqui e com muita felicidade reencontrar a Alessandra, que eu conheci há 4 anos, lá em Brasília, que ela me convidou para uma Oficina. Muito grata, o nosso tempo é reduzido, então apresentar pautas propositivas. Então depois da Professora Ivonete fica difícil falar porque é de alta qualidade o debate, não é? Mas vamos lá. Eu trouxe mais provocações para a gente refletir, parar para refletirmos, não é?

Dizer que nós já estivemos com as delegadas e os delegados no Sindicato; dizer que nós já estivemos com os deputados e deputadas aqui em Rondônia, mas não sei nadinha a realidade daqui. Portanto, eu nem me aventuro em ficar analisando a realidade local. Vamos falar então de algo do nosso percurso no Piauí para ver de que modo nós podemos trazer inferências para políticas propositivas.

Aqui é mais ou menos um *timeline* das nossas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Já está aqui no computador da Assembleia, pode ficar tranquilas, não precisa tirar foto não, que quem quiser já pode ser disponibilizado certamente no site da Assembleia.

Começamos com a Delegacia do Feminicídio, foi um marco inicial. Assumi a Secretaria de Segurança por três meses, estava saindo de um Mestrado e verifiquei no meu estudo duas fragilidades na Delegacia da Mulher, dentre inúmeras: o estupro marital, que não era visível nem pelas delegadas e nem pelas mulheres, ninguém enxergava o estupro marital. E segundo lugar, eu indaguei, "por que os assassinatos de mulheres não são investigados pelas Delegacias da Mulher? Como as mulheres estão morrendo?". Foi uma instigação de Mestrado, e aí então criei a 1ª Delegacia do Feminicídio do Brasil. Mas, como disse a Professora Ivonete, "não adianta criar equipamento público se nós não tivermos um capital intelectual para estudar o fenômeno". Então, isolar o fenômeno

e estudar o fenômeno para daí então propor políticas públicas de acordo com a realidade empírica daquele local. Ou seja, ativação dos saberes locais, senão, nós vamos ficar projetando política para Marte, e não aqui para o Brasil e, no caso, Piauí. Aí, então, a gente traz essa ideia da condição do sexo feminino.

Nós temos que criar um capital intelectual na Polícia e no Sistema Jurídico Penal, de debater a dogmática jurídica e não sensações: homem não mata por ódio, homem não mata por violenta emoção não. Ele mata porque ele quer matar e ele mata, ele mata porque essa violência é estrutural e é estruturante.

Eu poderia explicar aqui para vocês tecnicamente e vou, estou aqui para eventuais perguntas, indagações. A Vera Regina me pediu para falar tecnicamente. Então, eu vou trazer bases teóricas, mas acopladas a casos reais no Piauí e os erros da Polícia nas investigações policiais de feminicídio. Porque quando nós conseguimos enxergar os erros é que nós avançamos, nos desenvolvemos na interpretação dos assassinatos de mulheres.

A Lei Maria da Pena só enfrenta a primeira violência, Convenção de Belém do Pará. Ela não enfrenta a violência que é perpetrada no ambiente público, de uma mulher que já saiu do ambiente doméstico e ocupa posições de poder. Então, a própria Maria da Penha invocou um dispositivo, o último dispositivo do parágrafo 3º, por quê? Por causa de uma inércia, ou uma negligência do Estado no julgamento de uma tentativa de feminicídio em razão dela. No entanto, quando o Brasil foi penalizado, a recomendação foi criar uma Lei que contemplasse a violência contra a mulher; não contemplou. Lei Maria da Penha só contempla a violência dentro de casa, com o agressor definido e determinado. Logo, nós precisamos avançar na aplicação da Convenção de Belém do Pará. Não precisamos nem de Lei não, porque aqui já é Lei. Mas nós precisamos compreender cenários outros de violências e nós vamos mostrar que nem todo feminicídio é resultado, como alguém queira, de um termômetro. Não! O feminicídio pode acontecer de uma hora para outra sem o cara nem conhecer a mulher, de uma hora para outra. E aí? Como é que você vai explicar esse feminicídio? Ele foge dessa curva que todo mundo entende, ou seja, o posicionamento artificial da mulher dentro de casa.

Então, é preciso ver que nós mulheres já saímos de casa e nós continuamos sofrendo violência institucional, nós continuamos sofrendo violência por agressões indefinidas. Eu tenho que falar rápido por causa do tempo. São essas as nossas bases teóricas: a Segato, Butler, Mbembe, Agamben e Lacan. Então, é uma mistura de tudo isso, vamos ver o que é que vai dar essa misturada toda para gente chegar num gesto simbólico do feminicídio. Ou seja, eu chego num local de crime e eu olho para cena de crime e de imediato eu posso saber se é ou não é feminicídio. Na dúvida, é feminicídio. Não pode, nós não podemos afastar de jeito nenhum a perspectiva da condição do sexo feminino.

E aí então, vamos conversar sobre a perspectiva da Segato. O feminicídio, para Segato, tem um alfabeto violento que poucas e poucas pessoas conseguem ler. Eu comparo ao dia que eu fui à Alemanha e cheguei a um determinado ponto, e tinha dois banheiros e tinha as letrinhas w,y, não tinha aquele símbolo universal da saia, de alguma coisa que me conduzisse a ser feminino ou masculino. E eu chutei, fui para porta da esquerda, Yes, fiz um gol, e aí era feminino. Mas a Polícia não

pode agir assim. A Polícia tem que saber qual é a porta que ela vai entrar. Como é que ela vai investigar? Tem que saber ler a linguagem. Então, o feminicídio tem essa linguagem, uma linguagem que é expressa por gestos simbólicos e que se caracterizam nos excessos, excessos de golpes, veemência nos ataques, submissão da mulher no momento do ataque e outros gestos que representam o desfazimento do sujeito mulher: escalpe numa mulher que era cabeleireira; coleira, canina, uma mulher que era psicóloga, são gestos que nós quando chegamos ao local de crime, nós já conseguimos ler, é feminicídio. Então, é isso que a gente trata na condição do sexo feminino.

O que pertence a Butler, são os enquadramentos epistemológicos. Eu não sei se vocês viram a Mangueira, o Poeta da Mangueira foi além da Butler, ele anteviu encaixotamentos. A Mangueira, salve a Mangueira, ela ganhou e ela colocou mulheres encaixotadas, igual a Barbie. Eu não sei se vocês se lembram, no carro alegórico. Então, esses encaixotamentos, o nosso Poeta conseguiu decolonizar a ideia do emolduramento da Butler. Em que sentido? Que nós mulheres, aliás, seres humanos, nós já nascemos encaixotados, encaixotadas. Uma mulher negra, lésbica e da classe social baixa; a caixa dela vai ser de aço. Para ela romper aquilo ali, ela vai ter que percorrer muitos caminhos.

Então gente, dizer que eu aqui, é muito bonito eu chegar e dizer, o meu lugar de fala, é não, quem está te colocando nesse lugar? Que sujeito é esse que está falando por ti? Quando dizes assim: - Eugênia, tu és mulher. É você que está me dizendo que eu sou mulher, eu sou o que eu quiser. Espera aí que eu tenho que falar se não eu perco tempo.

Então, esses encaixotamentos que o nosso Poeta da Mangueira mencionou, ele fala o quê? Que nós estamos num substrato já pré dimensionado, já existe um pré-sujeito, é o que a Butler fala. A Butler fala que nós não podemos partir do duplo binário de homem/mulher; de preto/branco, de frio/quente. Esse duplo binário é que nos qualifica como sujeitos, mas nós somos sujeitos em construção. Tem um poeta piauiense, que ele fala assim: "eu sou o que sou pronome intransferível", você não pode falar quem eu sou. Então, se você está dizendo: "você é mulher", é você que está dizendo.

Logo a Butler, diferentemente da Simone de Beauvoir, ela fala, 'olha ninguém nasce mulher', a Simone, fala, 'ninguém nasce mulher, torna-se mulher', a Butler diz 'ninguém nasce mulher, se é chamada de mulher'. Olha como ela trouxe a linguagem para o primeiro plano, por isso a linguagem é importante sim, não é? É importante a gente avaliar a linguagem como instrumento de poder. Não foi à toa que eu falei "boa tarde a todas".

E porque nós somos adestradas a nos incluímos no masculino. Pois agora, os homens têm que se incluir no feminino. A gente tem que dar visibilidade para o feminino, não é?

Então, esse enquadramento é preciso que nós enxerguemos isso, que nós somos sujeitos incompletos, a incompletude do sujeito. Isso tudo vai reverberar, "as vidas precárias são vidas que não merecem ser vividas". Uma mulher que foi assassinada em Teresina, negra, dona de um cabaré, acho bonito esse termo cabaré, ela era lésbica e ela era prostituta, ela foi assassinada, e o autor foi absolvido, e ele violou o cadáver sexualmente. Meu Deus! E ninguém enxergou

essa perspectiva, o delegado não enxergou não, vamos já chegar lá. Essa é uma vida que não valia a pena ser vivida, era uma vida precária o que a gente chama de necropolítica. O que a Dra. Ivonete mencionou agora pouco, da ideia da violenta emoção, é uma necropolítica, é preparar pessoas para a morte.

Porque se ela começa o diálogo dela com a nossa Ângela e o Doca Street, em que a tese, imagine, foi um advogado do Piauí que criou essa tese, Evandro Lins e Silva, a tese da legítima defesa da honra, matou por violenta emoção. Ai tu pergunta: sim, e vai matar sem emoção? Vai matar sempre com emoção.

Então, dizer que o homem matou por ódio, lá no júri, ele vai dizer assim: ódio não, eu matei por amor. Então, a linguagem é muito perigosa. Falar de misoginia é equivocado aqui no nosso País, porque lá adiante, ele, para os jurados leigos, ele vai dizer, "eu matei por amor". Ciúme, não; ciúme não justifica nada e nem a traição.

Quando eu falo com os policiais, eu treino, eu digo, "não existe homicídio qualificado pelo chifre", no Código Penal, não existe. Então, é uma construção cultural, é uma construção cultural. Ai o pessoal, os policiais dizem assim para mim, "era só o que faltava a delegada dizer um negócio..."., que eu digo assim: "aceita que dói menos.". Então, esse plano da linguagem é pernicioso, dizer que o cara matou por ciúme? Foi não, é porque ele perdeu o controle sobre a mulher, não é? E a gente pode aprofundar esse debate, quando ele perde o controle, aí ele diz: "se tu não és minha, tu não vai ser de mais ninguém, porque tu és minha". Então, a ideia de propriedade e posse.

Saberes locais. Nós temos as nossas quebradeiras de coco, a Alessandra conhece as nossas quebradeiras de coco.

Por que eu trouxe ativação de saberes locais? Porque a interpretação do assassinato tem relação direta com a cultura, com o saber que não é científico, com a tradição, sabe aquela ideia das nossas mulheres, que elas... Eu estava, num dia desses, fazendo um bolo frito, eu não sei se vocês comem aqui, bolo frito, de goma, e aí eu fui tentar aprender a receita. Ai a menina que estava me ensinando, começou a colocar uma mão cheia, duas mãos, eu disse: meu Deus! Perdi a conta da mão e da farinha, da goma. Então é tradição, isso é tradição, isso não está cientificamente na grama, na medida. E esse saber é que desafia a ciência, porque esse saber que a gente tem que desvelar, e é isso que a gente chama da ativação dos saberes locais ou a decolonização dos saberes que vêm da Europa e dos saberes que vem dos Estados Unidos. As questões que elas trazem, as nossas teóricas, devem ser então, validadas pelos saberes locais. Essa quebradeira de coco, por que eu coloquei a quebradeira de coco? Porque teve uma senhora em São Miguel do Tapuio que foi assassinada pelo companheiro com uma machadada na cabeça, e ela estava quebrando coco no quintal da casa dela. Então vejam que essa tradição se reflete no modo de agir do agressor. A gente pode fazer uma conexão a partir da biografia do autor e a biografia da vítima, a gente consegue desvelar esse gesto simbólico.

O barrão é um porco. Lá no Piauí, um cara que matou a enteada de 03 anos e ameaçou a família, a esposa e as duas filhas, uma de 08 e a outra de 10, de morte, se dissesse que foi ele que havia matado a enteada, e era para dizer que tinha sido um barrão. Barrão é um grande porco. Sabe aquela ideia: "menino, dorme senão o barrão vem te pegar!". Isso é cultura. É tradição. E, por último, a nossa trabalhadora rural, que é a

mulher que mais está sendo assassinada no Piauí, é a trabalhadora rural. É o perfil do feminicídio no Piauí é a mulher negra juntando parda e preta, trabalhadora rural, ou então do lar, do lar. Ela está morrendo em casa pelo companheiro, pelo ex-namorado, etc., algum homem prevalentemente, isso não retira os outros feminicídio, em um instrumento perfuro-cortante, sábado, domingo, feriado, noite, madrugada. Não à toa nós criamos o plantão de gênero 24 horas, sete dias na semana, voltado para atendimento específico das mulheres. Não apenas das mulheres, das meninas e também dos meninos. Porque é um sofrimento agudo em relação à família quando um menino é estuproado. Eu não vou poder enfrentar isso aí. E aqui a gente constrói essa arquitetura das relações de poder para explicar, tentar explicar a condição do sexo feminino. Os gestos simbólicos que se caracteriza no excesso, no excesso cujo eixo pode ser vertical, ou, horizontal. Eu vou explicar isso aqui, vou tirar o microfone para ver se vocês escutam, está bom? Porque eu vou ter que gesticular, é rápido. Eu falei lá para as delegadas para gente compreender, que às vezes a delegada da mulher diz assim: "eu estou enxugando gelo".

Então, os eixos vertical e horizontal. Essa articulação, isso é da Rita Laura Segato. Na relação horizontal é a relação dos homens com os homens, com os próprios pares. E aqui na vertical é onde há uma relação de subordinação. Então a Rita trata da teoria do contrato e a teoria do status. Então, aqui no contrato você está entre iguais, quando você firma o contrato com outra pessoa, no direito, você não tem que estar em paridade? Tem. Para poder firmar um contrato. Então somente em paridade somente o homem com homem. São os homens que estão em paridade. Daí, para afirmar masculinidade eles têm que auferir um tributo que é o corpo de uma mulher. Então, por isso que a gente vê nesses estupros coletivos de mulheres com vários homens, uma menina sendo estuproada por vários homens é ratificação da masculinidade. A necessidade que eles têm de auferir o tributo para se afirmarem como homens, como machos, cabra macho. Aqui na vertical, aqui a menina serve como tributo, é uma economia simbólica do poder. No estrato vertical ela já está subordinada ao homem, já é território conquistado, já está sob o controle dele, e aí quando ela se desfaz, quando ela diz "eu não te quero mais", ela está rompendo esse controle, aí ele mata. Ele só mata quando ela quer sair do relacionamento. Daí o perigo do divórcio, da separação, muito perigoso porque ela está rompendo esse nível de subordinação. Pois bem, nesse caso aqui é a atuação da Delegacia da Mulher. É só quando chega nesse substrato que a gente enxerga, não é? Neste aqui nós não temos o que fazer aqui, a ideia da confraria de homens. Então, é uma violência estrutural, porque ela tem dois eixos e ela tem essa articulação, ela só funciona com os dois eixos. Esse aqui retroalimenta esse, o cabra macho que se afirma como homem e aí, então, ele controla a mulher nesse daqui. A Delegacia da Mulher nós trabalhamos com esse eixo, mas é preciso trabalhar com esse, quem trabalha com esse? Educação, saúde, etc. Então para a gente compreender como nós somos limitados. A Delegacia da Mulher é limitada a essa questão da subordinação. Para a gente fazer desaparecer essa estrutura é preciso nós quebrarmos o eixo, algum dos eixos. Talvez o eixo mais importante seja horizontal, que é a relação entre homens. E a importância dos deputados homens

estarem aqui abraçando a nossa causa. Então nós precisamos deles, a gente precisa dos homens, para que eles possam compreender essa estrutura, que é difícil da gente romper esses dois eixos. Não adianta a gente trabalhar só na estrutura vertical, investindo na Polícia, na Justiça; na Polícia, na Justiça, não. É preciso investir em educação. Olha, os saberes localizados para a gente estudar caso a caso, assassinato por assassinato, dizendo aqui a condição de sexo feminino, e a precariedade, que são os enquadramentos. E aí, nós desenvolvemos uma metodologia, já debatemos com a Polícia a metodologia investigatória, que tem vários protocolos. Já foi debatido na Polícia Civil, na sede do Sindicato. Análise de casos, eu já vou terminar. Não vou poder analisar uma por uma, mostrar para vocês o gesto simbólico em cada um. No primeiro foi um padrasto que matou a enteada de três anos. Jogou ela três vezes ela no chão, três vezes ela na parede, três vezes na mesa, matou a menina e ameaçou a mãe, que era cunhada dele, e as duas enteadas que sobreviveram. O Delegado não soube perguntar, a menina de 08 anos mencionou na hora que foi ouvida, "ele chegou e quis namorar com a minha mãe". Ora, a gente entende o que é isso. Uma criança tem uma linguagem lúdica, diferente da nossa, não é? "E daí, então, ele passou a discutir com a minha mãe". A criança de três anos acordou, estava na rede, acordou, ele se irritou e aí passou a bater na menina. O Delegado não enxergou essa ideia do estupro, do estupro marital. Então, a gente fica a imaginar o cenário de horror que aconteceu lá nessa casa, no interior do Piauí.

Aqui foi num Congá. A nossa Mãe de Santo já tinha perto..., ela tinha 80 anos, foi femigenocídio. Aqui no meio, uma parenta da esposa dele. Aqui, a esposa dele. Essa foto, esses quadros, nós fizemos com 27 meninas artistas plásticas, retratando 27 feminicídios no Piauí para fazer um painel e mostrar a cara do feminicídio no Piauí e sensibilizar a população de que mulheres estavam sendo mortas porque eram mulheres. Então, essas três, ele matou primeiro um senhor, que estava na porta do Congá, que é na casa da Mãe de Santo. Depois, então, ele entrou, matou a Mãe de Santo e disse que matava porque estava com medo de ela jogar praga em cima dele. Seguida, matou a sobrinha e por fim saiu à caça da mulher dele, que foi amputando os membros e matou a mulher dele.

Isso foi notificado como feminicídio, apenas a última, erroneamente, porque as outras duas também foram feminicídio, não é? Pela condição de sexo feminino.

Essa! Esse caso é emblemático no Piauí. Aconteceu em Marcolândia, divisa com Araripina de Pernambuco. Dona Maria dos Santos era dona de um prostíbulo, aquela que eu falei, negro, uma mulher de 50 anos de idade e lésbica. E, dona Maria estava lá no prostíbulo, quando chega o seu José, digamos. E viu a ex-namorada dele tomando cerveja com outro homem. Ou seja, estava lá fazendo programa com outro homem, certo? E ele chegou, pediu para ela, deu uma ficha, e pediu para ela colocar a ficha na máquina de música, pediu uma música e ela botou outra. Ele pediu uma música, outra vez, e ela botou outra. E aí, então, ele passou a discutir com a ex-namorada. A Dona Maria se deslocou até a mesa e disse: "para com isso..." etc. Ele matou a dona Maria. Mas aí, o que é que ele fez? Levou o cadáver para um quatinho, que ela mantinha, a dona Maria, para aqueles clientes que quisessem

que quisessem fazer sexo, não é? E ele tirou a roupa do cadáver e fez sexo com o cadáver. Na oitava da ex-namorada dele, apareceu ela dizendo que tinha um romance com a dona Maria.

Então, a dona Maria era lésbica. E aí tem o cenário de lesbofobia.

Por que será que ele ia violar o corpo daquela mulher se fosse um corpo masculino? Então aí, gente, a condição de sexo feminino está presente, foi feminicídio. Porém, o Delegado não enxergou a condição de sexo feminino, nem a Promotora e nem tampouco o Juiz. E, pasmem, agora ele foi absolvido! Sabe por quê? Porque são sete jurados, é o povo que julga o feminicídio. Dos sete jurados, cinco homens, gente, e duas mulheres! Então, precisamos mudar o nosso Código de Processo Penal. Viram aí a linguagem? Viram aí? Então, o substrato e mais profundo. A gente tem que buscar de soluções alternativas. Ele foi absolvido! Foi absolvido!

Aqui foi um oficial da PM que matou a namorada. O que causou espécie? A menina foi encontrada no Lixão. Simbólico, uma ex-namorada, que ele jurava amor, matou e jogou no lixo como quem joga um papel, uma coisa. Só que o que me chamou a atenção foi que a menina foi encontrada sem calcinha. Usando aquela comprida jeans, estilo Xitãozinho e Xororó, que racha tudo. Aí eu pergunto para as meninas aqui da plateia: qual é a possibilidade de uma mulher, de nós vestirmos uma calça jeans arrochada, daquelas que a gente assim, sem calcinha? Quase zero, não é? Quase zero. Então, alguém vestiu o cadáver.

Claro, simples assim. Isso é o olhar da condição do sexo feminino, isso acontece com as mulheres. E o médico legista, "Delegada, com todo respeito...", acho interessante esse tabu com relação ao sexo e a sexualidade, que nós não devemos ter num caso de análise de feminicídio e qualquer caso, provavelmente ela estava fazendo sexo oral nele, no momento do tiro. Eu digo: opa, vamos mudar a requisição do laudo. Só dos outros laudos, porque ela já não tinha mais, a cabecinha dela já estava completamente deformada, ela já não tinha, ela só estava preservada daqui para baixo. Então, são esses erros que nós precisamos corrigir na Polícia. E essa correção perpassa por uma investigação qualificada que deve ser feita por delegados homens e delegadas mulheres. A gente tem que juntar os saberes, isso que eu falei para vocês, esse processo feminino do primeiro sutiã, só nós sabemos ou não é? Só nós vivenciamos o primeiro sutiã ou vocês não vivenciaram? Só nós vivenciamos a primeira regra, todas nós, não é verdade? Assim como também a gravidez. A gravidez é de mulher, é a condição do sexo feminino. Portanto, matar uma mulher grávida, já comece logo a investigação pelo feminicídio, é uma condição *sine qua non*, que a gente fala no Direito, que não pode ser afastada, é uma condição de mulher, do sexo feminino e pronto.

Mesmo que você discorde dessa classificação odiosa do sexo biológico, que eu não adoto. Aqui ele fala: "Não havia na casa dela nenhum homem". E aí vai dialogar com o caso de Castelo, em que um dos meninos, as meninas foram estupradas e foram lançadas de um barranco de 10 metros, no caso de Castelo, foram estupradas por um homem maior e quatro adolescentes. E o menino de 17 anos repete o que o oficial da Polícia Militar falou no outro contexto. Então, você começa a ver as falas desses meninos, dos meninos e dos homens se dialogaram.

Nós indicamos com base na Convenção de Belém do Pará, não havia nenhum homem com elas, logo o território é o quê? Está aberto. Aberto para conquista e para apropriação do corpo daquelas meninas. Então, a gente faz esse link para entender nas gerações que o discurso é o mesmo, é o mesmo discurso. Essa menina grávida foi assassinada, 19 anos, por um cara que disse que tinha ela como sobrinha. Ok. Mais de 20 facadas na barriga dela, ela grávida. E houve um erro porque o Delegado não fez a coleta do material biológico para saber se ele era ou não era o pai da criança. Erro. Erro grave! Foi condenado por feminicídio, mas a gente precisa, o feminicídio é uma superfície política, eu tenho que demonstrar que foi pela condição do sexo feminino. É um crime que tem um perfil biopolítico. Aí é Castelo, eu não vou mais falar, não dá mais tempo. Olha o que a perícia falou: "ato libidinoso recente, pela presença de área vermelhada e sulco interlabial". Relatou tudo do sofrimento dessas meninas. Quatro horas, todas elas estupradas, amarradas no pé de cajueiro, com as vestes rasgadas e os olhos vedados. Imagina, nós numa situação dessas, lá em Castelo do Piauí, a 150 quilômetros de Teresina. Todas foram estupradas, depois então, foram lançadas com os olhos vedados de uma pedra de 10 metros de altura. Aí o Magistrado pega e coloca que na hora da decretação da prisão preventiva, os crimes foram praticados sem motivação alguma.

Oi? Eu entendi o que o Magistrado quis dizer, ele achou uma coisa tão absurda, mas isso é forte para uma fundamentação, não é suficiente. Existiu sim, Doutor, motivação, o senhor é que não enxergou. O senhor é que carece de uma lente, de uma perspectiva da condição do sexo feminino. Então, gente, e mais, aí a Delegada também, a Delegada veio com: "misoginia, ódio, desprezo, repulsa". Ok. Vá com esse seu discurso para longe da gente. Diga Delegada exatamente onde que está a misoginia? Porque o que está acontecendo é ginopia, a senhora que não está enxergando o feminino, porque estava aí. Você falar isso, falar que matou por ódio, misoginia, é um discurso lindo, é um discurso simbólico, que não diz nada e que lá na audiência, eles estão em julgamento, à defesa vai tranquilamente enfrentar, sabe como? Com o sentimento e não com a técnica da dogmática jurídica, simples assim.

Então, falar que o homem matou por ciúme, é muito perigoso, que ele vai falar: "foi ciúme mesmo". Daí os jurados vão dizer: "realmente, ele tinha motivo para matar, porque afinal, ela estava traindo ele". Viu aí o perigo do nosso discurso? Então, esse discurso é vazio, insignificante, vazio, que não representa nada, a não ser a ratificação da supremacia do masculino, de justificar o assassinato.

Psicóloga, uma mulher, negra, 49 anos, encontrada morta na cozinha com alguns ovos caídos, uma coleira, um fio de telefone, aqueles telefones antigos e uma coleira canina. E o Delegado iniciou a investigação com base no latrocínio, roubo seguido de morte. Errou. O Delegado não enxergou a coleira canina. E eu estava em Brasília, no meu doutorado, quando eu só vi o movimento das mulheres questionando a coleira e liguei: "Delegada, que negócio foi esse? - Não Delegada, foi latrocínio, tá, tá, tá... Eu disse: e a coleira, Delegada? - Não, a coleira, o Perito disse que conversou com o Delegado e o Perito disse que foi para amenizar o sofrimento da mulher". Ok!

Aí quando eu volto para Teresina, eu fui ver a foto e local de crime do cadáver. A coleira, sabe como era? Não

pegava no pescoço, o golpe foi no pescoço. Então não foi para amenizar nada, ele vestiu a coleira nela, aí a investigação mudou o tom, mas só mudou sabe por quê? Ele não enxergou a coleira não, o Delegado não enxergou a coleira, porque ele viu no *timeline* das câmeras da rua que o cara pegou a carteira e o celular dela e jogou fora. E agora? E agora não é mais latrocínio. É não. Não é mais latrocínio não. Agora é Feminicídio.

Aí foi atrás do tempo perdido e nós chegamos, ele era paciente dela. Quem é Psicóloga aqui sabe logo interpretar, o domínio controle, não é? Então, a coleira foi um gesto simbólico que ele deixou no local de crime de feminicídio. Foi condenado. Aí, a coleira, têm vários erros da Polícia, vários erros.

Dona Raimunda, está aí, Alessandra, trabalhadora Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, lembra? Valença, 2015, logo depois do assassinato da Dani Castelo.

Pois bem, a dona Raimunda, eu estava em casa estudando aí a Caçula me liga, da Marcha das Margaridas: Delegada, mais um estupro, Delegada. O que, Caçula? Que estupro foi esse? Aí começou a me narrar, não é? Caçula, isso não foi estupro não, isso foi estupro e tentativa de feminicídio. E aí então, a dona Raimunda veio de União para o HUT de Teresina, eu fui lá no HUT. A dona Raimunda estava completamente perdida, a bichinha... A dona Raimunda já, gente, 50 e poucos anos de idade, magrinha, negra, trabalhadora rural. E, aí, pior, Alessandra, que quando eu conversei com o Presidente do Sindicato: cadê a dona Raimunda? Ele disse: Delegada, a senhora sabe... Eu digo, como é que foi isso? A senhora sabe, não é? A dona Raimunda gostava de beber uma cerveja, de dançar. Eu digo: eu sei. Aí foi que eu fiquei preocupada. Eu digo: meu Deus! Tem que sensibilizar os homens dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, porque há um pré-juízo em relação às mulheres e a dona Raimunda, gente, veio a óbito. Antes de ela morrer, ela falou conosco, ela morreu uma semana depois de hemorragia interna. Então, ela relatou tudo o que ela passou. Ele arrancou o bico do seio dela, ele comeu a dona Raimunda. Olha, os Peritos não acreditavam que se tratava de marca humana, achava que era bicho que tinha pego a dona Raimunda. Mas não era, era o bicho homem que arrancou. E eu digo sempre para os homens: a dor é muita, gente, porque quando a gente vai fazer mamografia a gente sente muita dor, não é? Muita dor. É como se arrancasse o saco de um homem, ele tem que entender a dor. Os homens têm que entender para compreender a condição do sexo feminino, não é? Então, a dona Raimunda foi estuprada de todas as formas, ela relatou. Dona Raimunda, ele inseriu pedra, ele inseriu toco de madeira na dona Raimunda, anal, vaginal. Foi um horror! Foi uma vítima, não é? Dona Raimunda morreu uma semana depois.

Ele foi o único que nós não prendemos, esse desgraçado. Ele é caçador, Cícero, eu não esqueço nunca, estava no meu computador a foto desse cão. Eu não desejo a morte não, Deus me livre, quem sou eu para desejar a morte, não é? Mas ele é caçador e até hoje não foi capturado, não é? Bem, mas foi identificado, mas foi identificado porque a vítima sobreviveu e contou o caso. Isso aí são palavras da dona Raimunda. Então é dizer, que no feminicídio, nós, talvez, só tenhamos uma oportunidade. O princípio da única oportunidade, se encontrarmos uma mulher assassinada a gente tem que

explorar totalmente o corpo dessa mulher, seu ponto de vista técnico, de fazer perguntas, quesitações numa perspectiva que desvele a condição do sexo feminino.

Bem, oitiva qualificada. Numa Delegacia, eu não posso confiscar o discurso da vítima, no caso, da sobrevivente e de ninguém. Porque, às vezes, a Delegada fala assim: então a senhora foi ameaçada? Não Delegada, ela está dizendo que foi estuprada pelo marido dela, ela está dizendo que está sofrendo psicológica, a senhora que não está entendendo. A senhora que está enquadrando, tentando enquadrar, fazer um enquadramento da Butler, o enquadramento da cabeça da Delegada, ou de quem? Do operador. Nisso aí, quando a gente verifica isso, por exemplo, no Piauí, quando nós fomos rever os inquéritos policiais, primeiro a quesitação do laudo que a gente requisitava para estupro: a paciente é virgem? O desvirginamento é recente? Oi! Então, foi preciso a gente fazer o dever de casa. Então, nós provocamos a verdadeira revolução nas quesitações dos laudos periciais. Por isso, hoje o nosso laudo é "sexológico". Leva em consideração também os agravos resultantes daquela violação sexual.

Bem, por fim, a violência se difere de crime. Crime é um enquadramento: violência é muito maior. Todo o crime é violento, mas nem toda violência está tipificada como crime, que ver? A violência, a saúde sexual e reprodutiva da mulher, ninguém está vendo, quando a mulher tem que fazer recomposição vaginal num estupro coletivo. A recomposição anal, ela tem que tomar aqueles, as medidas profiláticas em relação à AIDS, outras doenças, ninguém vê isso, ninguém que eu digo, nós do jurídico.

Então, é preciso a gente ampliar, ampliar a nossa visão. Violência é muito mais amplo que crime, o crime reduz complexidade, precisa a gente ter consciência disso, que o crime reduz complexidade. E que não é negócio de fazer a minha parte não, você tem que fazer, abarcar a complexidade, para entregar para o magistrado e para o Ministério Público um inquérito que possa ampliar a proteção da mulher, uma proteção integral. Porque senão o magistrado, como é que ele vai decidir, a promotora. Então, a Polícia tem essa incumbência, demonstrar que a mulher está tomando remédio controlado, que desenvolveu transtorno obsessivo compreensivo, as doenças psicológicas têm que estar à tona no inquérito policial.

E, por fim, a gente tem que colocar as lentes, como eu coloquei para enxergar vocês, colocar lentes para enxergar o gesto simbólico. Às vezes está lá dentro do inquérito e o delegado não consegue enxergar, essa é a questão. Então, não basta fazer quesitações no laudo, é preciso saber ler, aprender a ler os gestos simbólicos do feminicídio. E eu agradeço a atenção, desculpa pela demora. Muito obrigada.

Agora o nosso aplicativo: Salve Maria.

(Vídeo do Aplicativo Salve Maria)

Esse, é o nosso aplicativo que está em funcionamento há dois anos e eu quero fazer a entrega do aplicativo para o Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, o Dr. Laerte. Abra a caixa Dr. Laerte, o senhor vai ver: Oh, a Corujinha.

(Às 16 horas e 47 minutos o senhor Lazinho da Fetagro passa a presidência ao senhor Laerte Gomes)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu gostaria aqui rapidamente de pedir mais três minutos para a Mesa, para doutora, vem cá doutora. Para doutora explicar esse aplicativo no seu linguajar, com o seu linguajar que você explicou para a gente, ontem. E eu queria convocar os nossos deputados estaduais para semana que vem marcarmos uma audiência com o Governador do Estado, para que a gente possa entregar ao Governador, o Governador fazer o Termo de Cooperação com o Governo do Piauí, que está disponibilizando gratuitamente para Rondônia esse aplicativo que já pode ser baixado em todos os celulares, não só nesse. E agora eu gostaria que a doutora Eugênia explicasse para gente, no linguajar dela, que vai ser muito mais interessante.

A SRA. EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA – Então, nós verificamos que as mulheres estavam morrendo em silêncio, estavam morrendo não, estavam sendo assassinadas pelos seus companheiros e nunca tinham ido numa delegacia pedir socorro. Então, qual era a forma da gente entrar antes, chegar antes do feminicídio acontecer? Um aplicativo. Não adiantou o plantão de gênero, continuavam sendo mulheres assassinadas no Piauí, elas continuavam não procurando a Polícia. Hoje a gente já está entrando no questionamento, por que não procuram a Polícia? Então, já dialogando nesse sentido.

E aí, nós criamos o aplicativo para que as mulheres pudessem ter a Polícia 24 horas ao seu lado, uma extensão territorial do corpo da mulher, uma potencialização, um verdadeiro poder político para a mulher, de saber que na hora que ela aperta o botão, o Botão do Pânico, a Corujinha, vai bater lá no COPOM a sirene. Então, vai a geolocalização dela e vai ser deslocada uma viatura para atender a ocorrência de violência, atuar, naquele momento ela está vivenciando a violência, não é? Então, é um desenho que nós fizemos. O Botão do Pânico pode ser apertado pela vítima e por qualquer vizinho, isso que é importante. E o terceiro que aplica, ele não é identificado. Então, você tem a segurança de que você não vai ser identificado, vai a geolocalização. O vizinho ouviu o grito de mulher, aperta o botão que a polícia, isso vai direto para COPOM. E isso inclui, insere uma mulher, por exemplo, muda, não precisa falar, não precisa falar nada.

E nós já estamos colocando um dispositivo para mulheres cegas, para que elas possam também acessar o aplicativo. No caso, o outro botão da denúncia, vai bater na Delegacia da Mulher. São denúncias que a gente coloca à disposição da comunidade, e você pode colocar vídeo, áudio e fotos para ir para a Delegacia da Mulher, aí, nós investigamos. É uma delegacia 24 horas também.

Então, além do plantão de gênero, nós temos o Aplicativo Salve Maria, que foi desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação com a Secretaria de Segurança, é nosso.

Portanto, se é nosso, nós não devemos nada para ninguém, e nós podemos doar para qualquer pessoa, qualquer Estado. E Rondônia manifestou o desejo de implementar o Salve Maria, aqui. Estamos aqui entregando o Salve Maria para os deputados. Vamos colocar mais um botão, o quarto botão.

(Recebendo uma lembrança: - Ah! Que lindo! Então, eu quero saber a história, de onde vem? Boi-Bumbá, que lindo, adorei! Combina com a minha roupa, verdinha, é o boi verde, não é? Olha só, muito, muito obrigada, muito feliz).

Sim, nós vamos colocar o quarto então, que é relacionado à medida protetiva de urgência. E já estamos esperando só a sanção do Presidente em relação à autorização para a polícia aplicar a MPU de afastamento do lar. Já estamos no grau, já fizemos o formulário de autoafastamento, podemos mandar para cá, pela Polícia Militar, sobretudo. Quer dizer, a menor unidade policial, vai ter um poder louco para proteger aquela mulher, isso é fantástico! Nós estamos copiando mobile de vocês, e está sendo um sucesso lá no Piauí. E pretendemos colocar o Salve Maria no Mobile que nós estamos aqui. Então, nós vamos ter um policial naquele reduto mais longínquo da capital para afastar o agressor do lar e evitar o feminicídio.

Temos o botão da medida protetiva com o Judiciário também, estamos projetando isso, para que a medida. Se a Polícia puder aplicar, nós vamos ter a aplicação imediata pela Polícia. Você quer saber mais o quê?

(Às 16 horas e 52 minutos o senhor Laerte Gomes passa a presidência ao senhor Lazinho da Fetagro)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Doutora, nós vamos dar sequência, depois a gente abre para todo mundo poder participar, não é isso? Obrigado.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Nós queremos registrar em especial a Sargento PM Rosineide da Costa Lopes, Chefe da Patrulha Maria da Penha do 5º Batalhão da Polícia Militar. Já, já, nós teremos a intervenção dela nesta Audiência Pública.

Nós convidamos a Deputada Lenir Rodrigues, Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Roraima, para que profira sua palestra. Recebamos com uma forte salva de palmas, Deputada Lenir Rodrigues.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pessoal, só um momentinho, deputada. Nós iniciamos a Audiência, e não explicamos qual seria a dinâmica. Então, nós vamos ouvir as deputadas, os deputados, e aí nós vamos abrir para as inscrições, para o público poder participar também, que é uma Audiência Pública e é o povo que tem que falar. Está ok?

A SRA. LENIR RODRIGUES – Boa tarde. Todos já estão ansiosos aqui com as falas. Quero cumprimentar o Presidente Deputado Laerte Gomes, os autores da proposição, o Deputado Alex Silva, Deputado Dr. Neidson. E o Dr. Neidson, com a sua equipe já foi lá em Boa Vista, Roraima, conheceu o nosso trabalho. Eu sou deputada estadual no segundo mandato, sou professora há quarenta anos, e sou Defensora Pública de carreira. Quero cumprimentar de forma muito especial o Dr. Guilherme, Defensor Público, e eu não consegui identificar quem é a Doutora Paula Jimenez, está aqui a Doutora Paula Jimenez da DPU? Acho que não está mais, não é? Então, eu sou do primeiro concurso da Defensoria Pública do Estado de Roraima, fui a primeira Presidente da Associação dos Defensores Públicos e já fui Presidente em outro mandato, fui da Diretoria da Anadec, Associação Nacional da Defesa e Cidadania e, do concurso, eu fui à primeira Defensora-Geral. Então, claro que como Deputada, eu tenho um olhar de professora e coração verde, que é o coração da Defensoria Pública.

Lá na Assembleia, no meu primeiro mandato, eu cheguei e não quis participar da Mesa Diretora, eu quis coordenar a Procuradoria Especial da Mulher. Eu não vou dar uma palestra, eu vou contar uma experiência para vocês, aqui para o Estado de Rondônia, contar uma experiência. Porque as palestras a gente aprende muito, mas é bom porque nós estamos necessitadas das experiências, como a Delegada colocou aqui.

Olha, lá eu encontrei a Procuradoria Especial da Mulher só no papel, só na Resolução da Assembleia, mas nós aproveitamos as próprias pessoas da Casa e do gabinete, sem aumentar o ônus para Assembleia Legislativa, para fazermos a Procuradoria Especial da Mulher funcionar de verdade. E nós encontramos funcionando, desde 2009, o CHAME, o Centro Humanitário de Apoio à Mulher, que as mulheres, quando elas estão muito vulneráveis e sofreram a violência, lá em Roraima elas não vão à delegacia, elas vão no CHAME que é o Centro de Atendimento. Esse Centro de Atendimento nós já fomos premiadas com o Prêmio “Dr. Pinotti - Hospital Amigo da Mulher”, que é a maior comenda do Congresso Nacional. Nós fomos premiadas. Por quê? Porque lá em Boa Vista, em Roraima, todo mundo sabe o que é o CHAME, todo mundo.

Nós temos a Lei do Botão do Pânico, mas o Governo do Estado não operacionalizou, e nós trabalhamos com ações preventivas. Então a Procuradoria Especial da Mulher funciona com núcleos. Nós temos o primeiro, que é o núcleo o CHAME, uma casa cor de rosa pink, onde as mulheres e também as trans, lésbicas, qualquer tipo de gênero, vão lá para serem atendidos em relação à violência. Tem a advogada, eu trouxe até a psicóloga que ela ia falar, mas tanta gente para falar a gente cortou, a psicóloga, a assistente social e também as advogadas.

Então, nós temos, primeiro, nós temos a cooperação técnica com o Tribunal de Justiça e com Ministério Público e com a Defensoria Pública, temos a cooperação técnica. Nós temos uma ficha de atendimento quando a mulher chega, um atendimento humanizado, para que a mulher se sinta segura, bem, para ela saber que naquele primeiro passo, não é que o marido dela já vai ser preso, o companheiro, o namorado. Ela vai colocar para fora o que ela está sentindo e identificar o tipo de violência que ela está sofrendo.

Então, essa escuta é qualificada pela equipe multidisciplinar, e essa equipe é da Assembleia. Então, ao invés de contratar um cabo eleitoral velho, desqualificado, contrata uma psicóloga, uma pedagoga, um advogado qualificado para fazer o serviço. Então é isso. É dar qualidade na Procuradoria Especial da Mulher das Assembleias Legislativas.

Então, aí nós temos a ficha, que eu vou deixar com o Dr. Neidson. Nós temos uma entrevista de acolhimento e triagem, porque às vezes a mulher não quer separar porque ela não tem emprego, ela está aperreada. Isso não vai resolver na delegacia. Isso, alguém tem que resolver. E a gente escuta muita conversa, mas a gente tem e quer resolver a situação das mulheres. Nós temos, nós vamos compondo, eu trouxe também as estatísticas, lógico, que é a pior parte, e cada, e esse núcleo que funciona de verdade, de dois em dois meses vai o Promotor, a Defensora Pública; a Promotora, o Juiz e o Defensor Público vão lá nessa casa da Assembleia, não é no fórum, não. Porque fica mais fácil para o agressor, ele sabe que quando o CHAME entra, ele já está ferrado. Então ele tem

que ir. Então é diferente, às vezes, dele enrolar a Justiça. Essa que é a verdade. Ele tem respeito pelo CHAME.

Então nós temos esse. Lá nós fazemos de tudo logo para cessar a violência. Então, dentro do CHAME faz dissolução de sociedade de fato, divórcio, regulamentação de visita, separa os meninos, coloca uma mulher com os curumins todinhos, curumins que eu digo é menino e menina, cunhantã, no abrigo de Maria, que ele não sabe nem o endereço. Então a gente toma logo atitude. Não fica 'nhem, nhem, nhem, nhom, nhom, nham', conversinha, não; toma logo atitude. Então, essa aqui é a minha Coordenadora. Levanta aí Elisabete. Ela é Psicóloga e Coordenadora. Então os funcionários já são treinados. A gente chama a Defensora Pública, o Juiz, o Promotor para treinar o nosso pessoal constantemente, formação continuada. Não é que você 'ah, já sabe a Lei Maria da Penha, não', tem que estudar, porque senão não faz funcionar.

Aí nós temos o outro núcleo. Nós gostaríamos até de aprofundar para vocês como é que é. É como se fosse uma delegacia só que diferente e é um Centro de Atendimento de verdade. E por que é que nós recebemos o Prêmio Dr. Pinotti? Porque a violência doméstica é caso de saúde pública, é caso de saúde pública no nosso País! Então, nós temos que tomar atitudes!

E, aí, nós temos também outro núcleo. Este outro núcleo é o Núcleo de Promoção, Prevenção e Atendimento das Vítimas de Tráfico de Pessoas, tráfico de pessoas existe no Brasil. Existe em Estados que têm fronteira, como os nossos Estados. É uma realidade. Nós temos ajuda do Comitê de Enfrentamento Estadual, totalmente pela sociedade civil, composto totalmente pela sociedade civil que são os que são mais trabalham, Universidade Federal; Diocese de Roraima; o Consulado da Guiana; o Consulado da Venezuela está faltando por causa dessa confusão da Venezuela; o Grupo Grito pela Vida, que é um Movimento Nacional que trabalha com tráfico de pessoas. E nos Movimentos Sociais o trabalho, sabe por que fica mais difícil para as mulheres? Porque todo mundo quer ser o tal: - Ah, aquele Movimento não presta! Aquele ali é equivocado! Em vez de a gente se unir, em vez da gente valorizar o trabalho dos outros. Então, isso nós tentamos fazer também. Uma vez por mês, estudar esse fenômeno. Nós temos as Cartilhas, Presidente, feita pela Assembleia Legislativa sobre o tráfico de pessoas. A ONU pegou nossa Cartilha, ela vai traduzir para o inglês, espanhol e distribuir em 50 países do mundo, como modelo para o mundo. Então, no Norte, nós somos capazes sim, de fazer a política pública funcionar. E por que é que nós estamos em 1º lugar no ranking de feminicídio? Roraima está com essa vergonha. Porque, na verdade, também as mulheres estão mais esclarecidas e elas estão denunciando mais. E elas estão reconhecendo o que é o estupro conjugal, elas estão denunciando o que é violência psicológica, elas sabem o que é violência. Então, claro que isso está dando um *boom* na nossa estatística e, principalmente, nós estamos sofrendo um fenômeno lá em Roraima na questão do refúgio, dos refugiados da Venezuela. Está incontrolável a situação! É algo muito difícil! E aconteceu agora, de janeiro a abril, já 19 mortes de feminicídio.

E eu acredito também, cadê a Doutora Delegada Eugênia? Eu acredito que a Delegacia está colocando realmente como feminicídio. Então, nós estamos mais éticos com o Estado do

que os outros Estados; simples assim, não é? Nós somos mais éticos, nós estamos mostrando o que é feminicídio de verdade. E nós temos um núcleo, que é o Grupo Reflexivo Reconstruir. Nós temos, Doutor Álvaro, que já foi em Boa Vista. Nós temos outra cooperação técnica com o Tribunal de Justiça, com a Vara de Penas e Medidas Alternativas. O cara é condenado em violência doméstica familiar, ele manda lá para o Núcleo Reconstruir da Assembleia. E lá, ele faz um tratamento psicoeducacional, ele tem que ficar lá assistindo as palestras e fazendo várias oficinas, até ele se reconhecer machista e errado, até ele se reconhecer. Quando ele se reconhece, que ele cai na real, aí a gente faz o relatório para o Juiz.

Então, assim, não adianta esse negócio de palestra de Lei Maria da Penha para a mulher não. A gente tem que fazer para os homens! Para os homens! Quem precisa saber que é machista, que está condicionado ao patriarcado do nosso País, que ainda está no tempo da colonização, são os homens! Esse negócio de a gente estar, olha, desculpa a expressão, mas nós estamos de 'saco cheio' de Lei Maria da Penha. Nós queremos que a Lei Maria da Penha seja feita para os homens. E lá no Núcleo Reconstruir, o Juiz da Vara de Penas Alternativas encaminha os homens para lá. Em vez de ele ali cumprir uma hora, disse que aguçando o jardim, para quê? Para ele paquerar as meninas na escola? Manda lá para o Reconstruir, que é para ele aprender o que é violência, para ele aprender que ele está errado. Senta lá, estuda, que ele está errado! É assim que funciona.

Então, lá nós estamos dentro de cada núcleo, eu queria que vocês entendessem o seguinte: dentro de cada núcleo nós trabalhamos com processo educativo da sociedade. Então, por exemplo, o CHAME tem vários programas. Tem o Papo Reto, que é um Projeto só quem faz é a Secretaria de Educação, para curuminzinho assim, meninas e meninos, para ensinar eles a respeitarem as meninas. Então, esse é o Papo Reto. É tudo sobre a questão de gênero. Não estamos nem aí para quem é contra ideologia de gênero, porque isso não existe! Isso não existe não! Isso é retrocesso da política.

Então, nós temos o Capacitação Legal, que é para os seguranças comunitários, nas comunidades indígenas. Por quê? Porque a Polícia Federal é que tem o dever de cuidar como polícia, da comunidade indígena. Mas quando vai ter efetivo para isso e nem a comunidade quer aquela presença lá. Então, nós fazemos o Capacitação Legal, que é um curso jurídico para os seguranças comunitários das próprias comunidades. Eles que resolvem as paradas lá.

E nós temos, lá em Roraima, o Núcleo de Conciliação do CNJ, que já funciona há mais de 4 anos, dentro da Terra Indígena Raposo Serra do Sol. Os Conciliadores Indígenas mesmo e eles mesmos resolvem lá. No ano de 2017, foram lá 3 Ministros, 50 Juizes do Brasil, só aprender como é que os índios fazem a Conciliação. E os Ministros e os Juizes foram ter aulas com os índios.

Então, aí nós temos outro programa que é só para mulheres evangélicas, aquelas que acreditam que têm que ser submissas ao marido e tal. Aí nós temos um programa específico para não ferir a religiosidade delas, mas ensinar a elas quando é que elas estão sendo violentadas psicologicamente, sexualmente numa linguagem diferente. Não adianta dizer: ah, elas estão erradas. Elas não estão erradas,

elas estão na concepção delas. Nós é que temos que ter a linguagem para fazer a comunicação para essas mulheres quando elas estão sofrendo violência.

E temos também, por conta dos venezuelanos, um programa chamado "De Olho Nelas", só que lá a gente usa o espanhol por causa dos venezuelanos, "*Mira Ojos*". Então, também nós temos acompanhamento todo tempo com essas organizações internacionais que estão lá em Roraima atuando com os refugiados.

Nós temos um programa para a Polícia Militar, para Bombeiros, para lojas que vendem madeiras e peças de carro, onde o público eminentemente são homens. Então, nós temos um programa educativo que é para comunicar a questão da Lei Maria da Penha para esses órgãos que têm um público masculino. Como é que isso funciona na prática? A nossa equipe vai lá à loja, aí pede do dono, que ele comece, que ele chame os colaboradores, tipo assim, 7:30 da manhã, já que o expediente lá começa 08 horas, o sol é muito quente, deve ser igual aqui, não sei. Aí começa 08 horas da manhã, que abre a loja, então ele vai abrir 7:30, ele vai chamar os colaboradores, os empregados 7:30, nossa equipe vai lá fazer as oficinas até, mais ou menos, no máximo 8:10, 40 minutos de fala. E aí nós começamos um trabalho com aquela empresa. Então, o próprio empresário vai pedir mais, vai pedir que vá mais. Por que quem é que quer ter um empregado que é o assassino da esposa? Ninguém. Então, o próprio empresário vai gostar e nós certificamos quem participa dos encontros. Então, e a Vida Pede Passagem, é o enfrentamento ao feminicídio. Nós queremos que os homens, nós tivemos muitos casos da Polícia Militar, profissionais da Polícia Militar matar as esposas, ex-namoradas, ex-mulheres. Então, é exatamente para nós enfrentarmos a Vida Pede Passagem.

Aí nós temos o momento CHAME, que é uma panfletagem que a gente faz nas feiras e tudo, explicando sobre a Lei Maria da Penha para a população. Nós temos um programa também premiado que é "Educar é Prevenir", onde nós temos parcerias com o Juiz da Infância, com a Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Federal, com a Procuradoria da República, com a DPU, todos vão para trabalhar o tráfico de pessoas nas escolas. E o "Mulheres no Espaço da Política Partidária", porque nós temos que enfrentar isso, porque a mulher entra na política, aí ela já não presta. Ora, se nós queremos é que venham mais mulheres para a política! No mandato passado, nós éramos 03 deputadas num número de 24. Agora nós somos 07, dos 24. Então nós não podemos ser disputa com a outra, a nossa disputa é com o outro, não é com a outra. E nós conseguimos também, os movimentos lá, o movimento indígena conseguiu eleger a primeira deputada indígena do Brasil, Joenia Wapichana. Com isso, nós estamos também fortalecendo as mulheres, o Núcleo de Assunto Indígena Para as Mulheres.

Então, assim, nós temos esse trabalho, nós temos alguns panfletos aqui explicando e em razão do tempo não vou me alongar, porque também eu sei que têm muitas pessoas ainda para falar, eu nem passei o slide para ser mais prática e rápida. Eu tenho poucos panfletos aqui, mas quem se interessar, a Elizabeth está aqui, levanta a mão, Elizabeth, e quem quiser pode dar o e-mail para ela e a gente passa o material. A gente não tem problema de reproduzir, pode copiar, pode copiar. Nós queremos é que funcione e aí eu quero parabenizar, Deputado

Dr. Neidson, que o senhor, esses anos todos, está lutando, e eu acho bom a Procuradoria Especial da Mulher de Rondônia ser uma bandeira de luta de homens. É sinal que está mudando as coisas. Então, eu acredito assim, eu não tenho nenhum problema com isso, eu quero que funcione. Eu desejo progresso aqui para vocês. Eu acho que está mais que na hora de que a Assembleia Legislativa de Rondônia possa também colaborar nessa política pública. É como a professora colocou, não precisa inventar nada, nós temos um Plano Nacional de Enfrentamento, basta seguirmos esse Plano, fazemos o nosso dever de casa e com certeza nós teremos menos, um menor número de mulheres assassinadas ou violentadas.

E eu sempre gosto de dizer uma frase para as mulheres, porque aqui onde nós estamos, não se enganem não, deve ter muita mulher que sofre de violência. Então, e às vezes a gente tem o discurso, mas a gente não tem a prática. Então, assim, eu deixo um recado que é um ditado das nossas avós: "antes só do que mal acompanhada".

O SR. RONI FREITAS (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, nós procederemos para mais uma palestra. Nós convidamos com imensa alegria, Deputada Janete de Sá, da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher, para que profira a sua palestra. Uma forte salva de palmas a Deputada Janete de Sá.

A SRA. JANETE DE SÁ – Boa tarde a todas e a todos. Especialmente às mulheres que estão aqui, meu carinho especial por nos tolerar esse tempo todo. Estou falando depois de várias mulheres que aqui deram os seus depoimentos, as suas contribuições, mas ainda, com muita gente aqui dentro que ficou esse tempo todo para ouvir algumas orientações, experiências que a gente traz dos nossos Estados.

Eu quero cumprimentar a Deputada Cassia, a Deputada que acabou de falar, incendiária Lenir, e falam que eu sou incendiária. Lenir, você é o capeta em figura de gente! E quero também cumprimentar a trabalhadora rural Alessandra Lunas, que é Presidente da Fetagro e através dessas três mulheres eu cumprimento todas as mulheres aqui presentes, negras, indígenas, mulatas, brancas, todas as mulheres. Eu quero cumprimentar também o Presidente desta Casa que abriu esse espaço para essa fala tão importante com referência às mulheres, que é o Deputado Laerte, mas quero também agradecer ao Deputado Lazinho que teve a ideia de ter esta iniciativa desta Audiência Pública e ao meu colega de Partido, Deputado Dr. Neidson, que está trazendo a Procuradoria Especial da Mulher aqui para Rondônia, também.

Quero dizer para vocês, que nós também começamos, assim, no ano passado, em 2018 nós implantamos a Procuradoria Especial da Mulher como gesto do Poder Legislativo nessa ação integrada que envolve Poder Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, Sociedade Civil Organizada, Sindicatos, Associações nesta luta, nesse combate sistemático à violência e a todo tipo de violência contra as mulheres.

Quem eu sou? Eu sou Janete de Sá, eu sou Deputada Estadual pelo 5º mandato consecutivo, eu venho das camadas mais pobres da sociedade; sou enfermeira, formada pela Universidade Federal do Espírito Santo, com especialização

em obstetrícia; entrei na Vale por concurso público, que eu sou empregada da Vale desde 1975. É assassina mesmo, nós também sabemos disso. Entrei em 1975 na Vale; logo, logo, ingressei no Movimento Sindical. Em 1996 eu me tornei a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Ferroviários do Espírito Santo, em Minas Gerais, trazendo para a minha categoria as mais importantes conquistas que nós temos, como a participação no resultado da empresa, como a fiscalização sistemática aos constantes acidentes de trabalho e tantos outros problemas, especialmente, para a saúde da mulher que era assistida. Hoje a mulher da Vale, a Vale é obrigada a pagar creche integral até os 6 anos e se a mulher não quiser botar na creche, ela tem que pagar o auxílio-babá para que a mulher possa trabalhar com tranquilidade e ter o seu filho bem assistido nas melhores creches do Estado. Um trabalho nosso sistemático, enquanto sindicalista.

E, na época da privatização da Vale, esse fato, inclusive, de ser a primeira mulher a presidir um Sindicato de Ferroviários é inédito não apenas no Espírito Santo, nem em Minas e nem no Brasil, é na América Latina. Porque até então não tinha, tendo em vista que a nossa categoria, 97% dela é formada por homens. Escolheram uma mulher numa chapa de 40, com apenas uma mulher para presidir os destinos dessa categoria.

E eu tenho orgulho de ter sido escolhida por três mandatos consecutivos. Quando a Vale privatizou nós decidimos, a categoria, que devíamos ter um deputado, que devíamos ter um deputado e sobrou a mim essa incumbência. Nunca tinha me candidatado a nada que não fosse fazer o Centro Acadêmico de Enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo, presidi o meu Sindicato por três mandatos e aí me lançaram como deputada estadual. E aqui eu estou, com 5 mandatos consecutivos, vindo da classe operária, não tenho ninguém na minha família que é político. Inclusive, meu marido, eu acabei me separando dele por conta da minha atividade política. Mas paciência, eu não ia deixar de fazer o que eu acreditava por conta do meu casamento. Paciência, inclusive, já foi lá, já está no céu e eu estou aqui graças a Deus, em paz.

Bom, continuando, dando prosseguimento a nossa fala. O que é que nós fazemos? Quais são os pilares do nosso trabalho? Nós trabalhamos para a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciário da classe trabalhadora urbana e rural. Nós trabalhamos para fortalecer a agricultura familiar que é o forte do nosso Estado e que é o forte deste País e que fortalece as mulheres, que a maioria trabalha na agricultura familiar, e os pequenininhos. Nós trabalhamos em defesa da causa animal, que é uma parte frágil da sociedade, com poucas políticas. E trabalho, sistematicamente, a violência familiar e doméstica contra a mulher no Espírito Santo, que há poucos anos atrás, estava em primeiro lugar, não era Rondônia não, deputado, Roraima, não era Roraima que era o primeiro lugar não; era o Espírito Santo que era o primeiro lugar em violência familiar e doméstica contra a mulher e hoje é também de feminicídio.

Nós estamos agora, não tem o que comemorar, não tem o que comemorar, nós estamos em 4º lugar nesse ranqueamento, caímos para o 4º lugar com esse trabalho sistemático que temos feito no Estado do Espírito Santo, juntando todas as forças. E aí, por que é que nós criamos a Procuradoria, que é uma iniciativa do meu mandato na

Assembleia Legislativa, e que aconteceu em 2018. Porque era a forma do Legislativo Estadual, do deputado sair do gabinete e pegar a mão na massa. Ir para lá, ao problema, e meter a colher sim, e entrar nessa luta, botando o Poder Legislativo para poder também atuar nesse trabalho de combate sistemático à violência contra as mulheres, coisa que nos envergonha, que nos entristece, que nos fragiliza por conta de uma série de razões. E quem é que dá o nome a nossa Procuradoria? Nós, o ano passado tivemos um assassinato bárbaro, diante de outros que aconteceram. Para vocês terem ideia, na década de 1970, eu era muito menina ainda, morreu uma menina, foi assassinada, uma menina no meu Estado, ela se chamava Araceli, eu não sei se você já viram essa história.

Era uma criança que foi drogada pelos ricos, família de ricos de nossa sociedade, foi estuprada e morta e esses assassinos nunca viram um dia por detrás das grades da cadeia, nunca foram presos. Isso foi revoltando a gente. E diante de vários assassinatos que aconteceram no Espírito Santo, inclusive políticos contra mulheres, nós tivemos, em 2018, um assassinato terrível. Uma médica, pediatra em neurologia, chamada Milena Gottardi Tonini, essa moça, foi assassinada, saindo do Hospital das Clínicas, um Hospital Universitário, depois do atendimento, a mando do seu marido e de seu sogro, que era um policial civil, de nossa Polícia Civil, investigador de polícia, saindo do hospital, a mando, porque ele não concordada com a separação e com a partilha de bens. Ele queria tudo, ele queria ela, queria o dinheiro dela e queria os bens dela, e não concordando, simulou um furto e essa moça foi assassinada. Eu tive o desprazer de, dois meses antes, ter esse sujeito no meu gabinete, me pedindo para poder dar uma honraria do Estado, que é um Título de Cidadão do nosso Estado, que é uma honraria, para nós, muito valorosa, nós não damos para qualquer um esse título, para o chefe da Polícia Civil. E quando houve essa questão, aí caiu a ficha, ele estava querendo puxar o saco do Chefe da Polícia Civil, porque ele já tinha premeditado o crime e ele precisava de ter esse afago da sua chefia e de seus colegas para poder se livrar do crime que acabou, felizmente sendo descoberto. Conclusão, em homenagem a essa moça, cujo assassino esteve dois meses antes no meu gabinete, e eu, inocentemente o recebi, felizmente não vi naquele momento que o delegado, chefe de polícia merecia essa honraria e não dei, felizmente eu não dei e acabou que ele foi o assassino dessa moça. Essa moça era de Fundão, um município próximo da Grande Vitória, que é a região metropolitana nossa e a Procuradoria da Mulher leva o nome dela, por conta, para que essa morte dessa profissional mulher simbolizasse essa importância das mulheres entenderem que têm que descruzar os braços, que tem que parar de ficar aguentando as coisas caladas, entrarem na luta e denunciar.

Não apenas aquela que sofreu a violência, mas quem ver também e ver que aquela mulher é frágil para poder denunciar, que faça por ela, para que a gente vá lá e possa socorrer essa mulher antes que ela vire mais uma vítima fatal.

E o que é que nós fazemos? Nós acolhemos, a Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa é um ambiente acolhedor. Porque no meu Estado, em todo País ainda tem muita gente, deputados, delegada, que tem medo da Polícia. Tem muita gente que tem medo da Polícia, porque a gente vem de um País de arbítrio, onde manda quem pode,

obedece quem tem juízo. E a Polícia chegava, todo mundo ficava com medo. Então, a mulher, muitas vezes, não vai porque também que vai atender ela é um delegado e aí ele começa a perguntar: mas, não era a roupa que a senhora estava, não? O que é que a senhora fez para esse homem para ele ter brigado com a senhora? Então, começa a mulher que é a vítima, ela começa a ser inquirida pelo delegado. E a mulher, por conta disso, acabou se afastando de ir às delegacias. E nós criamos esse instrumento da Procuradoria Especial da Mulher, que é um instrumento humanizado, um local adequado. Ele é composto com uma deputada que é Procuradora Especial, que eu tenho a honra de estar presidindo pela primeira vez essa Procuradoria; duas deputadas adjuntas; uma advogada especialista em Direito da Família e Feminicídio; uma servidora pública que tem gestão em eventos com mulheres, busca de emprego, na área contábil para poder ver, inclusive, como auxiliar nos arranjos produtivos e dois estagiários de Direito.

Essa Procuradoria, nós estamos tentando ampliar para que ela também absorva uma Assistente Social e uma Psicóloga.

Mas como ela é nova e é muito importante ter uma Assistente Social e uma Psicóloga, por conta da rede do engajamento dos problemas que ali surgem com a rede, mas como ela está ainda em estruturação e nós temos muitas dificuldades no Espírito Santo, infelizmente eu não conto com muitas, ainda com todas as mulheres de lá. Mas a gente está avançando nela e com certeza ainda vamos ter este ano, eu não tenho dúvida, uma integrando essa equipe, uma Psicóloga uma Assistente social, porque eu não descanso, ou me dá logo ou eu vou encher tanto o saco que eles vão ter que me dar e aí nós vamos ter que ter esse trabalho lá.

Bom, como é que nós funcionamos? Nós atendemos todos os dias, de segunda a sexta-feira, de 9 horas até às 18 horas com esse plantão, onde nas terças-feiras, a Defensoria Pública através de uma parceria com a Procuradoria atende dentro da Assembleia lá na Procuradoria da Mulher. E por que nós fizemos isso? Porque não adianta a gente atender e não fazer nada, ou mandar para lá, para a Defensoria e demorar um mês, dois meses, três meses, 05 meses, 06 meses, porque a Defensoria, como ela é pública, ela atende pobre, ela demora muito, ela demora muito.

Então nós trouxemos a Defensoria para dentro da Procuradoria, e aí ela passa atender, ela ouve o problema da violência da mulher, que pode ser qualquer deles, gente, pode ser qualquer violência. Eu vou até ler algumas aqui olha. Pode humilhar, xingou, diminuiu, é violência. Tirar a liberdade de crença é violência; fazer a mulher achar que está ficando louca, é violência; controlar e oprimir a mulher, é violência. Expor a vida íntima, atirar objeto, sacudir, apertar, beliscar, forçar ter ato sexual desconfortável, que a mulher não quer, ela dá o que ela quer, se ela não quer, é desconfortável, não pode, é violência.

Impedir a mulher de prevenir a gravidez, obrigar ela abortar, é violência. Então, nós atuamos em todo tipo de violência, violência familiar e doméstica, violência sexual, assédio moral que existe nas empresas, muito existente nas empresas, nós atuamos.

E o que nós fazemos? Nós orientamos. A mulher a sai de lá com todas as orientações de como proceder, buscamos o documento e ela sai com processo pronto pela Defensoria Pública para ajuizar rapidamente. Nós agilizamos a aquisição

da medida protetiva, porque não adianta, se a gente for ficar esperando o juiz para a medida protetiva, o tempo que demora e não for para cima, ela demora e daqui a pouco a mulher é morta antes de medida protetiva. Então, para fazer com que saia rápido, nós atuamos no sentido de acelerar os processos, de acelerar a medida protetiva, de conduzir a mulher, quando ela não quer, porque quem faz o exame de corpo delito é o DML, até a delegacia. Orientamos ela de toda forma possível, de como ela deve proceder, se for na empresa, nós vamos na empresa conversar com quem manda e dar o nome de quem está cometendo o abuso, porque o abuso o cara quer, canta a mulher. Eu fui vítima, quando eu entrei na Vale, entrei com 18 anos, eu fui vítima. Eu tinha apenas 18 anos e meu chefe me deu uma cantada pelo telefone. Eu falei: "o senhor não tem vergonha na cara não? O senhor tem idade de ser meu avô", já era atrevida com 18 anos. Aí ele me deu uma suspensão.

Eu não pude falar com meu pai porque eu sabia que meu pai ia matar ele porque o meu pai criou os filhos dele e as filhas dele para poder ser cidadão e cidadã. Por isso que lá em casa nós temos três mulheres e três homens, mas é todo mundo criado para ser cidadão. Ninguém foi criado para ser menina ou para ser menino, foi criado para ter conhecimento e ser cidadã e brigar pelo seu direito, pelos seus interesses.

Para vocês terem uma ideia, quando cada um de nós casou, mulheres e homens, meu pai deu alguns presentes, um telefone, que na época um telefone externo era uma fortuna; deu um título de um clube; deu um terreno para a gente fazer casa numa praia, para poder a gente ter lazer; e deu um revólver 38, para a gente decidir se queria ele de cano curto ou longo igual ao taurus, era desse jeito. Quer dizer, não matei nenhum, nunca matei nenhuma galinha. Mas, assim, é a forma de criação de procurar criar também mulheres e homens fortes, que mesmo tendo alguns instrumentos na mão tem prerrogativas, respeitar. A palavra 'respeito' é o que falta neste comportamento, hoje, de violência dos homens contra as mulheres, é a palavra respeito', é a falta de diálogo.

Bom, a Procuradoria funciona assim integrando. Se o problema da mulher é um problema habitacional, nós vamos para a rede buscar resolver o problema habitacional; se o problema que ela tem que voltar para casa porque ela não tem nenhuma atividade econômica, nós colocamos ela para qualificar, quando é na área rural, no SENAR ou na FETAES, que é lá é uma Federação nossa e se chama FETAES, Federação de Agricultura. E o SENAR é ligado a FAES que é a Federação dos Produtores da Agricultura, nós mandamos para a FAES. Se ela decidiu fazer alguma atividade, nós encaminhamos ela para o SEBRAE para que ela possa fazer daquela atividade, uma atividade que dê retorno. Ou seja, nós não apenas atendemos, mas nós procuramos qualificar a mulher, buscar inserir ela no mercado de trabalho, para poder fazer com que essa mulher ande com as pernas dela, e ela possa enfrentar a violência, e não tenha que voltar para sua residência, porque fica com medo de perder os filhos, porque não tem como sobreviver economicamente, porque não tem para onde ir. E, mais, tem medo de se separar, perder o único bem que é a guarda dos filhos e também, naturalmente, a casinha que conseguiu amealhar o bem.

Deixa eu dizer uma coisa para vocês, este medo de sair de casa, porque se sair de casa dá abandono de lar, isso não

existe, gente! Não aguenta porrada, não! E fica, volta para dentro de casa, porque você pode sair que o seu direito está assegurado. Não tem esse negócio: 'ai, eu não posso sair de casa porque eu vou perder a metade do imóvel, uma coisinha que eu possa depois me abrigar'. Isso não existe! A mulher não pode continuar ali, porque se ela ficar com esse medo ela não vai perder a casinha não, ela vai perder a vida. E aí não adianta de nada, não adianta de nada!

Bom, as intervenções da Procuradoria. Está passando a lição? Passa devagar porque tem muita coisa. Ação a gente ajuíza ação cautelar de separação de corpos, com pedido de liminar para afastamento imediato do marido ou companheiro do lar conjugal; busca e apreensão do menor; internações compulsórias para filhos e filhas, em razão de dependência química que ameaçam mães; destituição do poder de família com liminar de guarda; encaminhamento para o programa Casa Abrigo, que é um lar temporário e ele é reservado para essa mulher ir para uma rede de atendimento à mulher em situação de violência, para ser, dali, encaminhada para Assistência Social; para a área de saúde; para a segurança dela e, aí, a gente agiliza o Botão de Pânico; para uma habitação, que muitas vezes ela vivia em um lar alugado. Ou seja, a gente procura caminhos para ir sanando o problema dela, senão ela vai voltar para mesma situação de violência, e nós vamos ficar só no blá, blá, blá, enxugando gelo.

Nós acompanhando a inclusão no programa Botão de Pânico do Poder Judiciário. Nós recebemos, encaminhamos e acompanhamos as denúncias de violência para as delegacias, e se for o caso nós acompanhamos. Nós solicitamos escolta militar na busca de menores em outro município, que muitas vezes, tivemos um carro recentemente que um pai roubou a criança e trouxe para São Paulo, nós tivemos que fazer uma operação. Descobrimos onde é que estava o pai e conseguimos resgatar a criança e voltar essa criança para os braços da mãe.

Nós, em parceria com a Defensoria, nós conferimos celeridade ao atendimento, como eu falei. E várias questões como, pela Defensoria, ação de divórcio; de pensão alimentícia; de guarda de filhos. Ou seja, através da Defensoria a gente dá todo este suporte que a mulher vai buscar e que é necessário ela ter um ajuizamento de ação, para poder ela se livrar desse problema.

As atividades da Procuradoria, como eu disse, elas são muito educativas também. Nós procuramos trabalhar no estudante; nas escolas; na juventude; nas mulheres; no meio dos homens. Essa difusão de que o Espírito Santo não aceita esse tipo de violência. E nós fazemos uma divulgação ampla dos mecanismos de segurança e da Central de Atendimento à Mulher que está em situação de violência, através do número 180, que é um número nacional para no caso de orientações. O 190, que é o número que a mulher disca para no caso de urgências e emergências, que também é um número nacional, mas nos Estados ele é atendido pela Polícia Militar. No nosso Estado o Disque Denúncia é 156, e nós temos os telefones e os e-mails de nossa Procuradoria, como também mais um instrumento para a mulher buscar ajuda no caso de violência.

As estatísticas no Espírito Santo são alarmantes. Nós tivemos em 2017, 133 mulheres assassinadas. Foi o ano que teve a greve da Polícia Militar no nosso Estado, que vocês devem

ter acompanhado que o Estado ficou sitiado por 20 dias, 21 dias, por conta da greve da Polícia. Nós tivemos 133 mulheres assassinadas, sendo que 42 delas foram por feminicídio constatado.

Em 2018, foi assassinada uma mulher a cada 04 dias, 83% delas eram negras ou pardas e, destas, 36 mulheres foram vítimas de feminicídio constatado, que lá não tem este negócio de não constatar, não. Lá a Perícia técnico-científica funciona e funciona bem, muito bem. Aliás, o nosso problema, infelizmente, é com o delegado. O delegado que choca a visão do delegado com a perícia que é quem informa de fato se houve a lesão ou não, quem faz o exame de corpo delito.

Nós tivemos em 2019, até o dia 08 e maio, até o dia 08, foram 35 homicídios de mulheres, sendo 17 casos de feminicídio, 51% destes casos foram com arma de fogo. E pasmem, gente! No dia, eu até anotei aqui, no dia 30 de abril foi uma mulher em Vila Velha, uma jovem de 23 anos, morta pelo marido de 21 anos. Não era nenhum velho, não. Era um carinha todo marombado de 21 anos que matou a esposa na hora em que ela estava trocando a fralda da criança. A criança foi encontrada no meio das pernas da mãe. Ele atirou na cabeça, ela caiu para trás, a criança estava no meio, que ela estava trocando a fraldinha. Foi encontrada essa cena, uma criança de cinco meses, para vocês terem uma ideia. Isso foi agora no dia 30 de abril, na cidade de Vila Velha, num bairro de muita vulnerabilidade que se chama a Terra Vermelha, um bairro de invasão, na Grande Vitória. Mas, no último domingo, agora, não foi, por isso é sistêmico lá, não é só na Grande Vitória, é no norte, no sul, no centro oeste da região serrana. Nós tivemos, no último domingo, foi essa do dia 30 de abril, gente, foi Yuly Santos, 23 anos.

No dia, no último domingo, foi Regiane da Silva Santos, de São Mateus, norte do Estado, foi encontrada morta estrangulada, à beira da BR-101. Já pegaram o assassino, e sabem que é feminicídio. E, hoje, eu não sei nem o nome da vítima ainda, porque eu não consegui conectar a minha internet, foi mais outra encontrada morta em Timbuí, em Fundão, num matagal. Ou seja, ou a gente se une ou a gente para de apontar culpado, de pegar e ficar uma mulher com inveja da outra, achando que é a forma de se vestir, que é a forma de se comportar que faz com que ela seja estuprada, que ela seja violentada, que ela seja espancada, e a gente começa a enxergar numa outra mulher, a gente. Porque a gente precisa dessa união, que a gente precisa de estabelecer uma cultura de paz e de amor ou nós vamos continuar assistindo mulheres morrendo.

E tem uma coisa grave, gravíssima que está acontecendo. O Ministro Sérgio Moro pegou e apresentou uma mudança, agora, o pacote de maldades do Governo vem com uma mudança no Código Penal. E no artigo, procurem isso, no artigo 23, deixa ver se eu acho aqui, no artigo 23, parágrafo 2º desse pacote de maldade que institui um novo Código Penal, ele diz o seguinte, no Caput, que não há crime se o homicídio for cometido em legítima defesa, à chamada 'excludente de ilicitude'. O parágrafo único diz que o autor responderá por homicídio. Feminicídio é uma pena mais agravada, então eles estão tentando, inclusive colocar que 'não, se o homem teve uma forte emoção, levou um chifre'. Ele viu a traição, 'ah, ele ficou muito nervoso, muito afetado, emocionalmente, ele vai

lá e mata mulher'. Isso pode ser caracterizado como um forte impacto emocional e esse 'desgramado' pode se livrar das grades, ele pode livrar das grades. Isso está aqui, gente, não sou eu não. É o Ministro da ética, da moralidade, que defende isso no pacote de maldades do Governo Federal, que está aí, e que nós estamos fazendo gestões junto a nossa bancada federal do Espírito Santo.

E eu quero pedir deputados estaduais de Rondônia, que também façam gestões junto a sua bancada de deputados federais; que a nossa deputada de Roraima também trabalhe nesse sentido; que a Delegada do Piauí também nos ajude nessa investida; que o pessoal do Pará, que está aqui também, também nos ajude para que a gente tire esse artigo que dá esta conotação, ele está aqui, eu não inventei não, está aqui. Diz assim, teria a seguinte redação: "o Juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção". Vocês entenderam o que é isso? Surpresa: ele viu a mulher, realmente, estava... Gente, ele não trai também? Eu não estou aqui incitando ninguém a trair, nem homem e nem mulher, eu não estou incitando não. Mas se ele pode, por que a mulher não pode? Por que nós temos que aceitar essa violência da traição masculina e o homem não pode aceitar que ele também levou um chifre, que ele também botou? Não é verdade? Eu não incito isso, sabe, eu acho que relações não estão bem, é muito melhor você resolver no diálogo. Você procura se afastar, cada um busca o seu caminho, vamos dividir as coisas direito. Vamos fazer isso de uma forma racional e não a barbárie que a gente vê, que é matança de mulher. Mas, se pode para "a", minha filha, o que dá para Chico, dá para Francisco, dá para Francisco! Agora, porque é muito mais forte do ponto de vista físico, ele acaba cometendo esse tipo de atrocidade.

Bom, gente, basicamente, tem muito mais coisas aqui, eu vou deixar... Assim, têm vários projetos nossos que foram feitos e que eu vou passar também para o deputado nosso daqui, para que ele possa também trazer aqui para o Estado de vocês. Vários Projetos como a Patrulha a Patrulha Maria da Penha, que é uma patrulha formada por um casal de policiais militares, um homem e uma mulher, treinados para dar toda orientação de violência e para chegar rápido, para poder agir no caso da mulher com medida protetiva. Nós temos vários projetos, de colocar na rede mundial de computadores a foto do agressor por feminicídio, condenado para que ele possa se envergonhar e ele ser desmascarado e ele ser reconhecido e não fazer outra mulher vítima, porque ele vai namora, enquanto ela não sabe. Pronto, outra vítima.

Então, assim, a gente tem várias atitudes no sentido de fortalecer, de estar empoderando a mulher, inclusive legislação, no sentido de garantir vagas, espaços que são altamente masculinos, como é a segurança patrimonial para mulheres em Banco, loja de departamento, tem que ter a metade masculina, mas a outra metade tem que ser feminina, tem que se emprego para mulher. Em vários casos tem que ter uma cota de pelo menos 20% de emprego para mulher, para que a gente vá equilibrando esse jogo. Porque a gente percebe que ainda é a questão econômica que faz esse problema.

E para finalizar, com duas questões: nós criamos também dentro do DML, Deputada de Roraima, dentro do DML, a mulher era atendida junto com o agressor, no mesmo local. Ela era

examinada no exame de corpo de delito, que é uma peça fundamental para ela poder prosseguir com o processo criminal, ela era examinada por um médico legista. Agora não, nós criamos um ambiente humanizado dentro do DML chamada Sala Lilás, que é uma sala apropriada com uma mesa ginecológica, não é nem uma mesa, é uma cadeira, só não tem cadeira de deputado, que é melhor do que aquela, é uma cadeira ginecológica adequada para a mulher ser examinada adequadamente e por uma ginecologista, por uma perita médica que sabe da genitália, que conhece os problemas, que não foi uma mulher que agrediu aquela mulher, que estuprou aquela mulher, para essa mulher poder fazer o exame de corpo de delito identificando as lesões, para a gente poder caracterizar o feminicídio. Nossa perícia, nesse aspecto, é muito boa no meu Estado, ela é muito boa e ela vai para cima mesmo, ela verifica se tem sêmen. Teve um assassinato gravíssimo no Estado, de duas crianças que foram estupradas, um era enteado e o outro era filho do cara que estuprou e matou, incendiou o quarto e matou essas crianças queimadas. Pois é, a nossa perícia conseguiu identificar os corpos cremados. Já viram churrasco, no fogo alto? Ele queima por fora, mas por dentro fica sangue vivo. Eles conseguiram identificar sêmen na cavidade anal das duas crianças e aí foi identificado o estupro. O desgraçado está preso e vai morrer lá dentro, como está preso também o que matou a Milena, que leva o nome da nossa Procuradoria, está preso, não teve corporativismo que segurasse ele, porque lá, a gente vai para cima. Lá a gente vai para cima, as mulheres vão para cima, a imprensa vai para cima e a gente não sossega enquanto não é feita justiça! E é desse jeito que nós estamos conseguindo. Está muito ruim ainda, saímos do ranking do primeiro lugar, estamos em quarto. Mas isso é muito ruim para nós, é muito ruim! Então, temos que baixar esse índice.

E para finalizar, o que nós entendemos é que a gente só muda essa situação, a Lei Maria da Penha, é uma Lei rígida, é para homem também, deputado, é uma lei rígida, é uma lei rigorosa, mas, não adianta a lei se não houver mudança de comportamento, nós temos que começar pela educação e pela saúde. Não adianta, se a gente não educar as nossas crianças desde as primeiras fases iniciais da escola, os adolescentes, os adultos, se a gente não fizer um trabalho educativo entre mulheres e homens, que mulher também cria filho machista, somos nós que criamos, entendeu? Então, não adianta! Eles não nasceram machistas não, nasceram neném igual a todo mundo, um disco rígido e virou machista por quê? Nós também fazemos isso. Então precisa ter um processo educativo, tem que ter uma mudança de comportamento, claro que a lei vem junto. O Observatório da Mulher, como nós estamos criando lá no Espírito Santo, que hoje é da Universidade Federal do Espírito Santo, para saber onde é a incidência, onde o problema mais ocorre, para a gente atacar no local certo e com políticas certas. Ou seja, o problema educativo e é de mudança de comportamento. Somos nós trabalhando todo mundo junto, Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, sociedade civil organizada, sindicatos, associações; os credos religiosos, todos, evangélicos, católicos, espírita, todos os credos, não pode excluir ninguém nessa luta contra a violência desferida às mulheres em nosso País. E trocamos, pegamos essa bandeira, que é a bandeira da educação, que é a bandeira

de mudança de comportamento e de um comportamento de respeito e de paz contra a bandeira do desmonte da educação, do desmantelamento da cultura e do armamento do nosso povo.

Isso nós temos que ser sistemáticos e contra, gente. Se a gente deixar que isso se prolifere, nós vamos, junto com o armamento da população mais essa ideia aqui de mudança no Código Penal que apanigua o crime de feminicídio, nós vamos para o buraco! É para o buraco que a gente vai, mas para o buraco a gente não vai! Este País não permite retroceder e nós somos responsáveis para fazer com que isso não aconteça.

Obrigada, gente. Um beijo no coração. Conte com a gente, conte com o Espírito Santo. Nós estamos aí para somar nessa luta nacional em defesa das mulheres, dos mais pobres e dos mais discriminados da sociedade.

(Às 17 horas e 49 minutos o senhor Lazinho da Fetagro passa a presidência ao senhor Alex Silva)

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Boa tarde a todas e a todos. Parabéns, Deputada Janete, pela sua fala.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Lazinho e em seguida nós iremos fazer o Voto de Louvor ao Projeto Raabe, o Grupo de Apoio às Mulheres. Está bom, deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Presidente. Cumprimento aqui muito rapidamente e agradeço a presença de cada um e cada uma de vocês para que vocês tenham se deslocado, terem vindo para cá, com certeza vocês viajaram de madrugada. Fiquem tranquilos que esta Casa promoveu este evento para dar espaço para todos. Se não fosse para todos não estaríamos aqui na Assembleia Legislativa. Fiquem tranquilos.

Esta Casa realiza eventos, e só está acontecendo isso porque a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia puxou este evento. E aí eu quero parabenizar o Presidente da nossa Comissão, Deputado Alex, e junto com o Deputado Alex eu quero parabenizar o Deputado Dr. Neidson, que junto comigo, na outra Legislatura, nós já aprovamos, deputadas, Deputada Lenir e Deputada Janete, Leis importantes nessa área, com relação às mulheres. É importante saber, e cumprimento Vossas Excelências, cumprimento vocês, é importante saber que as Leis aprovadas por esta Casa, Indicações feitas por esta Casa não vêm desta Audiência, vêm de trabalhos realizados já há tempo por esta Casa. O tema, esse tema colocado nesta Audiência vem sendo discutido nesta Casa e proposto ao Governo há tempo, discutindo com a população há tempo, porque nós entendemos e sabemos a importância que é, e a problemática que nós vivemos nesta área pela deficiência de ações que nós temos.

Não vou ficar fazendo discurso, mas é importante saber que a violência começa na criação dos nossos filhos e isso precisa ser corrigido dentro de casa e ser corrigido nas escolas. Nós vivemos o momento em que a sociedade precisa acordar, como disse a Deputada Janete, para o que nós estamos fazendo com nós mesmos. É importante saber que a violência contra a mulher está em casa, na criação dos filhos e não é só praticada por um, é praticada pela forma de criação.

A violência contra a mulher está lá na Delegacia de Polícia entre os policiais; está lá no Comando da Polícia Militar, está lá

na Polícia Militar; está lá nos Bombeiros, está lá no Ministério Público; a violência está lá no Judiciário. Então, é muito mais profundo o que nós estamos fazendo aqui, do que simplesmente fazendo discurso.

A Assembleia já tem, e o Deputado Dr. Neidson depois vai passar, vai falar, várias e várias ações e Leis aprovadas, como nós aprovamos em 2016 a Lei do Botão do Pânico aqui nesta Casa, foi aprovada em 2016 e foi vetada pelo Governo, vetada pelo Governo porque gerava despesa. E agora a nossa Doutora Eugênia traz para nós de graça o que o Governo dizia que era custo. E eu quero ver o Governo dizer agora que não tem como implantar o Botão do Pânico, pelo menos isso.

O desafio nosso é mostrar ao Governo que esse tema precisa ser discutido também pelo Governo. Parabenizo Roraima pelas ações, parabenizo o Espírito Santo pelas ações, mas isso é Política de Estado e não pode ser responsabilidade só do Legislativo. O Governo tem que assumir, o Governo tinha que estar nesta Mesa porque foi convidado para isso. Não pode se omitir em fazer as discussões. E aí, Presidente, Vossa Excelência junto com esta Casa, deputado estará entregando esse..., é simbólico, Dra. Eugênia, é simbólico, ao Governo do Estado, mas pode ter certeza que o Deputado Laerte, quando ele coloca aqui que Assembleia vai assumir a parte dela nessa política pública, a Assembleia vai assumir a parte dela nessa política pública. E aí eu quero parabenizar o Deputado Laerte, quero parabenizar para isso, porque desde a outra Legislatura nós já discutíamos e não tínhamos esse apoio.

Então eu quero agradecer a vocês e dizer que os encaminhamentos desta Comissão, desta Audiência, através do nosso Presidente da Comissão, serão encaminhados também ao Governo do Estado para que ele possa resolver e encaminhar essas ações. Muito obrigado, Presidente.

A SRA. JANETE DE SÁ – Gente, olha, eu quero entregar o mimo ao Presidente, que são feitos pelas nossas mulheres, só estou entregando, gente. Quero entregar à Presidente da Fetagro, uma lembrança do nosso Estado, que eu trago aqui. Eu quero entregar ao Deputado Dr. Neidson, a Santa Padroeira do Espírito Santo, que é a Nossa Senhora da Penha, que deve nos iluminar neste momento e a gente procurar ter tranquilidade para encontrar os caminhos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu quero só, doutora, deputada, parabenizar. Mas eu quero dizer que vai falar à Mesa, vai falar todo mundo, é só aguardarem, é só aguardarem. Se não quiserem que os deputados falem, nós não falamos. Vamos aguardar, espera, calma! Você também não quer falar? Você também não quer falar? Você também não quer? Vai falar também, calma, calma!

O SR. RONI FREITAS DA SILVA – Nós convidamos nesta oportunidade, senhora Rosenilda Ferreira de Souza, Rosa Negra, Coletivo de Mulheres do Sintero, representando as mulheres de Organizações Sindicais, para que faça uso da palavra.

A SRA. ROSENILDA FERREIRA DE SOUZA – Boa tarde a todas as mulheres. Quero saudar as mulheres aqui presentes nesta a Mesa, as deputadas, minha companheira Alessandra, o

Deputado Lazineho, todos os deputados que estão presentes. Não vou falar o nome de todos, porque nós estamos aqui andando rápido com as falas. Mas quero dizer para esta plenária, que desde o dia 31 de janeiro nós estamos discutindo neste Estado o "8 de março" e demos o nome de "Jornada de Março" e discutimos exaustivamente até as 10:00 horas da noite, 11:00 horas, uma hora da manhã, junto com a Frente Brasil Popular e todos os movimentos sociais para que houvesse aqui uma Audiência Pública para discutir feminicídio. Tudo bem que nós precisamos sim, do poder constituído, do Governo, da Assembleia Legislativa e a gente parabeniza o que vocês já fizeram, mas precisamos de muito mais. Precisamos avançar, porque Rondônia está no triste patamar de 4º lugar de violência doméstica, há mais 05 anos. Há mais de 5 anos não se avança. É o Estado que mais estupra mulheres, é o 3º lugar; é o 10º lugar em pior qualidade de vida para mulheres. As mulheres vivem mal no Estado de Rondônia. E aí, muitas vezes, nós estamos aqui e a voz das mulheres, muitas vezes não é para ser ouvida. As mulheres rurais, as mulheres urbanas, as mulheres indígenas, as mulheres das águas, das florestas e o que dizer das mulheres negras? Que os dados são 74% de aumento de violência nos últimos tempos, mas nós estamos vendo a desconstrução do Estado e as mulheres estão nesta ponta. Nós estamos vivendo um estado mínimo. Como que nós vamos avançar num Estado que não discute melhoria na educação, nem na saúde e a segurança pública não avança? E as mulheres estão morrendo. Somos a maioria do eleitorado deste Estado, senhores, somos a maioria! Precisamos que todos se comprometam, os deputados, as deputadas que aqui estão, que eu não consigo visualizar, a deputada está ali; precisamos que vocês entrem nesta luta também. Precisamos que vocês encampem esta luta, que sensibilize o Governo do Estado. Nós precisamos de todo mundo junto, todos nesta luta. Essa luta não é só das mulheres, essa é uma luta de toda sociedade. E se o Governador do Estado não se sensibilizar com esta causa, as mulheres vão continuar morrendo em Rondônia. Mas não só as mulheres, as mulheres trans, os nossos meninos, que quando se declaram que são homossexuais são expulsos das instituições, são expulsos das escolas, há uma evasão escolar.

Como que nós vamos trabalhar essas questões num Estado que não tem um olhar voltado para as mulheres?

Como que nós vamos trabalhar essas questões? E nós sabemos que quando uma mulher é violentada, toda família é violentada junta, toda a sociedade é violentada junta. E eu fico emocionada de dizer aqui que nós tivemos mulheres mortas neste Estado, que poderia ser evitado, que é o caso da nossa companheira da Educação, Professora Joselita, que foi morta barbaramente, mesmo sabendo, gritando a plenos pulmões, "eu vou voltar e matar", e ela não é um caso isolado, houve outros casos. "Vou dentro da delegacia com policiais, volto lá e vou matá-la", e voltou e matou e cumpriu o que ele estava falando. E nós ouvimos aqui da Dra. Eugênia, os protocolos, e nós temos que admitir as nossas falhas, senhores. O Estado precisa admitir as suas falhas de proteção, porque só chega naquela delegacia caindo aos pedaços, insalubre que não tem nem funcionários para trabalhar naquele local. Quando a mulher chega ali, é vitimada novamente naquela delegacia insalubre.

É um apelo, aquela delegacia precisa sair daquele local urgente, urgentemente! Nós temos 52 municípios em Rondônia,

e 07 Delegacias da Mulher precárias, que funcionam precariamente até uma e trinta da tarde. Nós queremos a Delegacia 24 horas. Mas, além da Delegacia 24 horas, que tenha lá condições de receber as mulheres que ali chegam.

E o Estado precisa trabalhar a prevenção, porque quando chega lá na Delegacia, a mulher já foi violentada, já foi violado os seus direitos. As políticas públicas não alcançam, não implementam as políticas públicas, porque não são pensadas, o Estado não é pensando para as mulheres, a cidade não é pensada para as mulheres, as Leis não são pensadas para as mulheres. E há necessidade de ter neste parlamento mais mulheres, porque quem sabe que precisa de uma mamografia são as mulheres. Nós precisamos que os homens sejam sensíveis até clínicas especializadas para as mulheres. Porque como que o homem faz uma Lei para ter uma clínica especializada, e lá não ter um ginecologista para atender as mulheres? O Estado precisa cumprir com a sua parte, porque senão, companheira Val, fica inviável toda aquela nossa discussão de políticas públicas em saúde, em educação.

E eu quero aqui dizer para as minhas companheiras da Educação, que estão lá na sala de aula e que têm que fazer a diferença lá, porque nós também estamos trabalhando com esse público, que serão futuros maridos, futuros namorados. Eles precisam entender e respeitar as mulheres. É disso que nós estamos falando, senhores. Quando nós discutimos políticas públicas, ela é na sua totalidade. Nós não trabalhamos políticas públicas para um público específico não. E, neste contexto, as mulheres não estão inseridas, na implementação das políticas. A fase disso é o péssimo atendimento em saúde da mulher no Estado de Rondônia, Não avança, não avança! Congela-se tudo, até os repasses da saúde diminuem. Porque tem gente que não sabe o que é viver com salário mínimo, não entende isso. Ele não entende que uma consulta que custa R\$ 300,00, uma pessoa que ganha R\$ 900,00, jamais vai poder pagar, porque senão ele vai ficar comer, e ele precisa se alimentar, e alimentar quatro, cinco filhos. E sabe que a maioria dos chefes de famílias, são mulheres? As deputadas estão aí, elas devem ter as estatísticas, 62% dos lares são chefiados por mulheres, e o Estado, invisibiliza as mulheres. O Poder Público tem invisibilizado as mulheres, e principalmente a luta. Quando a Dra. Eugênia, dizia, não é mi, mi, mi; não é mi, mi, mi não, senhores. São mulheres sendo assassinadas; este é o nome.

Eu quero parabenizar aqui os movimentos sociais que têm feito a sua parte, a sociedade civil tem feito a sua parte.

Agora, cabe ao Governo do Estado fazer a parte dele, fazer a parte dele. E essa discussão perpassa por esta Casa, perpassa por aqui, e essas mulheres estão morrendo. E para terminar a minha fala, quero dizer que nós vamos continuar na luta, as mulheres deste Estado não se cansam de lutar. E como educadora que sou, vamos continuar nas escolas, vamos continuar nos bairros, nas igrejas, onde for necessário ir, nós vamos lá fazer o debate. E vamos ficar de pé, companheiras, "para mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participamos sem medo de ser mulher". Essa luta é nossa! Essa luta é nossa! Vamos juntas e vamos vencer. Vamos cobrar incansavelmente do Governo do Estado até que todas nós sejamos livres.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Parabéns à senhora Rosenilda. Eu quero chamar aqui a Ana Isabel Ramalho, representante da Via Campesina, por favor.

A SRA. ANA ISABEL RAMALHO - Boa tarde às companheiras trabalhadoras do campo e da cidade, aqui neste espaço. E boa tarde a esta Mesa. Eu queria estender o meu boa-tarde muito valioso à nossa guerreira piauiense, que traz no sangue a cor, a coragem e a raça nordestina. Eu tinha organizado um monte de coisa aqui para socializar. Mas eu me senti muito contemplada na fala dela. Estou preocupada porque 50% das pessoas que estavam neste espaço já foram embora, porque haja paciência, não é, camaradas? Mas ela foi belíssima, belíssima na sua exposição e nós, enquanto camponesas nos sentimos contempladas em tanto verdade, em tanta pureza, em tanto comprometimento expresso nas palavras dessa companheira. Eu só queria trazer alguns elementos que não apareceram aqui. Porque às vezes, a gente fala muito, mas a gente simplifica também, os problemas. E a gente precisa entender que o principal problema que a gente vive, é porque nós temos um modelo de sociedade que não é para atender pobre, não é para atender trabalhador. Nós temos um modelo capitalista. Nós temos um império que desgraça com a vida da classe trabalhadora no nosso País, na América Latina e no mundo inteiro. Então, nós temos um monstro para ser enfrentado, um monstro para ser enfrentado! Então, a gente não pode simplificar o tema da violência. Ele é muito maior do que aquilo que a gente consegue pensar e imaginar. É claro que esse que a gente vive no dia a dia é isso que a gente está fazendo. A gente tem que encontrar meios para se fortalecer, mecanismo para nos proteger, mas a gente precisa refletir sobre o que está por trás de tudo isso. Este País nosso vive o pior momento da sua história. E cada vez que a gente tem uma crise política, econômica, religiosa neste País, os direitos das mulheres são ameaçados. E por que tem que ser assim? Porque nós somos a maioria neste País. Porque é preciso arrancar o mais essencial e elementar que a gente tem, que é o direito de se manter de pé, de se manter forte e seguir lutando.

Nós estamos perdendo tudo o que nós conquistamos. Ninguém, nunca nos deu nada de graça neste País. Tudo que a classe trabalhadora tem, foi conquistado à duras penas. Nós estamos vendo isso ser botado no ralo. Isso está sendo jogado fora. A Reforma da Previdência proposta e que está em debate, e eu que aqui chamar a atenção dos deputados federais, porque é bonito vir aqui, fazer discurso para as trabalhadoras, e depois ir lá e votar a favor da Reforma da Previdência. O deputado federal de Rondônia que fizer isso pode ter certeza que ele está assassinando muitas mulheres, muitos pobres, neste País. Porque hoje nós temos uma infinidade de famílias que vivem daquilo que vem da Previdência Social, e que não é esmola. Nós pagamos, nós depositamos no Tesouro Nacional para receber agora na idade avançada. E isso está sendo roubado de nós. Então, o deputado, a deputada que votar nessa Reforma da Previdência é inimigo declarado de todas nós que estamos aqui.

E eu costumo dizer, inclusive, companheira, quando se fala da violência, da coragem que a mulher precisa ter coragem para denunciar, se isso é covardia, eu não encaro assim, mas

eu tenho medo, por exemplo, de vir a um espaço deste e falar o que é preciso ser falado. Porque eu não sei a hora que eu sair ali fora. Porque a segurança não existe. Medida Protetiva não funciona. Confiar na Polícia é muito difícil. Os exemplos que a gente tem são os piores, possíveis.

Então, assim, é muito complexo debater esse tema da violência contra os trabalhadores, contra as trabalhadoras. Então, esses espaços deveriam ser muito mais para ouvir as vítimas dessa violência. Porque quem tem dinheiro dificilmente é violentado. Ele até sofre, mas ele tem como resolver para lá a sua violência. Agora nós não, nós não. E a gente precisa falar, porque esses espaços são para eu dizer o que eu estou sentindo, para eu dividir o que eu estou sentindo, mas para gente se fortalecer, para gente se ajudar. E esse espaço é também para apontar o que precisa ser feito neste País.

Nós as camponesas, os camponeses, nós somos 30 milhões de camponeses neste País, só que as terras não estão em nossas mãos. As terras estão concentradas em grandes latifúndios. Neste novo Governo que está aí, as nossas terras estão sendo entregues para estrangeirização. Nós sofremos com a violência do avanço do agronegócio neste País. Nós sofremos com a violência do avanço do hidronegócio neste País. Agora, se não bastasse, vem para cima de nós todo o processo da mineração. Todas as áreas de assentamento do MST aqui em Rondônia já estão mapeadas para mineração. Onde vão colocar essas famílias assentadas? O que vão fazer com esse povo? Para onde vão as nossas mulheres? Onde vão colocar a nossa juventude? Aí depois parece simples, não é?

Então é muito complexo fazer essa reflexão. Agora à disposição dos movimentos sociais do campo é seguir debatendo. As nossas mulheres precisam ser informadas, as nossas mulheres precisam ter coragem de falar, as nossas mulheres precisam ter coragem de lutar. E a gente precisa colocar na pauta o processo de transformação social que a gente tem que construir. E nós, nós costumamos dizer de que nada, nada causa mais horror à ordem do que homens e mulheres que sonham, mas que lutam. Então é por isso que é preciso calar a voz das mulheres, por isso que é preciso não deixar as mulheres falarem.

E eu vou finalizar fazendo aqui um repúdio. Quando a companheira indígena reivindicava que a companheira se colocasse à Mesa, um senhor ali disse "economiza sua voz, poupa, guarda sua voz, ela vai vir para Mesa". Então, olha assim, se a gente não pode usar aquilo que ainda é meu, é como se quisesse arrancar a minha língua, o direito mais sagrado que eu tenho que é o direito de me manifestar, de dizer o que eu penso. Então isso também é forma de violência. E é a violência do paletó, da gravata, do status. Então a gente precisa a relação de respeito, de coerência, de respeitar o outro da forma que ele é. Que é aquilo que é a deputada ali falava: 'não precisa a gente querer ser igual à outra e tal e tal'.

Exatamente isso, a gente é aquilo que a gente é, e precisa ser respeitado como tal.

Então, se a gente não fizer o debate de como é que a gente vai fazer a Reforma Agrária neste País, a violência vai seguir aumentando. Se a gente não fizer o debate de como a gente vai fazer a Reforma Política neste País, a violência vai seguir aumentando. Se a gente não fizer o debate de como a gente vai garantir uma Previdência pública e universal para

todos os trabalhadores, a violência vai seguir aumentando neste País. Então a gente precisa colocar tudo isso na pauta do debate, quando a gente reflete o tema da violência.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Gostaria de convidar aqui a senhora Telma Sacoman, que a mãe da Camila que foi morta recentemente lá no Município de Buritis.

A SRA. TELMA SACOMAN - Boa tarde a todos. Eu vou ler, porque eu não sei se eu vou conseguir. Estamos vivendo dias que não imaginamos passar. Dias que serão lembrados pela dor e pela injustiça que estamos sofrendo e que você sofreu, Camila Sacoman. Assassinada cruelmente aos 17 anos, no dia 13 de abril de 2019, por um menor infrator. Eu vou dizer o que ele disse, o porquê que ele fez, "para mostrar que eu sou homem". Por quê? "Porque eu quis, senti vontade". Podemos dizer que as palavras não darão conta de tanta dor. A morte por si só afeta a todos nós independentemente de já termos ou não.

Estamos presentes aqui, familiares e amigos para reivindicar a responsabilidade estatal em punir menores que tenham consciência, que não tenham consciência de seus atos, que essa vida seja encerrada prematuramente. Desculpa, gente, mas eu não vou conseguir. Pode ler para mim? Por favor.

A SRA. VERA – A Dona Telma pediu para que eu terminasse o texto para ela. Então, vamos lá. "Estamos presentes aqui, familiares e amigos, para reivindicar a responsabilidade estatal em punir menores que tenham consciência de seus atos. Que essa vida encerrada prematuramente venha valer por muitas outras vidas já ceifadas e que comecemos a obter respostas positivas contra o feminicídio e a redução da maioridade penal para crimes hediondos. E que você, minha menina Camila, possa estar agora rodeada de uma vida de luz infinita, vivendo-se até o dia em que a dor da perda e da injustiça se transforme em lembrança e saudade e que, enfim, possamos viver em dias de justiça e paz."

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – A senhora Raimunda Pedraça, por favor. Frente Brasil Popular de Rondônia.

A SRA. RAIMUNDA PEDRAÇA – Boa tarde a todas. Cumprimentar todas, a mãe da Camila aqui presente e que pena que você está aqui hoje por isso, dessa forma. Só sabe essa dor quem sente. E, assim, eu penso que políticas públicas se efetivam de fato na hora que a gente tem orçamento para executá-las. E, assim, aqui a gente tem nossos parlamentares que legislam e uma coisa que a gente solicita é que tenha orçamento para execução de políticas públicas que venham proteger as nossas vidas. Nós mulheres somos criadas sob o signo do medo. A gente tem medo de sair à noite, a gente tem que tem que ter cuidado como a gente senta, a gente tem que ter cuidado com a roupa que a gente anda, a gente tem que ter cuidado. A gente ensina nossas filhas a terem medo e isso é muito terrível, não é? Assim, é tirar da gente o nosso direito de viver como a gente quer. E a gente vai num manifesto que é dos Sindicatos, das Organizações Sociais, que construíram uma jornada de luta do 08 de maio, que como a Rosa colocou aqui, foram horas de reunião, de pensamento, de construção e esta

Audiência Pública fez parte do nosso planejamento. E a gente agradece a Assembleia por ter encampado essa ideia, querendo deixar claro assim, que os deputados acolheram, mas é uma proposição do Movimento Social, dos Sindicatos do Estado de Rondônia, "Vivas e Livres": Por Avanços, Direitos e Igualdade para as Mulheres de Rondônia. Rondônia ocupa a 3ª posição no ranking dos Estados da região norte, com o maior índice de feminicídio, conforme dados do Instituto Monitor da violência. Esta estatística preocupante demonstra que apesar da legislação prever penas rígidas contra esse tipo de violência, não há grandes avanços. A Lei 13.104/2015, conhecida como a Lei do Feminicídio completou 04 anos de existência, entretanto, não vemos melhoria nas políticas combate, prevenção e políticas de Estado que as possibilitem.

O que se pode notar é que há uma tendência no aumento de registro e contabilização no número de casos que até então não eram documentados. Podemos observar que esse fenômeno através de dados levantados pela imprensa, onde se constatou que em 2018, cerca de 12 mulheres foram assassinadas em média, todos os dias no Brasil. Esse percentual representa um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior, conforme dados oficiais dos Estados brasileiros.

Em Rondônia, semanalmente constata-se novos casos de feminicídio nas mídias sociais, entre os casos, o de maior comoção popular, como nós já falamos aqui, foi da professora Joselita Félix da Silva e mais recentemente o assassinato da Camila que foi trazido aqui. A construção de um estado democrático de pleno direito para homens e mulheres na sociedade brasileira, apesar dos avanços da Constituição de 88, além dos tratados internacionais de Direitos Humanos, que influenciou no desenvolvimento de marcos normativos nacionais se mantém no processo permanente de perdas e ameaças. De tal modo que a democracia continua sendo uma construção desafiadora e hoje é uma meta a ser alcançada por nossa sociedade, em virtude dos ataques que a gente tem sofrido desde 2016.

Nesse sentido apresentamos contribuições que necessitam ser alcançadas pelos governos e sociedade, sob pena de ampliarmos o fosso das desigualdades sociais. A prática da violência e da intolerância e, sobretudo, a perda da dignidade humana nas relações sociais no âmbito da família, da comunidade e da sociedade rondoniense.

O nosso objetivo com esse manifesto é incidir nas dimensões culturais, econômicas e sociais contribuindo para vencer preconceitos, a opressão e a sujeição da mulher ao sistema patriarcal bem como influenciar nas políticas públicas institucionais e jurídicas com novos paradigmas sobre o princípio da universalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos.

Sobre as demandas e necessidades das mulheres na sociedade, propomos:

Criação de um espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade civil, grupo de mulheres e lideranças feministas visando contribuir com a construção e a consolidação de políticas públicas para mulheres no Estado de Rondônia;

Garantir a manutenção dos órgãos de controle social, fortalecendo e ampliando os conselhos, estadual e municipal de defesa dos direitos da mulher;

Implementar políticas e serviços que promovam a autonomia e a independência econômica das mulheres, assegurando os seus direitos econômicos e sociais através da qualificação profissional, sistemas cooperativistas e empreendedorismo feminino;

Implementar uma política institucional de cooperação técnica e financeira entre Estado e Município visando a manutenção e a ampliação de Serviço de Sistema de Proteção Social a Mulher, como creches, maternidades municipais, Casa da Mulher Brasileira, Centro de Referência Especializada para a assistência das mulheres vítimas de violência doméstica e sexual;

Delegacia de Proteção a Mulher, com funcionamento 24 horas, estrutura para essa Delegacia das Mulheres, como nós já falamos aqui, a situação da Delegacia das Mulheres aqui em Porto Velho, é o lugar insalubre, as pessoas que trabalham lá, elas deviam receber insalubridade;

Promover políticas de acesso das mulheres a terra, moradia digna, levando em conta a dignidade histórica e cultural das mulheres chefes de família, trabalhadoras rurais, mulheres negras, quilombolas, ribeirinhas, mulheres com deficiência física, transgêneros, sem distinção de classe, gênero, credo ou raça;

Implementar linhas de crédito para mulheres rurais e urbanas com investimento para setores de empreendedorismo, informação educacional e profissional, assegurando o efetivo acesso das mulheres a programas e serviços de financiamentos para a geração de renda, trabalho e autonomia econômica. Muitas mulheres permanecem em situação de violência por causa dessa dependência econômica, todas nós sabemos disso;

Desenvolver políticas de atendimento a saúde integral da mulher visando reduzir a mortalidade materna nos municípios, incluindo, serviço de assistência a exames laboratoriais especiais para mulheres, integrando os serviços de saúde e segurança, com o intuito de proteger e salvar vidas;

Implantar e promover a manutenção junto aos municípios por meio de cooperação técnica e financeira dos serviços de referência, saúde da mulher, a Casa de Apoio a Gestante;

Promover políticas de inclusão social e enfrentamento as desigualdades de gênero e raça no âmbito da saúde, educação, trabalho e desenvolvimento econômico;

Promover e assegurar o acesso e a permanência de mulheres a educação pública, gratuita, de qualidade, conferindo o direito pleno ao acesso a educação formal nos níveis fundamental, médio e superior, incluindo acesso às novas tecnologias de informação;

Ampliar o acesso à educação, à cultura, ao lazer e às tecnologias de formação e comunicação para as jovens mulheres do campo e da cidade;

Implementar e ampliar serviços de mobilização e comunicação social junto às escolas públicas de ensino fundamental e médio através de campanhas educativas, palestras e oficinas sobre a prática da violência doméstica sexual e do assédio praticado junto às mulheres, crianças e adolescentes na família e na sociedade;

Promover e incentivar espaços de diálogos abertos ao acolhimento de temáticas pertinentes as mulheres em instituição de saúde, educação, assistência social e espaços possíveis, buscando estabelecer uma cultura de troca de vivências,

importantes para se romper o ciclo de violência, principalmente, as mais sutis;

Adotar serviços de orientação profissional junto aos profissionais de saúde, professores, policiais militares e civis, sobre o fenômeno da violência do feminicídio, visando humanizar os serviços de atenção às vítimas de violência salvar vida;

Capacitar os profissionais que atuam nos serviços que atendem mulheres vítimas de violência doméstica ao trato e acolhimento digno de pessoas transgêneros com ênfase na identidade social expressa;

Adesão aos protocolos técnicos que possibilitam a identificação de casos de violência e feminicídio;

Criar um Plano Estadual de Segurança Pública de combate ao tráfico e exploração sexual de mulheres, integrado ao Sistema de Segurança em fronteiras, visando reduzir a rota de crime contra as mulheres e crianças na nossa região;

Intensificar o combate à exploração sexual infanto-juvenil por meio de ações coibitivas e campanhas de sensibilização às denúncias, através da comunicação institucional;

Criar um Plano de Segurança Pública Estadual de combate ao tráfico de mulheres e a exploração sexual infanto-juvenil;

Homologar e promover a proteção legal, a demarcação de terras indígenas de invasores e madeireiros sob pena de perpetuar o ciclo de violência étnica em nosso Estado, sobretudo, a permanência de abusos sexuais junto às mulheres e crianças nas comunidades indígenas;

Assegurar o pleno direito às manifestações sociais pacíficas, incluindo a proteção legal das lideranças e militante dos grupos de mulheres feministas, ativistas sociais entre outros sem a prática de violência no uso da força policial por parte do Estado;

Realizar as conferências estaduais de política pública para as mulheres e contribuir com a realização das conferências municipais no âmbito da estrutura e da logística de organização institucional;

Instituir no âmbito das Emendas Parlamentares na Assembleia e nas Câmaras Municipais, nos respectivos orçamentos, um percentual de investimento financeiro para grupos coletivos, organizações não-governamentais, associações que atuam com ações voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher. Nas diversas áreas de produção e desenvolvimento social, cultural e educativo, visando inibir a prática de violência contra as mulheres no estado e no município;

Ampliar e assegurar o efetivo repasse financeiro do Fundo de Investimento e apoio a mulher junto aos Conselhos estaduais e municipais para o desenvolvimento das ações, projetos e atividades voltadas ao atendimento às mulheres nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciência e Tecnologia;

Criar o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. Nossa sugestão é que seja no dia 17 de Março em homenagem à Professora Joselita Félix;

Sobre a Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa anunciado pela Casa, criar a Câmara Técnica com grupo de estudo permanente, com a participação das diversas

entidades e movimentos sociais, entidades de classe, Secretarias de Governo, Ministério Público Estadual, Conselhos Estadual e Municipal de Direitos da Mulher, Poder Judiciário, Polícia Civil e Militar e a Universidade, com intuito de monitorar, estudar, dialogar e implementar as políticas públicas de enfrentamento à violência e o feminicídio;

Adesão imediata ao aplicativo Salve Maria com o estabelecimento de todos os protocolos ofertados pelo Governo do Estado do Piauí que tem como objetivo a perspectiva de salvar a vida das mulheres;

Instituir o funcionamento e estruturação 24 horas da Delegacia da Mulher em crimes contra a mulher e aderir ao plantão de gênero.

Porto Velho, 9 de maio de 2019.

Assinam este Manifesto: o SINTAERO, o SINDUR, que é o Sindicato dos Urbanitários; o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Telecomunicações de Rondônia; o Sindicato dos Professores de Rondônia, o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista do Brasil, a Via Campesina, a União Brasileira de Mulheres, o Fórum Popular de Mulheres, a União da Juventude Socialista, o Levante Popular da Juventude, o Instituto Madeira Vivo, o Coletivo Popular Direito à Cidade, o Coletivo Mina Livre, a União de Negros pela Igualdade, a União Nacional LGBT, o Diretório Central dos Estudantes, o Centro Acadêmico de Psicologia, gestão Paulo Freire, o Centro Acadêmico de Pedagogia, o Centro Acadêmico de Matemática, o Centro Acadêmico de História e o Coletivo Filhos do Boto Nunca Mais.

Esse documento, a gente vai entregar, Vera, por favor, leve para o Presidente e a gente espera que as políticas sejam implementadas. Obrigada.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Parabéns pela fala. Vou passar a palavra para Dra. Lisandra Vanneska Monteiro, da Promotoria de Justiça, Ministério Público do Estado de Rondônia.

A SRA. LISANDRA VANNESKA MONTEIRO - Boa noite a todos. Eu sei que vocês estão cansadas aí depois de um longo dia de debates. E assim, eu sou Promotora de Justiça, estou hoje lotada na 1ª Promotoria de Feminicídio do Brasil e sou eu que faço os plenários do júri. Então, eu ouvindo todas essas falas já, principalmente da Dra. Eugênia, a quem eu tenho uma profunda admiração e uma das coisas que ela fala e eu acredito fortemente, é na capacitação intelectual.

Tudo isso que foi dito aqui hoje, quando as vítimas, as famílias das vítimas, devem ter algumas famílias aqui. Quando chegam até a gente, eu sou a ponta, porque quando chega até a mim, é porque todas essas ações de prevenção não foram suficientes, não foram efetivas. Então, quando chega até a mim, o inquérito, eu preciso de todo aquele trabalho da Polícia e de capacitação da Polícia. E é neste momento que eu convido aqui ao Estado, ao Governo do Estado e através da Assembleia Legislativa, do Secretário Dr. Hélio, para que haja essa capacitação, para que haja essa capacitação da Polícia, dos delegados, da Polícia Civil, dos peritos para que a investigação, com esse olhar para o feminicídio seja feita de maneira efetiva.

E quando o inquérito chega ao Ministério Público, nós fazemos a denúncia, nós conseguimos ir para o plenário do júri com um arcabouço jurídico consistente, para que a gente possa pedir a condenação e possa também pedir as qualificadoras.

Porque toda essa discussão é importante, ela é de fundamental importância para que haja prevenção do feminicídio. Mas, e quando o feminicídio acontece? As famílias das vítimas já estão dilaceradas emocionalmente, psicologicamente, muitas vezes são violadas e eu vejo isso nos processos, pela falta de estrutura do Estado. Não há um estudo e, muitas vezes, uma investigação com esse olhar de feminicídio, é por isso que nós temos uma espécie de subnotificação nos inquéritos, que muitas vezes não foram capitulados como feminicídio. E a gente está lutando para isso e a família fica lá dependendo, no plenário, doutores, de uma atuação, às vezes, milagrosa. Porque o processo está mal instruído, não teve estrutura para fazer essa instrução de uma maneira correta, porque a perícia, a delegacia não tiveram essa estrutura e essa capacitação. A gente tem que ter humildade para se capacitar, capacitar intelectualmente o tempo todo. Porque nossa atuação, era pela atuação da ponta, já não se conseguiu prevenir, aquela mulher já foi morta e aí como é que fica? Fica impune? Essa impunidade gera cada vez mais uma reincidência, uma reiteração e é importante porque eu sinto na pele isso. Porque para mim um processo não é um processo, é uma vida e quando a família chega lá, ela chega naquela expectativa, na esperança de que ao menos, se o seu ente não vai voltar a vida, pelo menos aquela pessoa seja punida com o mínimo que as nossas Leis preveem. E, muitas vezes, quando você vai ter esse olhar, como a Dra. Eugênia falou, já é tarde demais; a investigação já foi feita com outro olhar. É preciso de especialização e é preciso de capacitação intelectual para isso.

Eu coloco o Ministério Público de portas abertas para os senhores, especialmente aqui nesta Casa Legislativa, para que haja essa capacitação. E a gente não só capacita os policiais militares e policiais civis, a gente capacita delegados de polícia, promotores de justiça e juizes de direito, senhores. Porque essa Lei vem com um novo olhar para mulher e nós temos muito a avançar. Eu falo para a Dra. Eugênia que ela é uma mulher a frente do seu tempo. Muitas das coisas que ela fala hoje e que causa, para muitas pessoas, certa surpresa, mais para frente eu tenho certeza que será vista com naturalidade, até que nós consigamos avançar e compreender o que é realmente ser mulher, o que é realmente ser morta por ser mulher. Porque essa história do mi mi mi, só quem fala que é mi mi mi, por que não vai à Vara de Violência Doméstica? Lá têm 8 mil processos e 8 mil processos em trâmite, porque de segunda a sexta, nós atuamos todos os dias em audiências com o Dr. Álvaro, o Dr. Áureo, Dr. Héverton, Dra. Tânia, aqui presente, e julgamos esses processos. Então, se parássemos uns dois meses, não seriam 8 mil processos, seriam muito mais.

Então, essa violência, que muitos dizem se um mi mi mi é porque não vão visitar as Varas de Violência Doméstica para ver como as mulheres são propriedades, ocorrem estupros maritais de fato, e que muitas vezes, pela criação até a mulher não entende que ela foi estupro, até que haja essa conversa, até que haja essa sensibilidade. E, daí, também vem à parte pedagógica, tanto em relação à mulher, quanto em relação ao homem dos projetos da Vara de Violência Doméstica.

Mas eu falo para os senhores, na ponta do feminicídio não é fácil ficar, porque a gente não está sozinha, a gente está com as vítimas, e está com as famílias das vítimas querendo

não uma vingança contra o infrator, mas uma justiça. Porque eu imagino, eu como Promotora graças a Deus, não tive ainda um caso desses na minha família e não preciso ter para ter empatia por isso. É por isso que os homens que estão aqui presentes, não precisam ser mulheres para saber o que é ser mulher, baste ter uma filha, basta ter uma mãe e basta tentar ter essa empatia com o outro. Porque senão, senhores, se nós fôssemos esperar cada um ter uma situação próxima em casa, nossas Leis não mudariam, nossas políticas públicas não mudariam, ficariam sempre à distância da gente.

Então, temos que capacitar, temos que ter investigações com esse olhar do feminicídio, e seguindo os protocolos, tantos os internacionais quanto os nacionais. Então, aqui nós estamos conversando com a sociedade civil, somos sociedade civil também, estamos aqui com os senhores, mas os senhores também exigem da gente uma capacidade intelectual. Nós não ganhamos, entre aspas, um júri, um plenário, uma tese apenas com um debate. Nós temos que ter um embasamento jurídico, não é? Como a Doutora fala, são estudos com base teórica, com base científica. O Direito não é um mi, mi, ele é uma ciência.

Então, eu vejo que essa luta do feminicídio, essa luta contra o feminicídio e a estratificação do feminicídio em íntimo e não íntimo, também é outra luta; o feminicídio na esfera lésbica também é outra luta; o feminicídio da mulher negra é outra luta. Quanto mais você vai estudando aqueles caixotes, se a mulher está no caixote de madeira, se ela está num caixote de aço, quanto mais o estrato de discriminação da mulher é maior, muitas vezes até a investigação é pior.

E assim, não estou aqui criticando a Polícia de Rondônia. Nós temos vários delegados que dão o sangue, vários policiais que dão o sangue no dia a dia, mas nós precisamos de capacitação. Como a Dra. Eugênia veio aqui, fez uma capacitação de quatro horas para as delegadas, viu o engajamento, viu o amor pela profissão, mas não basta só o amor e o engajamento, nós temos que capacitar e também trazer para as nossas delegacias, que é a ponta para os nossos investigadores, um mínimo de estrutura para estudar esses crimes tão bárbaros, para que o homem que faça isso no Estado de Rondônia, ele sinta que ali têm pessoas preparadas para investigar. Que aquela história de ciúmes, de que cometeu o crime por um motivo, 'ah! perdeu a cabeça', não cola mais no século 21 senhores. E que as mulheres, não só as que estão em casa são protegidas, mas as que estão na rua.

Então, quando eu faço um júri e a mulher não tem marido, não tem namorado e ela foi estuprada e morta, se questiona a honestidade, entre aspas, dessa mulher. Já é um absurdo! Nós não temos que questionar isso. A mulher tem que parar de ser vítima, de ser ré quando ela é vítima. Não tem que se justificar porque saiu primeira vez para transar com o cara não, não tem que justificar, é direito dela. Os homens que têm que aprender a escutar o não, e nós que estamos na ponta, temos esse dever.

Então, eu homenageio aqui as famílias das vítimas, o Ministério Público, na nossa função de Promotores de Justiça, nós temos feito o máximo dentro das nossas limitações. Tenho me capacitado intelectualmente, indo atrás, para ter esse olhar do feminicídio cada dia que passa e me coloco sempre à

disposição das famílias das vítimas, dentro da Promotoria de Feminicídio. Agradeço a todos e uma boa noite.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Obrigado, Dra. Lisandra. Passo a palavra para o Senhor Dr. Álvaro, que é Juiz Titular da Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

O SR. ÁLVARO KÁLIX FERRO – Boa noite a todos. Deputados, na pessoa do Deputado Laerte, eu quero cumprimentar todas as deputadas e deputados desta Casa, pela iniciativa. Ontem, eu estou rouco, afônico, desculpem-me, com um pouco de dificuldade que eu estou aqui nesta tarde em razão da gripe bastante forte. Mas vou empenhar a falar mais entendido possível, mais compreensível possível dentro dessa rouquidão que me afeta.

Eu fiquei bastante emocionado por diversas vezes aqui, por conta do movimento organizado de mulheres e inclusive quando é pedido que se desse a palavra a esse movimento ainda que, logicamente, seria dada, mas foi bastante importante essa manifestação. Porque foi levantado aqui pela Dra. Eugênia, que lá nos idos de 1970, lá nos idos 1970, um movimento de mulheres da sociedade foi que conseguiu mudar no Judiciário brasileiro o reconhecimento nos júris, principalmente que era júri popular, daquela tese de legítima defesa da honra, naquele caso Doca Street, em que se fazia a defesa no sentido de que a morte era por amor.

E aquele movimento foi extremamente importante para fazer com que houvesse uma mudança, uma participação efetiva da sociedade e saísse esse problema dos lares, das quatro paredes e se tornasse público esse problema, se tornasse público esse problema que afetava as mulheres no nosso País a muito e na década de 1970, então, veio a lume. Mas não foi só, foi dito outros casos. Agora, extremamente lembrar que na Assembleia Nacional Constituinte as mulheres fizeram a extrema diferença também, quando eram chamadas, ali o grupo de mulheres de Movimento de Mulheres do Lobby do Batom, senhores. O Lobby do Batom foi responsável, assim chamado, assim denominado, pela inserção do parágrafo 8º, do artigo 226 da Constituição Federal, o que legitimou o Supremo Tribunal Federal a reconhecer a perfeita constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Isso também é fruto do movimento de mulheres, senhoras e senhores, de muita luta, lógico. O movimento de mulheres, com todos aqueles movimentos agregados e, lógico, aí nós chamamos atenção de que os homens devem participar disso. Já foi dito aqui muito, nós precisamos participar desse movimento, desse movimento que busca a não discriminação, desse movimento que busca a igualdade. Porque enquanto nós não tivermos a igualdade neste País, nós vamos enxergar muito, e ainda muito, essa violência que assola a mulher.

Veja bem, é extremamente importante porque isso, inclusive, está materializando esta Audiência, está materializando aqui, aquilo que diz o artigo 3º da Lei Maria da Penha, que diz que a sociedade, o Estado, o poder público, tem que estar voltado à garantia de todos aqueles direitos que são reconhecidos na Lei Maria da Penha, que são decorrentes inclusive de normas internacionais que foram ditas aqui pela Dra. Eugênia. Extremamente importante isso, que nós não

possamos perder de vista que esses direitos precisam ser garantidos. E muita gente às vezes, diz: será que não é hora de mudar a Lei Maria da Penha? Precisa, na verdade, implementar todos os serviços que estão ali descritos nessa Lei, os serviços que estão ali descritos para garantir que nenhuma mulher mais, neste País, seja vítima de violência, para garantir que as mulheres tenham garantido o direito à dignidade, o direito à integridade física, o direito à dignidade psicológica.

Então, nós precisamos fazer com que essas políticas públicas ali previstas, esses serviços ali previstos sejam efetivamente implementados antes de pensarmos em mudarmos a Lei Maria da Penha, sabe por quê? Porque cada vez que se pensa em mudar uma Lei neste País, é aquilo como disse a deputada do Espírito Santo, doutora, que disse aqui, que quando se tenta mudar alguma vez uma Lei neste País, corre-se o risco de ao invés de avançarmos, uma Lei que é a 3ª melhor do mundo nesta área de violência contra a mulher, corremos o risco de regredirmos.

Então, nós temos, enquanto movimento de mulheres, enquanto todos esses serviços aqui envolvidos, que cuidar, cuidar para que nós não tenhamos nenhum retrocesso nessa luta contra a violência, cuidar para que nós tenhamos sim avanços, progressos nessa luta. Para vocês terem uma ideia aqui no nosso Estado de Rondônia, nós temos cerca de 11 mil, 11 mil ações contando, inclusive, as medidas protetivas de urgência. Só aqui em Porto Velho, 8.400 ações, 8.400 ações dos dois juizados; 2.440 medidas protetivas que garantem a integridade física e psíquica e emocional das vítimas da violência.

Agora, nós precisamos, senhores deputados, senhoras deputadas, avançar. Nós temos mecanismos que estão aí, como esse mecanismo agora apresentado, o Salve Maria. Nós temos Botão do Pânico, nós temos a própria tornozeleira eletrônica que nós utilizamos, mas que, por vezes, não há disponibilidade para o juízo de violência doméstica e familiar. Então, é preciso disponibilizar essas tornozeleiras. Mais do que isso, é preciso fazer com que essas tornozeleiras também tenham uma ampliação de serviços com aquele dispositivo que fica com a mulher, que quando há aproximação daquele que é o seu algoz e que esteja utilizando a tornozeleira, ela seja avisada por aquele instrumento que consigo está.

Então, é preciso que haja um avanço nesses mecanismos.

Nós temos a Patrulha da Penha, a Patrulha Maria da Penha que trabalha até uma e meia da tarde. Então, nós precisamos, elas bateiam com um serviço excelente. Não está mais aqui a policial militar, diretora desse serviço, mas é um serviço excelente, mas que precisa ser ampliado, senhores deputados, senhoras deputadas, porque esses são mecanismos que nos servem a salvaguardar a vida dessas mulheres. São mecanismos que nos servem a fazer com que as mulheres estejam mais seguras em seus lares. E quando foi dito aqui a respeito da Lei Maria da Penha, não podemos esquecer que 70% da violência contra a mulher é violência doméstica familiar.

Não podemos esquecer que feminicídio também, 70% são decorrentes da violência doméstica familiar.

Então, nós precisamos tratar sim desses mecanismos de proteção e é importante que haja orçamento para isso. É importante que sejam disponibilizados, aqui os representantes do governo, que sejam disponibilizados e nós temos, diga-se

de passagem, especificidades, extremamente importante a participação de cada um desses grupos de mulheres representadas aqui. Nós temos especificidades diferentes do Espírito Santo. Nós temos especificidades diferentes do Piauí, de outros Estados do País. Nós temos população, comunidades da floresta, comunidades ribeirinhas, comunidades indígenas, quilombolas. Todas essas pessoas precisam ser alcançadas por esse serviço. E vou dizer mais, o Tribunal de Justiça de Rondônia, na minha pessoa, propôs e está implementado o Projeto que se chama Maria no Distrito. Eu convido àquele que quiser participar, que pegue o quadro de datas para participarem desse evento. O que significa isso, Maria no Distrito? O Judiciário percebeu que muita gente, principalmente as vítimas dessas localidades mais distantes não chegavam até o Judiciário. Ia, aí, com dificuldade se fazer justiça naqueles processos em que a vítima não vinha até o Judiciário e nós enxergávamos que isso era também por alguma dificuldade, especialmente da distância, da dificuldade de transporte e dificuldade financeira. E criamos então esse Projeto para ir à localidade, ir até aquele local fazer as audiências de instrução e julgamento, com apoio integral do Ministério Público, com apoio integral da Defensoria Pública e chamo também a OAB, se quiser participar desse nosso trabalho. Agora, não só para as audiências, porque nesses momentos, senhores deputados, senhoras deputadas, Dr. Héverton, eu, Dra. Tânia, Dra. Lisandra, e todos aqueles que já participaram do Projeto Maria no Distrito, puderam perceber a sede do Estado, a sede da presença do Estado em diversos lugares, sejam todos os ramos do Estado. E aqui eu estou dizendo Estado Executivo, Estado Judiciário, Estado Legislativo. Então, há sede do poder público nesses lugares e nós precisamos ampliar os braços do poder público até essas pessoas que são comunidades deste Estado amado de Rondônia.

Quero dizer também que nesses lugares, a gente faz palestras de sensibilização e formação da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher onde não há, e fortalecimento da Rede onde já existe. Porque, senhores e senhoras, há lugares em que os serviços, por vezes, são oferecidos, mas não se conhecem. Nós precisamos dialogar mais. É de extrema importância, deputados, deputada, que haja esta Audiência Pública porque é uma via de diálogo. Eu proponho, inclusive, porque nós estamos aqui na Capital, e a capital é distante do interior. Nós estamos aqui no noroeste, praticamente, do Estado de Rondônia. Então, que se ampliem essas discussões, essas Audiências Públicas para o interior do Estado para entender a especificidade de cada local e os serviços que têm ser atingidos e levados até essas pessoas.

Diga-se de passagem, há lugares que um Botão do Pânico ou um Salve Maria não terá utilidade porque não há internet. E no século 21, as empresas não têm levado, ainda, internet a todos os lugares deste Estado.

Então, é preciso discutir, o poder público precisa chamar essas empresas e dizer: - Olha, nós precisamos levar a globalização da internet, aquilo que a internet pode oferecer a todos os lugares deste Estado. E isso, logicamente, vai facilitar a implementação de outros serviços de extrema importância para que as mulheres sejam, estejam alcançadas por essas proteções que foram ditas aqui.

Agora, quando se fala de sistema de Justiça, já foi dito ali pela Dra. Lisandra que nós estamos falando do último lugar, a violência já aconteceu. Várias outras falas aqui já disseram a respeito disso. Nós precisamos capacitar pessoas que possam multiplicar conhecimentos acerca da violência, acerca do enxergar a violência de gênero, acerca do enxergar essa violência contra a mulher nas escolas, na saúde pública. Nós temos um caso, doutora, aqui de Rondônia, aqui de Porto Velho, em que uma vítima de violência física, por duas vezes anteriores teve o braço quebrado, e na terceira vez, o agente de saúde entregou a ela, ou melhor, quando o maxilar dela quebrado, o Dr. Héverton conhece bem esse caso e nós falamos em outras oportunidades, com o maxilar quebrado, o agente de saúde entregou ao algoz da mulher, aquele que havia quebrado maxilar dela porque havia tido todo um contexto de mentira para não dizer que era aquilo, mas veja, tinha dois casos anteriores ali.

É preciso enxergar como a Dra. Eugênia colocou aqui, nós precisamos capacitar para enxergar esses casos de violência, e pasmem, ao invés de levar para o João Paulo que era para onde ele deveria levar a guia de internação, ele foi para casa com essa mulher. Foi para casa e depois de uma semana uma irmã dela chegou ao local e estava quase morta. Quando levou para a saúde pública, ela morreu na madrugada seguinte, se não me falha a memória.

Então, nós precisamos capacitar a educação, precisamos capacitar a saúde pública, precisamos capacitar todos os serviços. Porque como a Dra. Eugênia já disse aqui e em outra oportunidade que eu tive de ouvi-la, quando você especializa o serviço, você mostra a mulher que ela terá acolhimento, que tem a atenção devida, ela vai e procura esse serviço com maior rapidez, com maior vontade e esse serviço sendo especializado vai saber direcionar qual é o encaminhamento que tem que ser dado a essa mulher.

Então senhores e senhoras, para resumir, contando essas especificidades que nós temos, criada a Procuradoria da Assembleia, para o atendimento da Mulher aqui na Capital de Rondônia, nós não podemos esquecer que temos que achar fórmulas para atender as mulheres do interior do Estado, porque aqui nós estamos falando da Capital, aqui nós estamos falando do acesso dessas mulheres principalmente, mas precisamos ter serviços que possam alcançar todas as mulheres do nosso Estado, porque são direitos inalienáveis de cada uma delas. Obrigado.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias)- Senhoras e senhores, nós procederemos neste momento para um ato de grande importância. Nós faremos a entrega do Voto de Louvor, e o primeiro a fazer a entrega é Sua Excelência Alex Silva, Deputado Estadual.

Nós convidamos Sra. Giane Cândido, Coordenadora do Projeto Raabe, toda família Raabe a gente convida também, para que possa ser registrado, em foto, este momento importante. O Projeto Raabe é o grupo de apoio às mulheres, que oferece suporte emocional, espiritual por meio de aconselhamento e cursos, a fim de resgatar a autoestima, incentivando a autoconfiança e o amor próprio. Representado aqui pela Giane Cândido, Coordenadora e todas as nossas preciosidades do Raabe. Uma forte salva de palmas Projeto Raabe, recebendo da Assembleia Legislativa de Rondônia o seu Voto de Louvor.

(Entrega do Voto de Louvor)

Senhores deputados permaneçam onde estão. Neste momento, Sua Excelência Dr. Neidson, nosso Deputado Estadual, fará a entrega do Voto de Louvor a Dra. Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa. Ela que é Delegada de Polícia Civil no Estado do Piauí, Subsecretária de Segurança do Estado do Piauí, Professora Titular da Universidade Estadual do Piauí, Especialista em Direito Público e Direito Processual Penal. A nossa reverência a Dra. Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa e o nosso Voto de Louvor da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

(Entrega do Voto de Louvor)

Nós convidamos a Deputada Cassia Muleta para que proceda à entrega do Voto de Louvor à Professora Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril. Doutora em Psicologia, professora de pós-graduação em Psicologia da UNIR. Recebe o seu Voto de Louvor das mãos da Deputada Estadual Cassia Muleta. Parabéns a nossa querida Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril.

(Entrega do Voto de Louvor)

Convidamos o Dr. Héverton Aguiar, Promotor de Justiça do Estado de Rondônia, para que faça a entrega do Voto de Louvor a Deputada Lenir Rodrigues, da Assembleia Legislativa de Roraima, Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher. Das mãos do Promotor de Justiça Héverton Aguiar, o Voto de Louvor da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, à Deputada Lenir Rodrigues, de Roraima.

(Entrega do Voto de Louvor)

Convidamos a Sra. Rosenilda Ferreira de Souza, Rosa Negra, do Coletivo de Mulheres do Sintero, que representa as Mulheres e Organizações Sindicais, para que faça a entrega à Deputada Janete de Sá, da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher.

Nossa querida Rosa Negra, neste momento, faz a entrega do Voto de Louvor à senhora Deputada Janete de Sá da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Mais uma forte salva de palmas.

(Entrega do Voto de Louvor)

Senhores deputados, sintam-se à vontade para retornar ao dispositivo, para que os senhores possam dar continuidade à Audiência Pública.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Eu queria convidar, por favor, o Dr. Héverton, por gentileza. Em seguida a gente continua com as falas, por favor.

O SR. HÉVERTON AGUIAR - Boa noite a todas e a todos. Boa noite à Mesa. Eu não vou cumprimentar à Mesa, porque já devidamente apresentada. Prometo ser breve, embora o tema que está sendo discutido na noite de hoje, da tarde para a noite, demandaria muitas horas ainda de conversa. Bom seria que tivéssemos outro momento, outra convocação, outra assembleia para que nós pudéssemos falar.

O fato é que nós ouvimos hoje várias manifestações. Somos um povo sofrido, desrespeitado, desprestigiado, espoliado e quando você abre o espaço de fala, aquilo que está preso na garganta quer sair e vimos várias manifestações. Mas hoje é especial. Nós estamos aqui pelas Camilas, pelas Joselitas. Estamos aqui, de forma específica, também por várias, por Fernandas, por todas essas mulheres assassinadas, eu

estou me referindo às assassinadas. Nós estamos aqui por elas. Por que estamos aqui por elas? Porque o modelo que estamos executando não está dando certo. O Dr. Álvaro falou agora a pouco, 8 mil processos, 20 audiências por dia, tantas outras mil medidas protetivas e as mulheres continuam morrendo, as mulheres continuam sendo espancadas. Neste País, a cada minuto, nove mulheres são agredidas, a cada minuto 9 são agredidas; uma é estuprada por minuto; uma mulher é morta a cada 90 minutos, sendo que a cada quatro horas uma menor, uma mulher com menos de 30 anos é assassinada.

Está é a realidade posta, este é o problema e o modelo apresentado não está dando certo. E não está dando certo por quê? Porque a questão do enfrentamento à violência contra a mulher, a violência doméstica não é apenas uma questão de penalização, problema de Direito Penal, é a questão política que tem que ser enfrentada politicamente pela sociedade, precisa do envolvimento da sociedade e acima de tudo dos Poderes constituídos. Se não houver este envolvimento nós vamos continuar enterrando as nossas mulheres.

Nós estamos durante todo o ano, a cada 16 dias de ativismo, no Dia das Mulheres ouvimos discursos efusivos, colocações extraordinárias, mas praticidade, efetividade zero. A cada vez que passa o período de 16 dias, nada mais é feito. Isso precisa ser dado um basta e daí o motivo de nós hoje estarmos felizes pelo chamamento feito por esta Casa, pelo chamamento feito pela Assembleia Legislativa demonstrando, através da sua Presidência, através do Deputado Alex Silva, do Deputado Lazineiro, demonstrando uma preocupação, uma sensibilidade e, acima de tudo, a sensação de pertencimento com o problema.

A cada 5 mulheres que nós conhecemos, 3 são vítimas de violência doméstica. Este é um problema social e problemas sociais têm que ser resolvidos politicamente. Não é político-partidária, mas uma questão política e assim deve ser enfrentado. Nós estamos hoje como o 4º Estado mais violento da Nação em relação às mulheres. Precisamos aprender com Roraima, que em 2016 era o Estado mais violento. A deputada fez o elenco de medidas políticas tomadas para o enfrentamento e hoje Roraima não figura entre os 5 Estados mais violentos do País.

Precisamos aprender com Roraima, seguir este exemplo. Isso é uma questão de extrema necessidade, de extrema urgência. O caso que o Dr. Álvaro ilustrou agora a pouco daquela senhora, que primeiramente teve o braço quebrado em outubro. Dezembro, ele voltou a quebrar o braço dela; em janeiro ele deu um chute no rosto dela, quebrou o maxilar, ela foi para a UPA, o agente de saúde atendeu, disse que precisava fazer uma cirurgia, tinha que mandar para o João Paulo II, entregou para o agressor. O agressor levou ela para casa. Ela ficou em casa e dois dias depois ele encontrou a irmã dela e disse: "vá ver a sua irmã, que ela está toda machucada". Já estava com o rosto inchado, infecção generalizada, morreu. Se a Lei, senhores deputados, se a Lei que há 03 anos foi aprovada nesta Casa, que determina a comunicação compulsória de violência contra a mulher, quando a mulher é atendida nas Unidades de Saúde, há uma Lei aprovada por esta Casa, tem 03 anos. Se esta Lei estivesse já regulamentada, a autoridade de saúde teria comunicado às autoridades policiais, ao Ministério Público e

aquela senhora poderia estar viva. Só que ficou mais uma vez uma vítima invisível.

Apenas 10% das vítimas de feminicídio procuraram as autoridades policiais. Todas elas são vítimas invisíveis e nós precisamos enfrentar esse problema. Então, parabéns mais uma vez a esta Casa, aos deputados que vêm demonstrando que agora efetivamente haverá alguma coisa para ser feito, alguma coisa prática.

O Botão do Pânico já foi aprovado por esta Casa também, mas há 03 anos, o então Governador Confúcio Moura vetou a Lei do Botão do Pânico. Mais uma vez as mulheres sem instrumento de proteção! Ou seja, demonstram de uma forma muito clara que a questão que envolve as mulheres rondonienses não é prioridade dos governantes. Isso precisa ser mudado. A todos nós, a todos nós é exigido, no momento em que candidato nos procurarem, exigirmos a pauta que eles têm para política de proteção contra a mulher, proteção e erradicação da violência.

Não há cabimento nós termos um Estado com um pouco mais de um milhão e meio de habitantes, estarmos no 4º lugar dos Estados mais violento, o 3º Estado que mais estupra mulher neste País. Algo há de ser feito e temos agora a esperança de que poderá sim, alguma coisa ser feita. O envolvimento da Assembleia Legislativa, do atual Governo para que políticas efetivas sejam feitas, a questão para o enfrentamento é uma questão de respeito. Nós temos que aprender a cultura do respeito e acima de tudo tratar politicamente esse problema. Nós temos, somos o 4º Estado mais violento, sem considerar a violência invisível, aquela que está na área rural, aquela que está no Alto e Baixo Madeira, aquela violência que não é vista por ninguém por subnotificação. Essa violência não chega até as nossas estatísticas. Se elas chegassem, seguramente estaríamos num ranking mais acima. Isso é vergonhoso para o nosso Estado!

E nós temos que, impulsionados por essa vergonha coletiva, exigir de nossos governantes, exigir dos nossos representantes, políticas eficazes. Como que o 4º Estado mais violento em relação às mulheres, tem uma delegacia de polícia sucateada, que nem as telhas conseguem trocar. Há 05 anos nós entramos com uma Ação Civil Pública exigindo que o Governo tome providências e ao longo desses 05 anos estamos sempre tentando acordos, acordos e mais acordos, nenhum acordo e cumprido. Aquelas delegadas que estão lá são intrépidas, elas trabalham sem condições nenhuma. Esta casa da mulher brasileira, se me permite, eu já vou concluir. Eu tive oportunidade de estar nos primeiros passos que foram dados. Fomos para Câmara Legislativa, conseguimos um terreno e, pasmem, o processo de aceitação do Estado dos termos de convênio, ficou dormitando por quase 03 anos no gabinete da Casa Civil do Governo do Estado e não foi assinado. Só voltou a andar depois, quando o Governador Daniel Pereira assumiu, e deu impulsionamento. Só que agora a política mudou, "a César o que é de César", falem o que quiser, mas nenhum outro Governo investiu tanto em políticas para as mulheres como o Governo Dilma Rousseff. Nenhum outro Governo, nem um outro Governo! Assim que ela for usurpada do seu cargo, uma das primeiras providências foi o corte de todo o recurso destinado às mulheres, à política das mulheres. Agora, se nossa casa vai sair, não sei, na verdade não sei, porque não

tem recurso. Mas, pelo menos, vontade política está tendo e isso já é um grande avanço. Agora, temos que brigar quando o dinheiro estava na conta.

De sorte, não vou me alongar mais. Quero apenas parabenizar, deputado, parabenizar a Assembleia e acreditar, parabenizar com fé. Acreditar que nós não ficaremos só no discurso..

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Sim...

O SR. HÉVERTON AGUIAR - Que efetivamente alguma coisa será feita para a proteção da mulher, para a erradicação da violência contra a mulher neste Estado. Nós não podemos mais tolerar que as nossas mulheres sejam agredidas, assassinadas, estupradas, desrespeitadas, sendo que o poder público queda-se inerte perante uma violência tão grande contra a sociedade. Fico feliz em estar participando desta Audiência. Espero que outra seja chamada porque muitas coisas precisam ser ditas, a comunidade precisa ser ouvida de uma forma mais amigável, em especial levar para o interior do município e do interior do Estado. Obrigado e até a próxima.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Parabéns, Dr. Héverton, pela sua fala. A senhora Márcia Mura, representando as mulheres indígenas, por favor.

A SRA. MÁRCIA MURA – Já estamos de noite, então, boa noite. Eu sou Márcia Mura Madeira, aqui do rio Madeira, Território Ancestral Mura, que por uma política de Estado, genocida, de apagamento, não reconhece Porto Velho como Território Mura, território ancestral. Uma cartografia de Estado apaga completamente a presença dos Muras em Porto Velho.

Nós Mulheres Mura, somos violentadas, estupradas pelos colonizadores desde o Século 17. Foi criada uma Lei pela Coroa Portuguesa que obrigava que nossas mulheres ancestrais, antepassadas, fossem as mulheres dos soldados portugueses e dos soldados espanhóis.

Assim como as Mulheres Mura, todas as outras mulheres indígenas do Brasil, da Casa Comum, que costumamos chamar de América Latina, foram violentadas e continuam sendo violentadas até hoje, de todas as maneiras, de todas as maneiras. O povo indígena enfrenta o etnocídio em todos os lugares, como nós enfrentamos hoje nesta Casa, por conta de um protocolo de Estado, em que chamou a minha parenta Val Karitiana Massaká, porque não chegou aqui pontualmente, que já estava atrasada essa plenária, não pôde entrar, foi barrada aqui para compor a Mesa. Isso é etnocídio, isso é etnocídio! Assim como precisa ser dado nome para feminicídio, é preciso dar nome para etnocídio também.

Nós mulheres indígenas somos a mãe, nós somos a mãe de todos na grande Casa Comum, porque foram as mulheres indígenas que foram violentadas para formar isso que é chamado de Nação. E, depois, as nossas irmãs negras que chegaram aqui, porque foram seqüestradas. Elas não são descendentes de escravos não. Elas são descendentes de grandes figuras, de reinados. Elas são descendentes, elas mesmas podem dizer por elas, não sou eu aqui que vou dizer. Mas, nós mulheres indígenas, historicamente sempre fomos colocadas como exóticas e como objetos sexuais.

Atualmente, o atual Presidente do Brasil colocou todas as mulheres, não só as indígenas, mas todas as mulheres à disposição: - podem vir, façam a festa, as mulheres estão aqui para serem usadas e abusadas, incentivando o turismo sexual.

Nós, hoje, eu quero dizer para vocês que acima de tudo, antes de tudo, eu sou Mura, daqui do rio Madeira, nasci aqui em Porto Velho, Território Ancestral Mura. Como milhares, eu passei pelo Processo de Introdução na sociedade nacional. Um Projeto de Estado que foi pensado, planejado, que foi praticado para que a nossa memória indígena fosse apagada e para que eu hoje aqui, não tivesse dizendo que sou Mura, para que meu filho não soubesse que ele é Mura. E essa política é presente ainda nos dias de hoje, ainda é praticada pelo Estado, ainda hoje. Mais fortemente agora com esses discursos que estão sendo atualizados, de teorias lá do século 17, 18, totalmente racistas.

Eu quero dizer que acima de tudo eu sou Mura, mas que eu enfrentei todo etnocídio nessa educação institucionalizada, embranquecedora, e me apropriei dela para reconstruir a memória ancestral do meu povo, da minha família. Com muita luta coletiva, não foi mérito só meu, eu sou Doutora em História Social pela USP. E eu não uso esse título para me engrandecer, para passar aqui, como fui barrada várias vezes pelo braço do segurança daqui hoje. Eu não uso esse título para meu benefício pessoal, eu uso esse título para a luta indígena. Eu usei esse Doutorado para escrever a história do meu povo, para escrever a parte da percepção do meu povo, para escrever outra história, não essa história colonizadora, para desconstruir essa história colonizadora.

Então, eu quero dizer aqui para vocês que estão nesta Mesa, que é preciso criar políticas sim, específicas e diferenciadas para o atendimento das mulheres indígenas aqui na cidade. As mulheres indígenas, quando conseguem, quando conseguem chegar numa delegacia, sequer perguntam dela qual é a etnia dela, qual é o povo dela. Ela é registrada lá, não é considerado isso.

Quando vai se fazer algum estudo sobre violência contra mulheres indígenas na cidade, fica muito mais difícil fazer, porque isso não está registrado. Uma das pesquisadoras indígenas das Ciências Sociais, que está fazendo o seu TCC sobre violência das mulheres indígenas, Sueli Oromom, que é estudante de Ciências Sociais aqui da Universidade Federal de Rondônia, o maior desafio que ela encontra é esse, ela não encontra os dados das mulheres indígenas. E as mulheres indígenas não são violentadas, elas não sofrem agressão. E assim como essa pessoa do queixo fraturado, que foi entregue para o seu violador, seu agressor, as mulheres indígenas são entregues, o tempo todo, para os seus agressores, para os seus violadores, o tempo todo e ninguém vê isso não, porque há um pagamento, há uma invisibilidade. E assim como falado já aqui, nós mulheres precisamos nos unir mais, precisamos nos aproximar mais, segurar a mão de verdade, para lutarmos juntas, para lutarmos juntas, para fazermos essa frente juntas.

Então, nós queremos que seja respeitada a nossa diferença. Nós queremos que sejam respeitados os nossos territórios indígenas, nós queremos que sejam garantidas as políticas públicas, que garantam a nossa vida com dignidade, que garantam saúde específica e diferenciada, que garantam

educação específica e diferenciada, que garantam o direito de existir, esse direito que tentam nos tirar há mais de 519 anos.

Há mais de 519 anos, nós existimos e resistimos apesar de toda colonização que permanece até hoje. E vamos continuar resistindo, vamos continuar resistindo! Eu teria muitas coisas para falar, porque eu estou entalada aqui com tudo que já aconteceu, teria muitas coisas para falar, mas eu me sinto contemplada pelas minhas irmãs que já falaram, porque a luta é coletiva, ela é de todas nós. E nós temos que dar nossas mãos de verdade, lutar juntas. Eu quero agradecer à irmã, companheira de luta, que fez, ali do campo, das mulheres camponesas, as mulheres da luta campesina, do movimento das mulheres do campo, que percebeu esse cerceamento da minha voz aqui nesta Casa.

Assim como várias mulheres indígenas continuam morrendo por estarem lutando pela demarcação dos seus territórios, contra as hidrelétricas que nos matam, que atravessam nossas vidas aqui na Amazônia, aqui no rio Madeira, que nos mata todos os dias, porque ameaçam a nossa alimentação tradicional, porque destroem a nossas plantações, os nossos roçados, porque impedem que a gente viva nossa vida dignamente dentro das nossas tradições.

As hidrelétricas é um dos projetos que representa a morte para todos nós, não só para os indígenas, mas para todos nós. E é aqui que eu digo que Nicinha é vive, Nicinha é presente, porque ela representa nossa luta das mulheres contra esse projeto de morte, que atravessa nossas vidas.

Eu quero parabenizar, especialmente a Doutora Eugênia Villa, lá do Piauí, que é a Secretária Adjunta da Secretaria de Femicídio, dizer que é muito bom quando a gente usa o nosso conhecimento acadêmico a favor dos direitos, e eu senti isso na sua fala. Cadê ela? Quero chamá-la aqui, por favor. Esse brinco não é da minha etnia, é da etnia Karitiana, povo indígena Karitiana, o qual a representante dessa etnia estava sentada naquela Mesa e que teve que ir embora para casa, porque precisava pegar os filhos na escola, porque não foi dada voz para ela antes de ela precisar sair. Porque aqui nesse território, acima de tudo, em primeiro lugar é território indígena, e isso tem que ser respeitado. E, em nenhum momento, isso é respeitado, principalmente nesta Casa, principalmente hoje. A parenta Suruí, representando todas as etnias indígenas, pode ser? Mas qual etnia especificamente? Suruí, do povo indígena Suruí e do povo indígena Karitiana, que representa todos os indígenas aqui de Rondônia, para você. Eu já dei um abraço que foi verdadeiro, eu não vou dar um abraço para foto. Já tirei uma foto com ela ali, obrigada, obrigada.

Eu só quero solicitar à Doutora que traga dados das mulheres indígenas do Piauí. Lá têm vários povos indígenas também, eu vou citar dois, que são dois povos que eu conheço pessoalmente, vários parentes, e que a gente já faz parte da frente de luta juntas. Eu vou citar dois para representar todos os outros que tem lá, que é Kariri e os Tabajaras que estão lá.

Então, traga os dados das mulheres indígenas também, na sua fala. Precisamos, precisamos disso.

A SRA. EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA – Nós, lá no Piauí, nós instituímos a Câmara Temática Povos Tradicionais, no Conselho Estadual de Segurança Pública, exatamente para ter voz e fala. E vamos colocar no sistema de

boletim de ocorrências a etnia, justamente para gerar estatísticas e dar visibilidade às comunidades tradicionais indígenas, as religiões, as quebraadeiras de coco. Apenas para dizer que nós, sim, nós dialogamos com Cacique e foi muito, muito proveitoso, com a comunidade LGBT representada, as religiões tradicionais, os povos tradicionais, para que a gente possa construir a história dos povos tradicionais. Estamos muito preocupados, e os quilombolas também.

A SRA. MÁRCIA MURA – “Cuecatureté”, muito obrigada.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Parabéns à Márcia Mura. A dona Alessandra Lunas, Presidente da Fetagro.

A SRA. ALESSANDRA LUNAS – Boa noite. A esta altura depois de quatro horas e pouco de Audiência, haja resistência, não é? Mas eu tenho certeza que essa tarde, ela foi extremamente, assim, uma aula para todas e todos nós, independente de que setor nós atuemos. Porque eu acho que conseguiu mostrar que, efetivamente, é possível fazer a diferença. E eu queria aqui, já de antemão, dizer da nossa satisfação de poder contar, nesta Casa, com a colaboração das companheiras, principalmente Dra. Eugênia, é um prazer em recebê-la no nosso Estado. Eugênia está ali dando autógrafo, eu acho, não é? Dizer que, viu Dra. Eugênia, ela está lá virada. Eugênia, dizer que é prazer recebê-la no nosso Estado, companheira que tem colaborado com a luta, com a organização das mulheres. Em vários momentos esteve contribuindo conosco também não só para a capacitação do pessoal do Judiciário e de outros espaços, também com a luta das trabalhadoras rurais, no sentido de contribuir conosco na qualificação da pauta da Marcha das Margaridas. Uma das pessoas aí que tem contribuído conosco, e poder também sugerir e colocar o que é possível verdadeiramente a gente poder também trabalhar nas nossas reivindicações, então, é companheira também da luta.

Dizer as duas companheiras parlamentares, a Deputada Lenir e Deputada Janete, vocês nos representam, com certeza, assim de coração, quem nos dera ter nas Assembleias Legislativas de todos os nossos Estados, mulheres com a garra de vocês, que realmente sejam capazes de falar a língua das mulheres. Porque infelizmente nem sempre isso acontece. Às vezes estão lá, mas ainda com dificuldade de ouvir e falar também desse lugar das mulheres. É muito importante lembrar que antes de ser parlamentar, é daí que a gente vem e é a que viemos a cada Casa dessas. Então, dizer assim, que a gente é extremamente representada na fala de vocês aqui, e principalmente mostrando, porque às vezes quando de convocar uma Audiência Pública, só no falatório na Audiência Pública, vai até onde mesmo? Isso dá onde? E eu acho que as falas aqui hoje mostraram que é possível, inclusive, a Deputada Janete mostrou inclusive, as falas de vocês todas, que é possível, inclusive, fazer a diferença também dentro da Assembleia Legislativa, é a gente começar em casa. Porque de fato nos faz falta aqui sentir a fala do Governador do Estado. A gente ainda dizia assim, não contava com todo esse tempo, mas a gente também quer ouvir do Governo do Estado de Rondônia, que até agora, nesses quesitos e outros mais, ainda está em silêncio. Nós não sabemos ainda o que vão fazer com

isso e a gente quer saber, explicitem o que estão pensando! Querem ajuda? Nós estamos à disposição. E hoje aqui, o rol de proposições colocadas é imenso. Mas não basta, Eugênia, ceder para nós o Aplicativo, se aqui a gente não tiver também a Rede de fato organizada para dar atendimento. Porque eu vou clicar no Aplicativo e não vai ter quem vá lá. É assim que nós estamos vivendo em Rondônia. Os demais serviços estão, como já dito, sucateados. Então ganhar o Aplicativo de presente é muito importante, mas a gente precisa estruturar.

E é nesse sentindo, inclusive, que a Marcha das Margaridas, já de 2015, na qualificação da nossa pauta, uma das questões que nós trouxemos foi exatamente dizer que a gente precisa também, neste País, mudar o Pacto Federativo no que diz respeito à política de enfrentamento à violência contra as mulheres. Sabe o que significa isso? É acabar com essa história que na questão da violência, município e Estado fazem se quiser. É assim que está no Brasil hoje. É por isso que vários companheiros que me antecederam, estou tentando aqui não repetir fala, porque nessa altura do dia é difícil. Mas, assim, é por isso que a Casa da Mulher Brasileira não foi efetivada em todos os Estados deste País. E a prova de que ela é necessária, está nos Estados que foi efetivada, a prova do quanto de diferença que tem feito, da união, inclusive, dos entes nos Estados para conseguir prestar esse serviço. Mas como já foi dito ali pelo companheiro que me antecedeu, Rondônia não passou da doação do terreno, depois de muita luta nossa, e até que o dinheiro some, ninguém sabe onde que foi, porque ficou anos esperando, anos esperando. As unidades móveis de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas, que é uma conquista da Marcha das Margaridas, pelo menos dois ônibus para poder andar nos Estados. Porque tudo que a gente fala, não serve para o campo, não tem... Vocês que estão me ouvindo aqui, sabem que não existe medida protetiva e medida para a mulher rural, é ou não é? Não, chega, não dá, não consegue alcançar! E é isso que vocês diziam.

Nós precisamos mandar das pautas das marchas das Margaridas, inclusive, é de que a gente precisa pensar mecanismos lá no município. Aproveitar e saudar aqui, estava vendo a Vereadora Zélia Fornazier, de Ministro Andreazza, que estava sentadinha até agora a pouco ali; Prefeita Val, de Campo Novo; está lá de pé agora a Zélia. A Val de Campo Novo, vice-prefeita que está aqui, outras companheiras que também têm feito a luta em outros lugares. O que é isso? Onde a violência acontece é nos municípios, não é só na capital do Estado, é lá nos municípios, é lá na área rural, é nos locais mais distantes. A gente precisa conseguir fazer chegar lá o mecanismo. Mas o que a gente tem ouvido nos Estados é que a unidade móvel não pode rodar, Eugênia, porque não tem dinheiro nem para poder botar a diária do servidor, nem para o combustível para ir rodar. Isso é falta de compromisso, o esforço, foi dito aqui, da experiência também de levar também o Judiciário nos distritos, a unidade móvel para isso inclusive, mas a gente continua falando sozinho.

Então, assim, dizer que tendem-se a multiplicar isso tudo que a gente está falando, a política que o Governo está aí comemorando, inclusive comemorou nos 100 dias de Governo, de que agora registra-se, quem puder ter registro de armas dentro de casa, poder ter pelo menos 04 armas, se der conta

de pagar o registro, em cada residência. Todos vocês disseram hoje, é lá na violência doméstica, é lá no ambiente da casa que as mulheres estão morrendo. Imagina agora com mais essa liberação de botar arma à vontade dentro de casa. O que é que nós estamos fazendo no nosso País? Nós não podemos só... E eu tenho visto assim que as pessoas têm perdido a capacidade de se indignar com a questão da violência. Porque todo dia você liga o jornal e ouve: mais uma assassinada, mais uma que foi. E quando a gente vê aqui a família da Camila, a gente não consegue nem imaginar a dor que é isso, gente. Graças a Deus quem não teve na família, mas só de olhar!

Então, é isso, eu acho que quando alguém se pergunta: por que a Marcha das Margaridas consegue botar cem mil mulheres na rua, em Brasília? É isso, é a capacidade de se colocar no lugar da outra. Porque as companheiras, com a música, diziam aqui no início da plenária: "Nós somos vitoriosas". Concordam as que estão nesse plenário? Sim, senão, não estariam aqui. Muitas gostariam de estar, mas não têm a liberdade sequer de sair da sua casa e dizer que vão para uma Audiência discutir feminicídio. A vice-prefeita Val me contava de manhã, hoje, ela disse: "Eu, quando disse que vinha para Audiência, um vereador do meu município disse para mim: - o quê que tu vai fazer lá, quem nem morreu mulher nenhuma.". É sério isso! Então, às vezes, as pessoas, não é Val? As pessoas estão perdendo a capacidade de se indignar e nós não podemos perder isso. E não é uma pauta só das mulheres.

Então, para encerrar eu queria dizer aqui, a Marcha das Margaridas, este ano, acontece 13, 14 de agosto, é em Brasília. Mas nós estamos em marcha o tempo todo nesse debate, na discussão, nos Estados, na construção, no poder conversar, envolver mais pessoas, porque é isso. Há necessidade desse movimento de rua, com tudo o que está acontecendo no nosso País, mais do que nunca, porque não dá, gente, para desvincular. Reforma da Previdência, "cuidado, olha, a pauta hoje aqui é feminicídio". As coisas são todas vinculadas. Quando se congela os gastos sociais, está impactando na violência; quando faz na educação, na saúde, na assistência social, na Reforma da Previdência, isso é violência. A gente está retirando direitos, vai deixar pessoas em mais condições de vulnerabilidade. Então, está tudo interligado.

Então, eu queria dizer aqui, dizer a cada companheira que nós estamos nas ruas. Às vezes, quando veem o movimento, a luta, muitos não entendem. Estamos nas ruas para gritar, exatamente por aquelas que foram silenciadas, sem ter mais a condição de dizer o que viveram e por que foram mortas. Mas nós faremos isso por nós e pelas outras e é isso que a gente faz. E eu queria fechar aqui conclamando cada um que está nesse plenário, cada uma, a se somarem a esta luta de onde você está. Comece pela sua família, pela sua igreja. Rondônia é um Estado onde as pessoas mais se declaram cristãs, ouvi isso outro dia de um pastor. Amém! Por isso, é por esse lugar inclusive que a gente precisa, ao invés de ter muitos... A gente tem ouvido depoimentos das mulheres, que as igrejas proibindo de vir para capacitação, quando a gente está discutindo essas coisas. Mas metam a colher nesta conversa, é deste lugar que a gente vai fazer também a diferença, é da política pública, mas também é mudando nas nossas vidas. É ouvindo, é criando grupos de mulheres, onde quer que a gente esteja, para que aquela que sofre tenha

liberdade de ter para quem dizer. A gente está perdendo nos municípios até para política de enfrentamento, de todas as demais. Mas lá no município tem pelo menos um Conselho Tutelar que tenta socorrer as crianças, nem que seja tipo conselho tutelar, nós precisamos ter alguma coisa nos municípios. Então, eu acho que, assim, é muito esforço, é muita coisa, é muita luta e que a gente precisa cada dia mais, efetivamente, fazer o grande diferencial. Nós estamos tentando.

E queria aqui, para fechar, conclamar a cada pessoa, se some à luta, se não puder ir para a Marcha com a gente, já foi dito aqui, estava me lembrando, compra a rifa, ajude a vender a rifa, ajude a arrecadar. Se você não puder estar conosco lá, pelo menos contribua para aquela que talvez, se o seu trabalho, às vezes, não coincide de poder sair dois dias, mas pelo menos fortaleça a luta, para que a gente possa. E aqui conclamar as que puderem estar se somando à nossa luta, não só lá para esses momentos, em Brasília, 13 e 14 de agosto. Mas que a gente possa, no dia a dia, tirar o Estado de Rondônia deste estado de inércia no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Seguiremos em marcha, quero ouvir forte, "Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres". E eu não gosto de fazer isso, mas eu vou ter que pedir licença para vocês, porque nós estamos com mulheres aqui, que rodamos, saímos de Ji-Paraná às 03 da manhã essa noite. Eu, pelo menos, temos Audiência Pública em São Francisco do Guaporé, contra a Reforma da Previdência, e preciso amanhecer em São Francisco e são 700 quilômetros daqui lá. Queria pedir licença para vocês, mas a nossa delegação não tem mais como permanecer.

Bom final de Audiência para todos nós. Obrigada.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Parabéns, dona Alessandra. Parabéns a todos e boa viagem. A dona Liana, por favor. Dona Liana, Secretária Adjunta da SEAS.

A SRA. LIANA SILVA DE ALMEIDA - Quero dizer a dona Alessandra, está indo embora, dona Alessandra. Dona Alessandra, como a senhora está indo embora, eu vou começar o meu discurso de trás para frente. Eu quero lhe dizer que o Governo do Estado vai estar com o Ônibus Lilás funcionando no Rondônia Rural Show, e vai começar a fazer esse trabalho lá com vocês também. Esse ônibus ficou parado, minha gente, até o final do ano. Por conta, justamente, de planejamento em relação a financiamento. Mas eu quero dizer que ele já vai funcionar para começar efetivamente o trabalho dele. A senhora pode viajar tranqüila que já vai começar a rodar esse ônibus agora, no Rondônia Rural Show, na próxima semana. Isso pode ter certeza, que planejamento vai ser feito isso. E eu quero até lhe mostrar, a questão do nosso planejamento, já saindo, já no final do meu discurso, porque eles têm que ir embora, por favor, entre lá nos bairros, por favor.

Nós fizemos uma pesquisa, justamente não só nos bairros de Porto Velho, onde a incidência da violência contra mulher é tremenda. E, esses bairros, não só os bairros, viu dona Alessandra, não só os bairros, como também tem a pesquisa que nós vamos fazer com a zona rural do Estado de Rondônia, todos os municípios, buscando uma política pública de Estado, ligada nos problemas, sendo mais eficiente e eficaz na problemática da violência contra a mulher. E esses dados foram

fornecidos pela Patrulha da Maria da Penha também, um trabalho em conjunto com a SESDEC. Buscando o quê? Justamente, sair do discurso, sair da falácia, porque de falar nós já estamos cansadas.

Eu, como mulher representando o nosso Governador Coronel Marcos Rocha, ele nos deu a voz para que nós viéssemos aqui falar em do Governo e dizer da efetividade, não de boas falas, não de lindos discursos, mas de boas práticas. Nós estamos aqui representando o Governo, e dizer que aqueles que ficavam doentes nos hospitais; no Hospital João Paulo II as pessoas que ficavam no chão, as fotos que estão aí registradas para toda a imprensa ver, foram tiradas na semana passada e foram levadas para hospitais particulares. Porque nós respeitamos não só mulheres, como a família, como as crianças, como todos. Estamos aqui mostrando práticas, não falas, falas bonitas, grandes estudos, mas a prática é que vai fazer valer a pena, aquelas pessoas que estão caídas no Hospital João Paulo, aquelas pessoas que estão nas comunidades, como bem disse ela.

E também falar da criação, na SESDEC, do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Então, esse Núcleo, já vai dar um suporte maior à Lei Maria da Penha. Eu deixo aqui um boa-noite para todos em nome do Governador. E, dizer que o Governo do Estado está trabalhando em conjunto com todas as Secretarias para esse enfrentamento. Esse enfrentamento, que tem que sair do discurso, porque são anos e anos, e a nossa estatística enquanto mulher, o que está acontecendo? Está diminuindo ou está aumentando? Aumentando. Então chega de fala, a gente precisa de ação e o Governo do Estado de Rondônia veio para mudar Rondônia de verdade. Muito obrigada e boa noite.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Obrigada, a senhora Liana. Dr. Hélio Gomes, Secretário da SESDEC.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA – Boa noite. Vou ser bem rápido. Cumprimento aos deputados, deputadas; cumprimento todos e todas aqui presentes. Os movimentos sociais têm aqui nos lembrado, nos movimentado. Digo, mais uma vez, com a fala da minha amiga Liana, o Governador do Estado está sensível, sim. A SESDEC, na minha pessoa, na pessoa do Secretário Pachá, que não está aqui hoje, porque está em uma reunião em Brasília, mas ele tem se feito presente aqui nesta Casa. Nós somos muito sensíveis a esta causa, vocês entendam, nós recebemos essa herança de anos e anos e anos de descaso e nós estamos a cinco meses trabalhando nisso. Eu sou Delegado de Polícia, trabalhei na Central de Flagrantes, trabalhei na ponta, atendi muitas mulheres, eu trabalhei com acolhimento diferenciado, as mulheres sempre tiveram um tratamento especial por mim. Eu presenciei, na minha família, o meu tio, a minha tia grávida, ele ia dar um tiro no meio das pernas dela. Agora vejo meus primos todos traumatizados e doentes, depois de adultos. Mas, ao contrário deles, na minha casa eu tive um lar de amor, onde meu pai sempre amou e respeitou minha mãe, minha mãe sempre amou e respeitou meu pai. Eu venho desse tipo de lar, que é o que eu desejo a todos. Isso como a minha querida amiga Eugênia, agora amiga, falou, perpassa da área da segurança

pública, não é a segurança pública sozinha, mesmo que tenhamos todas as delegacias aqui, se outros trabalhos não forem feitos em todas as áreas, nada vai mudar.

Então, nós nos comprometemos, me comprometi com a Dra. Tânia, com certeza o Dr. Álvaro, e também o Ministério Público e o Judiciário, as Polícias, a levar essa proposta de implementar os protocolos trazidos pela Doutora, protocolos que vão trazer maior e o melhor atendimento à mulher. É o nosso desejo, como foi falado dentro da Polícia Civil também, humanizar a atuação. A Polícia Militar e a Polícia Civil veem fazendo um trabalho hercúleo e quero dizer que isso é uma coisa que nós vamos melhorar e perpetuar. Tem uma música que eu queria terminar falando a letra dela, que diz assim:

*“Cedo me acordo, a oração,
É o coração que está apertado,
Para ver um mundo diferente da notícia repetida da televisão,
Eu me pergunto aonde é que foi,
Alguém me explica, por favor, onde é que foi,
Que nós desaprendemos a viver em união,
Quero ver mudar, mas se eu aqui só esperar,
Eu sou um deles, eu sou só um deles,
Minha oração só é real transformação,
Se começar em mim,
E se tivesse mais perdão,
Se no lugar de apontarem tantos erros,
Fossem estendidos mais abraços, mais olhares de aceitação,
Se não mais tanto tempo em vão,
Se o nosso bem mais precioso não faltasse quanto para ouvir,
Para entender o meu irmão,
Posso até sonhar, mas se eu aqui só esperar,
Eu sou um dele, sou só um deles.
Minha oração só é real transformação se começar em mim,
E termina assim:
Haja mais amor,
A começar em mim,
Amor que eu tanto quero ver,
A começar em mim,
Quem me perceber, que antes possa me reconhecer,
Me descrever no teu amor”.*

Eu espero que esse amor que eu tenho e que eu tenho certeza que também vem do Governador, um homem que ama a Deus, é um cristão, possa se estender nesse trabalho nosso. Que Deus abençoe a todos.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Obrigado, Dr. Hélio. Dr. Guilherme, Defensor Público.

O SR. GUILHERME LUIS DE ORNELAS SILVA – Boa noite. Vou ser bem breve, que a gente já está bem cansado. Cumprimentar minha colega, Dra. Lenir aqui à Mesa, a quem eu estendo o cumprimento a todos os outros.

A Defensoria Pública aqui em Rondônia já está bem estruturada. A gente tem o Núcleo de Proteção à Mulher Vítima de Violência, a gente faz todo acompanhamento da mulher, a parte criminal, cível, o atendimento humanizado com equipe multidisciplinar, a gente tem o apoio, tanto do Ministério Público quanto do Judiciário, a gente compõe a Rede.

Em nome do Defensor Público Geral, a gente já coloca o serviço da Defensoria Pública à disposição para compor aí a

Procuradoria, caso criada, A Defensoria está disposta, a gente tem lá atendimento todos os dias, a gente pode trazer até um atendimento uma vez por semana aqui para a Assembleia fazendo essa composição. Mas, assim, só para deixar uma provocação aqui, há dois anos a Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência fez um seminário muito importante, que a gente pugnou pela criação de Orçamento Mulher, onde estivessem bem definidas as ações de políticas públicas voltadas para a mulher. Foi um evento muito importante, com apoio do Ministério Público, Tribunal de Contas e até agradecer a nossa colega Rosimar, que é Coordenadora da Rede Lilás. E só para a gente refletir, a gente fala que nos últimos anos há um aumento de violência, a gente sabe da extensão do município de Porto Velho, o Dr. Álvaro, a Dra. Ivonete falou da necessidade de educação. Se a gente fizer um apanhado bem breve, a gente tem orçamento aqui para o município de ações voltadas à mulher, em 2016, cinco milhões, novecentos e catorze reais. E teve uma execução orçamentária baixíssima, não 20% de execução orçamentária. A gente teve em 2017, cinco milhões, duzentos e quatro mil reais. Em 2018, cento e setenta e oito mil reais. Em 2019, cento e sessenta e um mil reais. A gente saiu de 2016 de um patamar de R\$ 5 milhões de investimentos em políticas públicas para a mulher, para alcançar um patamar de R\$ 161 mil, menos de 10%, de 5% do orçamento que tínhamos em 2016. Não é à toa que a gente tem índices cada vez mais crescentes de violência.

A gente está no ano de PPA, de Planejamento Plurianual, a organização das mulheres é muito importante e eu gostaria, deputado que preside a Sessão, gostaria que a gente tivesse, a gente vai estar votando o Orçamento. A gente tem isso, teve uma proposição, inclusive, do Tribunal de Contas do Estado, fechando esse Seminário de 2016, para a criação desse Orçamento Mulher. Eu gostaria da sensibilização, o Governo do Estado, houve um crescimento, 2016, R\$ 273 mil; 2017, R\$ 305 mil; 2018, R\$ 133 mil; 2019, R\$ 1 milhão. Mas ainda é muito, é muito pequeno. A gente precisa, às vezes, não necessariamente de criar Orçamento, mas destacar esse Orçamento para o Orçamento Mulher, para que a gente possa facilitar a fiscalização pela sociedade civil organizada, até para poder também sugerir a implementação de políticas públicas.

A gente precisa enxergar nesse Orçamento o que é destinado à mulher. Porque tudo o que a gente falou, relatou aqui, passa por meio de implementação de políticas públicas, mas a gente precisa de Orçamento para isso. A gente precisa identificar, ler o Orçamento e identificar.

Então, eu gostaria, talvez, de um encaminhamento desta Mesa, para que a gente possa pensar na criação desse Orçamento Mulher e também que haja o encaminhamento à Câmara Legislativa para que haja uma fiscalização. Porque se a gente continuar assim de 5 milhões e 900 mil para R\$ 161 mil, eu acho que daqui a dois anos não vai ter nem mais Orçamento destinado à mulher.

Então, a gente precisa dessa fiscalização. A gente não pode perder mais, precisa fiscalizar e executar esse Orçamento. É o encaminhamento que eu gostaria de deixar aqui à Mesa para a gente ter uma objetividade. E agradeço a todo mundo a paciência aí pela Audiência, está bom?

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Parabéns, Doutor.

A SRA. LIANA SILVA DE ALMEIDA - Antes de continuar, eu gostaria só de fazer um agradecimento a minha irmã Suruí, que agora ela fez uma simples homenagem me entregando um colar e eu fiquei muito emocionada com isso. Eu sou daqui de Porto Velho, minha origem é Baixo Madeira; Calama, minha avó nasceu, e esse povo é meu também. Não precisa me chamar para vir para Rondônia não, eu já sou daqui. Um beijo para todos.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Passar a palavra do Deputado Dr. Neidson e em seguida a gente vai encerrar a nossa Audiência Pública. Agora falta pouco.

O SR. DR. NEIDSON – Nós ficamos por último aqui, eu o Deputado Alex, para ouvir primeiramente vocês e quero agradecer a presença de todas vocês, todos vocês, a todos os convidados da Mesa, e um abraço especial a Dra. Eugênia, que veio lá do Piauí; Deputada Lenir Rodrigues, também que veio lá de Roraima; a Deputada Janete, que veio lá do Espírito Santo, Vitória, que trouxeram as experiências que nós temos em outros Estados. E essas experiências estão sendo implantadas agora aqui na Assembleia Legislativa. Nós tivemos já, desde 2016, a Mara, eu acho que conhece aí o Projeto CHAME, mas quem me apresentou mesmo foi o David Casseb. Hoje ele é aposentado, está em Brasília, aposentado desta Casa, me apresentou, nós conhecemos o Projeto e hoje nós colocamos aqui no nosso Estado de Rondônia CHAMERON, que vai ser o Centro Humanizado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, e respeitando o direito de cada uma de vocês.

A Procuradoria Especial da Mulher vai ser a responsável e eu, a Comissão Permanente de Direito da Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso, que é presidida pelo Pastor Alex Silva, é o Presidente que vai presidir todo esse complexo, a Procuradoria, o CHAMERON, mas foi um Projeto criado no meu gabinete. A Dra. Sâmia não está presente, mas quando nós criamos esse Projeto, Deputada Lenir, eu vi, eu deixei a cargo das mulheres, porque em meu gabinete, a maioria é mulher. E as mulheres, eu vi elas muito entusiasmadas com essa situação e a Mara que chegava toda semana lá, na outra Legislatura, e nos cobrava: "Doutor, aplica o CHAMERON, implante o CHAME, implante o CHAME, a Procuradoria". Aí me convence de falar sobre o Espírito Santo, mas eu já tinha ido lá a Roraima e vi o funcionamento. E, hoje, na exposição que nós tivemos aqui, a Deputada Lenir já parece que já evoluíram mais de 200% no CHAME lá de Roraima, porque muitas das coisas que elas colocaram aqui hoje, tanto a Deputada Janete como a Deputada Lenir, eu não conhecia ainda. Quando eu fui lá, em 2016, eram bem menos programas que vocês tinham.

Hoje também, a Doutora Márcia Mura também foi muito importante nesta Audiência Pública. Porque eu moro em Guajará-Mirim e 50% das etnias, os povos indígenas vivem no nosso município e eu visito, eu convivo nas aldeias indígenas, e com os indígenas também nós vemos como é a violência também nas aldeias indígenas. A Deputada Lenir também é uma defensora, lá em Roraima, das tribos, dos povos indígenas e nós, através da sua fala, eu já tinha copiado, porque tudo que é bom nós copiamos, e eu copieei o formulário lá de Roraima.

Acrescentei, quando eu estudei a Lei Maria da Penha, os dependentes no seu formulário que não tem, e agora pedi para acrescentar também as etnias, que foi pedido da Márcia Mura.

Obrigado, Doutora Márcia; muito obrigado pela sua contribuição. Quero agradecer o Presidente Laerte Gomes porque esse CHAMERON e essa Procuradoria eram para ter sido implantada na Legislatura anterior, estou no segundo mandato, a Mara é conhecedora também, que nós cobramos muito, do SINDLER também representante. Nós tentamos implantar a Procuradoria da Mulher, mas não conseguimos.

A Procuradoria através dessa nova Legislatura, através da nova Presidência, quando apresentamos o projeto ao Deputado Laerte e à Mesa Diretora, da qual eu faço parte, prontamente foi aprovado, foi: "pode colocar que a gente vai aprovar é hoje isso aí". E foi aprovado, já está no nosso Regimento Interno e ela vai funcionar com voluntários. Vamos usar a estrutura da Casa, mas vai ser praticamente com voluntários. Vamos fazer o atendimento humanizado às mulheres, vamos fazer o acompanhamento, vamos ter os termos de cooperação com todos os órgãos que estão presentes, com o Governo do Estado, Poder Executivo e não é uma forma de competir com os outros órgãos. Nós estamos tentando contribuir com os outros órgãos para que a mulher possa ser atendida e possa ser valorizada também.

Então, não quero me alongar, não é porque sou homem que não podemos trabalhar em defesa dos direitos das mulheres também. Então, quero agradecer a todas vocês, a todos vocês, parabéns às expositoras, a todas as pessoas que usaram da fala hoje e agradecer ao Deputado Alex Silva, que foi uma pessoa importante nesse processo desta Audiência Pública, além, de todas vocês, de todos vocês que solicitaram essas Audiências também que são da igreja e contribuiu muito nessa Comissão que é em Defesa dos Direitos da Família, da Criança, do Adolescente. E o Deputado Lazineiro da Fetagro também, que na época que nós fomos, foi uma assessora do Deputado Lazineiro, que está aqui, e uma assessora do Deputado Jesuino Boabaid também que nos acompanhou em Roraima.

Então, o que é bom se copia e nós copiamos e esperamos ter a experiência de vocês e vários Estados e vamos já propor aqui, temos duas proposições, Deputado Alex. Foi colocada uma proposição aqui, para colocarmos, criarmos o dia 17/03, o Dia de Estadual de Combate ao Feminicídio. Eu acho que a Deputada Cassia Muleta já colocou, a Dra. Eugênia já tinha me falado ontem sobre isso, quando nós fomos almoçar, em homenagem e lembrança também alusiva à Dona Joselita Félix. Então, se a Deputada Cassia Muleta tiver colocado já, feito o projeto, nós vamos tentar, se for outra data, nós vamos propor a ela para fazer uma emenda para mudar o projeto, para colocarmos nessa data 17 de março e dar o nome em homenagem a Joselita Félix, em lembrança também.

Não sei se os familiares da Camila estão aqui ainda, têm alguém? Então, depois eu vou conversar com eles, porque eu conheci o pai dela, a gente almoçou uma semana antes, lá em Burity, antes da morte dela e eu vou propor também que a Procuradoria Especial da Mulher, assim como é lá no Espírito Santo, seja em homenagem também a Camila, para que as mulheres sejam lembradas também.

Então, seria isso, quero agradecer a presença de todos vocês e passar a palavra aqui ao nosso Presidente hoje desta Sessão, da Audiência Pública, o Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Parabéns, Doutor. Para mim sobrou o amém. E eu preparei um discurso aqui de 05

folhas, mas eu acredito que tudo que foi falado aqui hoje, tudo que foi comentado aqui hoje serviu e, com certeza, a gente vai dar continuidade para que essas políticas públicas, de fato, venham surtir efeito.

Eu quero parabenizar aqui de todo coração a presença de todos. Se eu for citar nomes aqui, eu vou me demorar muito, mas todos, todos, em especial os que, a Dra. Eugênia, as deputadas que vieram a convite, sejam bem-vindas ao nosso Estado; a todos, sem exceção, o público que ficou aqui, já são 20:13 horas. Vocês estão de parabéns. Nem almoçaram, está vendo aí?

É minha primeira Audiência, meu 1º mandato, não tenho vergonha de dizer que tudo é novo para mim. Mas, assim, eu me sinto honrado em presidir esta Comissão, a Comissão de Defesa da Mulher, da Criança, do Idoso e do Adolescente. Essa é apenas a primeira de muitas audiências que virão, porque é um tema forte, e é um tema que tem que ter toda atenção e muito mais do que falar, falar, falar, falar, tem que agir, tem que ter essa ação de fato. Então, exatamente é todos os Poderes envolvidos para que realmente venham funcionar, para que venha sair apenas do discurso, isso eu digo, do nosso discurso e para que essas políticas realmente venham ser efetivadas, está bom, gente?

Então, muito obrigado pela presença de todos, obrigado pela presença de cada um de vocês, todos os convidados. É verdade, Deus nos abençoe, não é? Eu peço a Deus todos os dias que Deus me dê sabedoria nesta Comissão, para que tudo que venhamos fazer, venha dar certo e venha refletir no Estado, em vocês, nas pessoas de um modo geral.

Eu convido a todos a ficarem de pé, por favor, para a gente poder encerrar. Quero agradecer aqui as meninas do Cerimonial, na pessoa da Dona Jane; quero também agradecer.

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO – Deputado, só um pouquinho.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Ok.

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO – O Movimento a Frente, entregou um documento.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Certo.

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO – A gente quer saber quando que a Comissão nos chamará para discutir a pauta, antes de vocês irem discutir com o governo, porque a gente quer pactuar com o governo as políticas de...

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Terça-feira que vem, pode ser, na Comissão?

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO – Então, registre aqui.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Está registrado, terça-feira que vem na comissão, na Comissão de Defesa, exatamente.

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO - A gente quer discutir.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) – Isso. Às 14:00 horas, está bom? Às 14:00 horas, terça-feira. Deixa eu encerrar, pessoal.

Então, vamos lá, agradecer a todos, já agradei aqui as meninas do Cerimonial. Agradecer a todos os gabinetes, inclusive, a Vera, ao Gabinete do Deputado Lazinho, do Deputado Dr. Neidson, e agradecer em especial também ao meu gabinete que deu a vida, que trabalhou para que esta Audiência realmente desse certo. E agradecer a todos os servidores da Casa, todos que se empenharam e estiveram conosco, os meninos que tiram as fotos, todos. Agora sim, é oficial.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência Pública. Convido todos para um coquetel aqui mesmo, no segundo piso, no Salão de Exposição. Boa noite, gente.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 20 horas e 16 minutos)

SECRETARIA GERAL

ATO DA SECRETARIA GERAL Nº 14/SG/2019

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com base no inciso XV do § 1º do Art. 15 do Ato nº09/2015- MD/ALE, de 11 de novembro de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Considerando a transferência da Sede do Poder Legislativo para o município de Ji-Paraná, conforme Resolução nº 422 de 24 de abril de 2019, o expediente nos dias 21 e 22/05/19 será das 7h30 às 13h30.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Secretaria Geral, 20 de maio de 2019.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

De acordo
LAERTE GOMES
Presidente

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2715/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

DESIGNAR

O servidor **ALESSANDRO MARCIO SANTOS DOMINGUES**, matrícula nº 200165669, como Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 009/2018/PPP/ALE/RO, referente ao Processo nº 002627/2018-35, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 17 de maio de 2019.

LAERTE GOMES	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2711/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 11 e 24 e anexo VI, da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR,

A composição da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Informática, instituída pelo Ato nº 1410/2019-SRH/P/ALE, Publicado no Diário oficial da ALE/RO nº 40 de 13/03/2019, a contar de 20 de maio de 2019.

Presidente: ARLIANE ALVE BAACH

Membros: INARA LEANDRO RIBEIRO
EDIVANIA GONÇALVES DA SILVA

Suplentes: DANIEL BENVINDO DE CARVALHO
IRENILSON SILVA PAIZANTE

Porto Velho, 16 de maio de 2019.

LAERTE GOMES	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2717/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

DESIGNAR

O servidor **EDVILSON BRAZ DE OLIVEIRA**, matrícula nº 200165676, como Fiscal do Contrato nº 10/2019, referente ao Processo nº 13067/2018-14, a contar de 22 de março de 2019.

Porto Velho, 17 de maio de 2019.

LAERTE GOMES	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2718/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

DESIGNAR

O servidor **LUCIANO FERREIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 200165405, como Fiscal das Atas de Registro de Preço nº 18/2019/PPP/ALE/RO e 019/2019/PPP/ALE/RO, referente ao Processo nº 002792/2019-86, a contar de 14 de maio de 2019.

Porto Velho, 17 de maio de 2019.

LAERTE GOMES	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2716/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

DESIGNAR

O servidor **MAYCON SILVA PINTO**, matrícula nº 200166958, como Gestor do Contrato nº 10/2019, referente ao Processo nº 13067/2018-14, a contar de 22 de março de 2019.

Porto Velho, 17 de maio de 2019.

LAERTE GOMES	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL